



Secretaria da
Educação



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS

A Prática da Psicologia no

PROGRAMA PSICÓLOGOS NAS ESCOLAS

DOCUMENTO ORIENTADOR

SUMÁRIO

**BOAS VINDAS AO PROGRAMA
PSICÓLOGOS NAS ESCOLAS 06**

OBJETIVO GERAL 08

OBJETIVOS ESPECÍFICOS 08

**SUA JORNADA NA EDUCAÇÃO:
A PSICOLOGIA QUE TRANSFORMA 10**

1

**A PSICOLOGIA NA EDUCAÇÃO
PÚBLICA BRASILEIRA:
TRAJETÓRIA E MARCO LEGAL 12**

1.1 O PROGRAMA PSICÓLOGOS NAS
ESCOLAS - TERMO DE REFERÊNCIA

1.2 SUPERVISÃO EM PSICOLOGIA

2

**ATUAÇÃO DO
PSICÓLOGO ESCOLAR 17**

2.1 O PAPEL DO PSICÓLOGO
E ÁREAS DE ATUAÇÃO

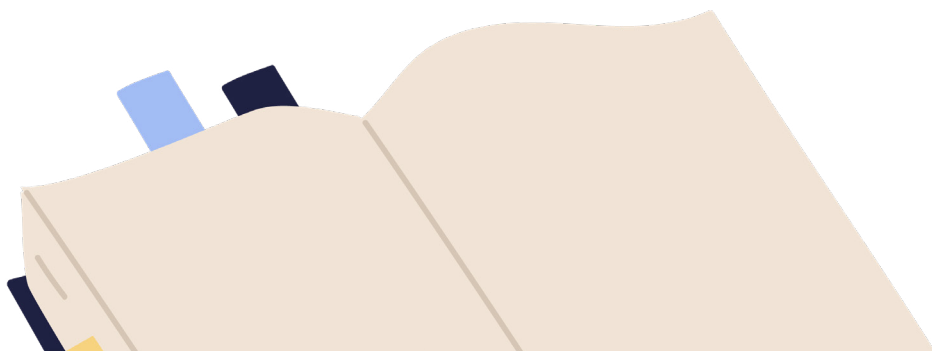
2.2 DOCUMENTAÇÃO E
O REGISTRO

2.3 A PRODUÇÃO DOCUMENTAL COMO
PRIORIDADE NA PSICOLOGIA ESCOLAR

3

**PSICOLOGIA ESCOLAR: CONTRIBUIÇÕES
PARA O DIÁLOGO E A CONVIVÊNCIA ESCOLAR 34**

3.1 O MAPEAMENTO INSTITUCIONAL



3.2 PLANO DE INTERVENÇÃO: TRANSFORMANDO O MAPEAMENTO EM AÇÃO COLETIVA

3.3 SUGESTÃO DE AÇÕES COLETIVAS

3.4 O PSICÓLOGO ESCOLAR E O PLANO DE MELHORIA DE CONVIVÊNCIA (PMC)

4

INTERVENÇÕES PSICOSSOCIAIS NO AMBIENTE ESCOLAR: ABORDAGENS ESSENCIAIS

45

4.1 AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PSICÓLOGO ESCOLAR: PREVENÇÃO, PROMOÇÃO E ARTICULAÇÃO EM REDE

4.2 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS E CRÍTICA À MEDICALIZAÇÃO

4.3 SUICÍDIO NO CONTEXTO ESCOLAR: DA PREVENÇÃO E SUPORTE AO LUTO

4.3.1 **EQUIPE ESCOLAR E CONSTRUÇÃO DE UM AMBIENTE DE APOIO**

4.3.2 **SINAIS DE ATENÇÃO PARA O SUICÍDIO**

4.3.3 **POSVENÇÃO EM CASO SUICÍDIO**

4.3.4 **FLUXO DE ENCAMINHAMENTO DE CASOS SENSÍVEIS E PROTOCOLO 179**

4.4 ABUSO SEXUAL

4.4.1 **LEIS QUE AMPARAM O ESTUDANTE VITIMA DE ABUSO SEXUAL**

4.4.2 **PLANO DE INTERVENÇÃO**

4.4.3 **VIOLÊNCIA SEXUAL ENTRE ESTUDANTES: UMA ATUAÇÃO COMPLEXA E MULTIFACETADA**

4.4.4 **INTERVENÇÃO DO PSICÓLOGO**



- 4.5 RACISMO COMO BARREIRA AO DESENVOLVIMENTO E À SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE ESCOLAR
 - 4.5.1 **PREVENÇÃO AO RACISMO: CONSTRUINDO UMA CULTURA ESCOLAR ANTIRRACISTA**
 - 4.5.2 **POSVENÇÃO AO RACISMO: REPARANDO DANOS E PROMOVENDO A RECUPERAÇÃO**
- 4.6 BULLYING E CYBERBULLYING NO AMBIENTE ESCOLAR: DESAFIOS CRÍTICOS PARA A SAÚDE MENTAL E A CONVIVÊNCIA
 - 4.6.1 **ARCABOUÇO LEGAL E A RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL NO BRASIL**
 - 4.6.2 **O PSICÓLOGO ESCOLAR: CONSTRUTOR DE PONTES NO MANEJO DO BULLYING E CYBERBULLYING**
 - 4.6.3 **POSVENÇÃO AO BULLYING E CYBERBULLYING: RECUPERAÇÃO E REPARAÇÃO**
- 4.7 VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E PLATAFORMAS DIGITAIS
 - 4.7.1 **O PSICÓLOGO ESCOLAR NA PROTEÇÃO DIGITAL: PREVENÇÃO, INTERVENÇÃO E POSVENÇÃO**
- 4.8 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: UM OLHAR INTEGRAL DA PSICOLOGIA ESCOLAR
 - 4.8.1 **O MARCO LEGAL E A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR**
 - 4.8.2 **ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E POSVENÇÃO: O SUPORTE ABRANGENTE**



5	TECENDO A INCLUSÃO E VALORIZANDO A DIVERSIDADE - UM PILAR DA ESCOLA DEMOCRÁTICA E SOCIALMENTE JUSTA	83
5.1	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA ATUAÇÃO INCLUSIVA DO PSICÓLOGO ESCOLAR	
5.2	INTERVENÇÕES DO PSICÓLOGO ESCOLAR NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: PARÂMETROS DE ATUAÇÃO	
5.3	A INCLUSÃO COMO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO COLETIVO DA ESCOLA	
6	CONSTRUINDO PONTES: ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS	89
6.1	MAPEAMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL E SAÚDE	
6.2	IDENTIFICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS PARA A ESCOLA	
7	A PRÁTICA REFLEXIVA DO PSICÓLOGO ESCOLAR: QUALIDADE, REGISTRO E APRENDIZAGEM CONTÍNUA	92
7.1	DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL CONTÍNUO E O ENFOQUE NA APRENDIZAGEM	
7.2	O REGISTRO DAS PRÁTICAS PSICOLÓGICAS	
7.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	
	ANEXOS	100
	GLOSSÁRIO	101
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103



BOAS-VINDAS AO PROGRAMA PSÍCOLOGOS NAS ESCOLAS

SEJA BEM-VINDO AO PROGRAMA PSÍCOLOGOS NAS ESCOLAS

Este é o início de uma etapa profissional significativa, onde sua formação em psicologia impacta diretamente a vida de estudantes, famílias e profissionais da educação. Você se une a uma iniciativa dedicada à promoção da saúde mental e do bem-estar no ambiente escolar público, um espaço fundamental para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. Sua atuação é marcada por reconhecimento e significado: sua escuta atenta, presença acolhedora e intervenções conscientes fazem a diferença,

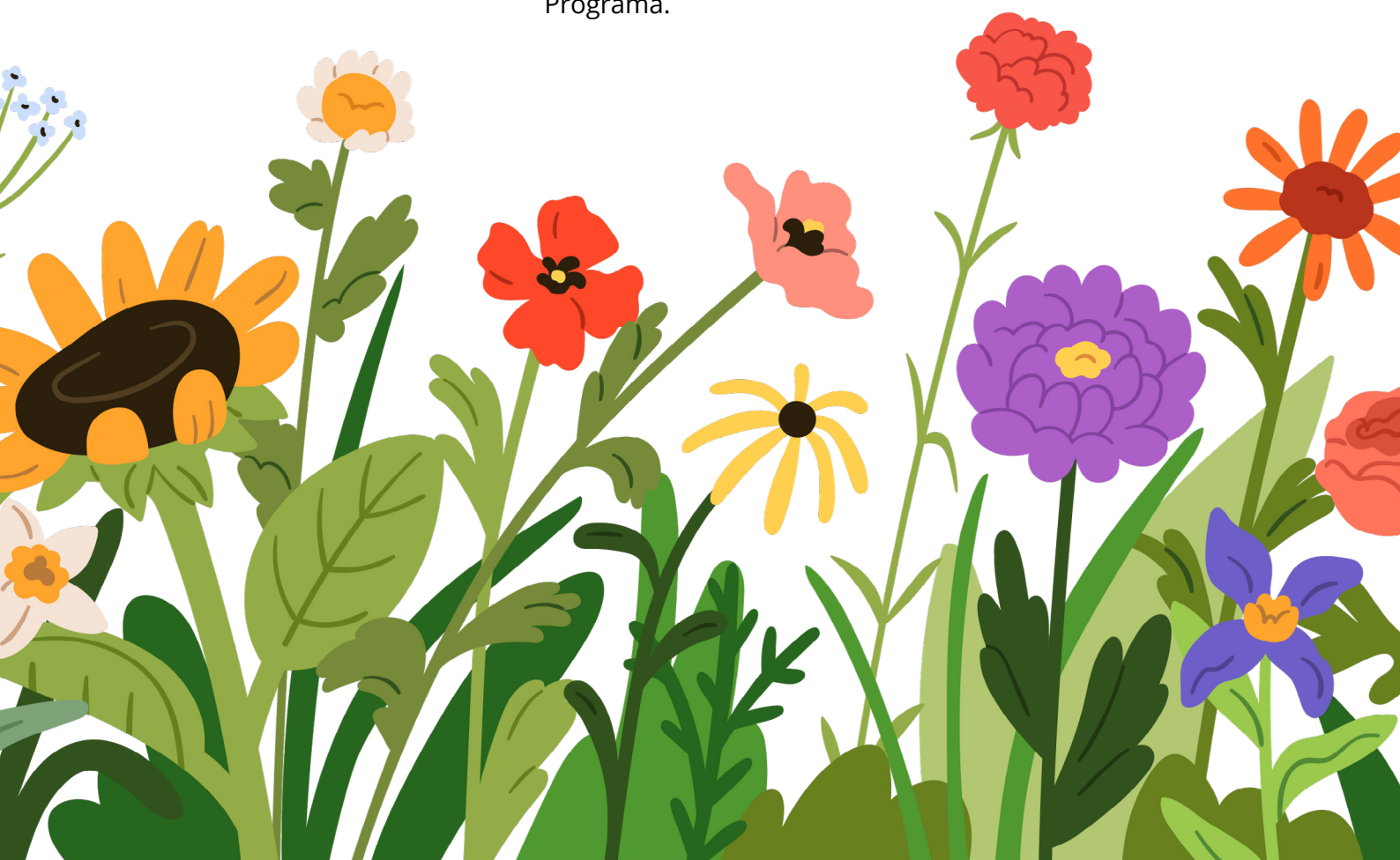


contribuindo para a construção de uma escola mais inclusiva e promotora de direitos.

Este material apresenta uma filosofia de trabalho que prioriza a abordagem institucional, com foco na prevenção, proteção e promoção da saúde mental em nível coletivo. Ele compreende as dinâmicas relacionais e contextuais que influenciam o bem-estar da comunidade escolar. Sua atuação, que incorpora estratégias de mediação para enriquecer o trabalho, se pauta na facilitação de processos de diálogo e construção coletiva, fortalecendo as relações e o protagonismo da comunidade escolar.

Ser psicólogo escolar transcende a aplicação de técnicas; é exercer uma escuta comprometida com a transformação de realidades. Esta atuação demanda sensibilidade para as nuances das relações escolares, ética para conduzir situações complexas e coragem para sustentar intervenções que visam o bem-estar coletivo, em consonância com as Diretrizes do Conselho Federal de Psicologia (CFP) para a atuação na educação, que preconizam uma postura crítica, promotora de direitos e orientada para a equidade.

Este documento representa a primeira versão de um material em constante evolução. Ele é um recurso vivo que será continuamente enriquecido e complementado conforme se avança no processo de aprendizado e desenvolvimento do Programa.

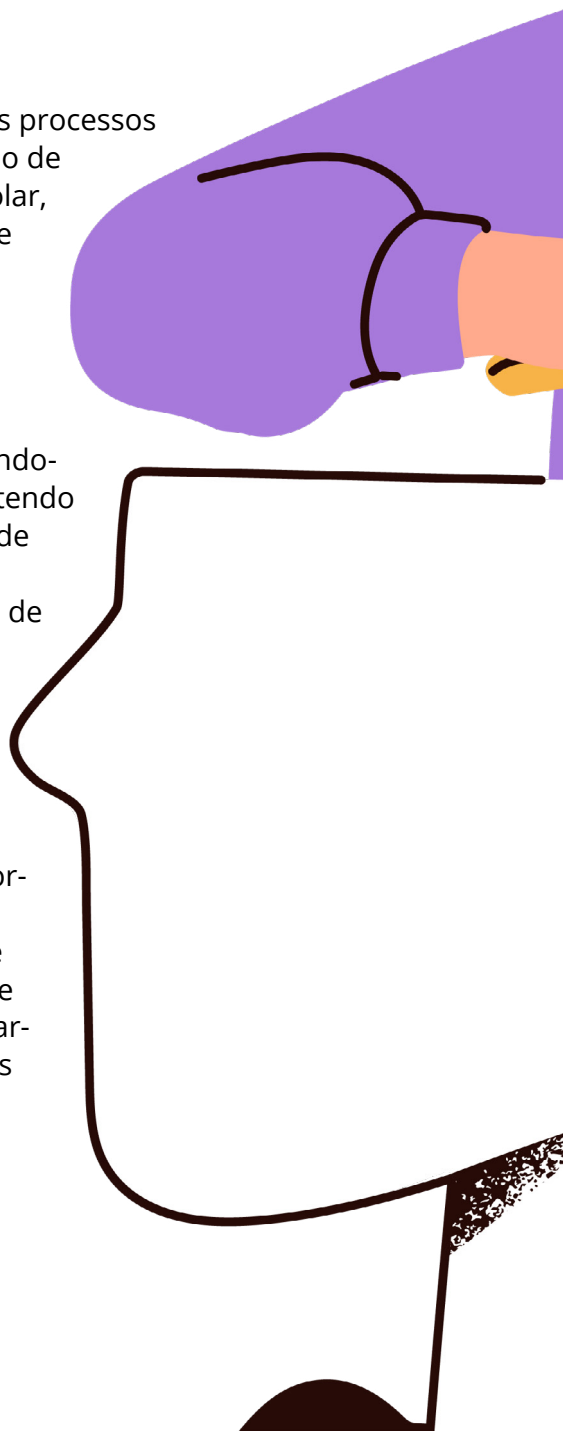
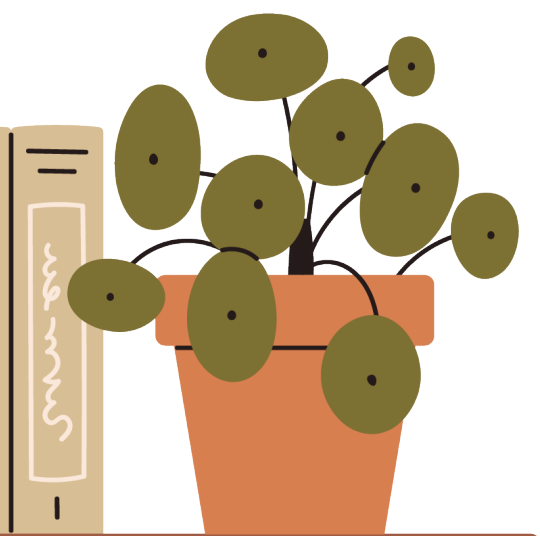


OBJETIVO GERAL

Oferecer subsídios teóricos, práticos e éticos que orientem o psicólogo escolar em sua jornada profissional no Programa Psicólogos nas Escolas, desde a inserção inicial até a consolidação de uma prática psicossocial eficaz, ética e alinhada às demandas do contexto educacional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Orientar o psicólogo sobre os processos de integração e co-construção de sua atuação na unidade escolar, facilitando a compreensão de seu papel em um trabalho colaborativo.
- Reafirmar a natureza crítica e institucional da atuação do psicólogo escolar, diferenciando-a da prática clínica e combatendo a Psicologização da dificuldade escolar. A atuação deve ser para a análise dos processos de e para a promoção de uma interdisciplinar e interse-
nhecendo professores e parceiros essenciais para práticas inclusivas e equi-
- Reforçar ao psicólogo a importância da observação qualitativa e de instrumentos de análise e de promovendo a capacidade de to as questões sociais e as barreiras e recursos e potencialidades



comunidade escolar.

- Apresentar ao psicólogo a importância da atuação diante de ausência de diálogo, frustrações e a complexidade das dinâmicas escolares, incentivando a construção contínua de sua identidade profissional e reconhecimento em um processo gradual de diálogo.
- Fortalecer a capacidade do psicólogo de estabelecer canais de comunicação eficazes com as famílias e a comunidade, promovendo a participação e a responsabilidade no processo educativo e no desenvolvimento integral dos estudantes.
- Estimular a reflexão ética constante sobre a prática, a busca por atualização profissional e a valorização do papel do psicólogo escolar como agente de transformação social e defesa de políticas públicas.

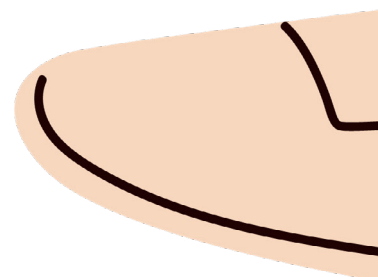


SUA JORNADA NA EDUCAÇÃO: A PSICOLOGIA QUE TRANSFORMA

Este momento marca sua integração à estrutura que sustenta nossa iniciativa. Sua atuação é legitimada pelo **Marco Legal da Psicologia na Educação Pública**, com destaque para a **Lei nº 13.935/2019**, que define seus direitos e deveres. Para aprofundamento na regulamentação desta lei, consulte o documento **Psicólogas(os) e Assistentes Sociais na Rede Pública de Educação Básica: Orientações para a regulamentação da Lei 13.935/2019 - versão 2021** do Conselho Federal de Psicologia (CFP). **As Diretrizes Éticas e Políticas do Conselho Federal de Psicologia (CFP)**, bem como as **Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica do CFP**, constituem o arcabouço ético essencial para sua prática responsável e alinhada aos princípios da Psicologia no ambiente escolar, sempre em consonância com o **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**.

Para o exercício de suas funções, o psicólogo familiariza-se com a abrangente **rede de apoio institucional** que potencializa seu trabalho. O Programa articula-se com:

- **Supervisores(as) de Psicologia Escolar:** Oferecem orientação técnica especializada.
- **Unidade Regional de Ensino (URE):** Instâncias de gestão e coordenação do sistema educacional.
- **Secretaria Estadual da Educação (SEDUC):** Responsável pelas políticas educacionais que norteiam a atuação do programa.





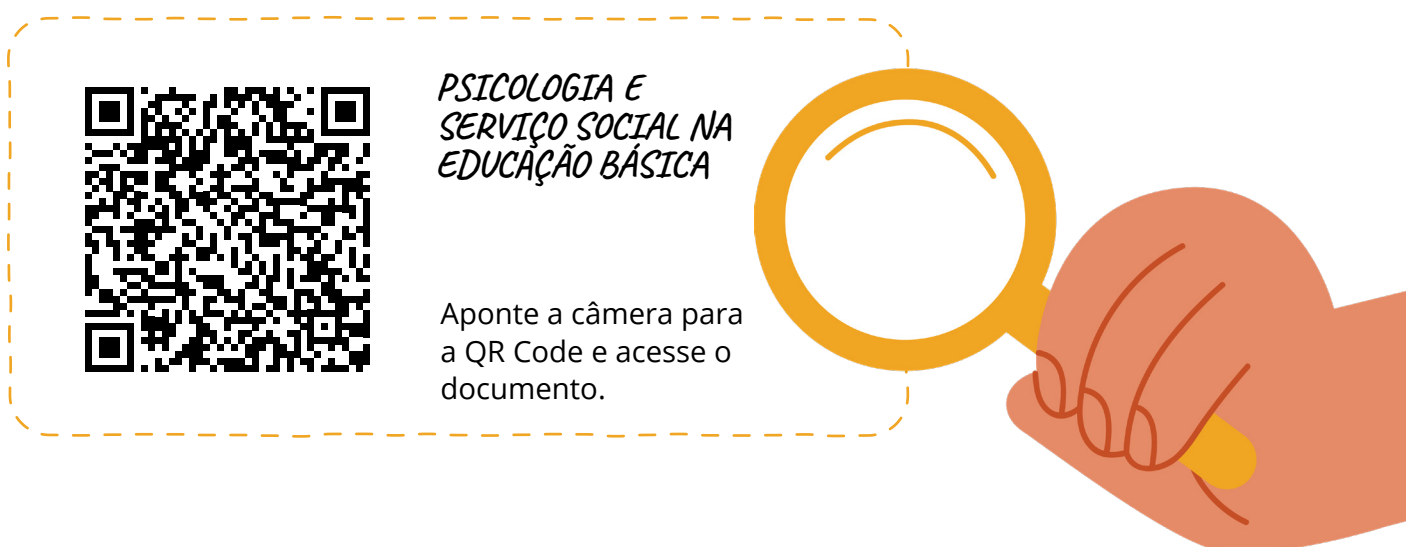
- **Equipe do Conviva:** Responsável pela gestão do Programa Psicólogos na Escola, atua na análise crítica dos conflitos e na construção de estratégias coletivas de enfrentamento, contribuindo para a cultura de paz e o fortalecimento das relações no ambiente educacional.
- **Demais profissionais da educação:** Incluem gestores, professores, coordenadores pedagógicos, supervisores de ensino/supervisor educacional e PEC Conviva. Com eles, o psicólogo constrói relações colaborativas para a implementação de práticas alinhadas às necessidades de cada unidade escolar.

A PSICOLOGIA NA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: **TRAJETÓRIA E MARCO LEGAL**

A Psicologia na educação pública brasileira evoluiu significativamente. Inicialmente, focada em testes e **avaliações com caráter individual**, a atuação transformou-se para uma abordagem mais crítica e contextualizada das dinâmicas escolares. Nesse percurso, a **Lei nº 13.935/2019** consolidou-se como um marco legal fundamental. Ela não só legitima a presença de psicólogos e assistentes sociais nas escolas públicas, mas também delinea seus direitos e deveres.

Para a compreensão e aplicação dessa legislação, o **Conselho Federal de Psicologia (CFP)**, em conjunto com a **Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRABEE)**, elabora documentos de apoio. A colaboração de diversas entidades e profissionais na construção dessa Lei, demonstra sua solidez e abrangência.

O Manual e os Subsídios para Regulação da Lei: Psicólogas(os) e Assistentes Sociais na Rede Pública de Educação Básica – Orientações para Regulação da Lei 13.935/2019 (versão 2021), disponível no site do CFP, oferece um guia prático e detalhado. Para acessá-lo, utilize o QR code abaixo



A ATUAÇÃO CONTEMPORÂNEA SOB A PERSPECTIVA LEGAL

A Psicologia Escolar, alinhada ao atual referencial normativo, engaja-se com as complexas questões da escola. Isso exige uma escuta qualificada e sensibilidade apurada para perceber como o **contexto social do sujeito impacta em seu modo de ser e agir**.

Autores como Patto (1990) e Antunes (2008) enfatizam a importância de superar modelos patologizantes. Eles defendem um foco nos determinantes sociais do fracasso escolar e na promoção de práticas verdadeiramente inclusivas e colaborativas para uma escola mais democrática e equitativa. Essa revisão crítica da área, que busca compreender o sofrimento escolar como expressão de injustiças sociais e valoriza intervenções articuladas com a realidade da comunidade (Marinho-Araújo & Almeida, 2005), reflete-se nas diretrizes e princípios legais que hoje regem a atuação do psicólogo na educação.

A escola é um ambiente **essencial** para o desenvolvimento intelectual, a aprendizagem significativa e a construção da cidadania. O psicólogo escolar contribui para que esse processo educacional seja realizado e acessível a todos.

O REFERENCIAL DO CFP: GUIA PARA A PRÁTICA CONFORME AS NORMAS

O Conselho Federal de Psicologia (CFP), por meio de seu Referencial Técnico para Atuação na Educação Básica 2019, um desdobramento do quadro regulatório, oferece orientações claras para uma prática que prioriza os aspectos coletivos, institucionais e sociais. Essa orientação visa promover vínculos, respeitar a diversidade, mediar conflitos e articular com a rede de proteção, afastando-se de abordagens medicalizantes e individualizantes.

Sob a égide desse conjunto de normas e princípios éticos, a escola estabelece-se como um espaço democrático, **essencial** para a construção da cidadania, o fomento de relações éticas e a promoção dos direitos humanos.

O REFERENCIAL DO CFP: GUIA PARA A PRÁTICA CONFORME AS NORMAS

É comum que, ao iniciar sua atuação, o psicólogo escolar encontre **expectativas desalinhadas**, frequentemente ligadas a uma função puramente clínica. Contudo, em estrita conformidade com as disposições legais e o Referencial Técnico do CFP (2019), a Psicologia Escolar opera sob uma **perspectiva institucional e coletiva**.

Sua atuação foca em:

- Fortalecer relações;
- Apoiar o processo de ensino-aprendizagem;
- Promover a inclusão;
- Colaborar e mediar conflitos;
- Fortalecer vínculos;
- Dialogar com a rede de proteção.

O objetivo principal é compreender os contextos que impactam a saúde mental e o desenvolvimento da comunidade escolar, sempre sem patologizar comportamentos.

ATUAÇÃO EM CRISE: PREVISÃO E LIMITAÇÃO

Em situações de emergência ou crise, a atuação do psicólogo escolar é totalmente guiada por regras e princípios éticos da profissão. Nesses casos, o psicólogo faz acolhimentos pontuais com escuta qualificada e encaminha para a rede de atenção psicossocial. Isso sempre acontece de acordo com o **Código de Ética Profissional do Psicólogo** e com o principal objetivo de **proteger a vida e o bem-estar do estudante**.

A atuação emergencial não é um atendimento clínico terapêutico, mas sim uma **intervenção de crise** prevista e limitada ao escopo da psicologia escolar. A escola e o psicólogo escolar atuam como parceiros institucionais,

unindo esforços para buscar e manter a qualidade do ambiente de aprendizagem. O foco do psicólogo está na **prevenção e na atuação coletiva**, em diálogo constante com toda a comunidade educativa, para promover a saúde mental, os direitos humanos e a inclusão, conforme estabelecido pelas leis e normas éticas.

O PROGRAMA PSICÓLOGOS NAS ESCOLAS *TERMO DE REFERÊNCIA*

O **Termo de Referência (TR)** do programa “Psicólogos nas Escolas” é um documento formal e detalhado que estabelece as diretrizes, os objetivos, as responsabilidades e as condições para a implementação e execução da iniciativa. Dessa forma, o TR serve como um guia para todos os envolvidos, desde os gestores e profissionais da educação até os psicólogos que atuam nas escolas.

O TR orienta a elaboração de planos de intervenção a partir do mapeamento da comunidade escolar. Ele aborda:

- a compreensão dos papéis dos atores;
- a desconstrução de violências e preconceitos;
- a inclusão da diversidade;
- a mediação de conflitos;
- o desenvolvimento de habilidades socioemocionais coletivas;
- a melhoria dos processos de escolarização;
- a compreensão das desigualdades sociais;
- a promoção dos direitos humanos;
- a criação de grupos de apoio, entre outras ações pertinentes à realidade de cada escola.

A prática do psicólogo escolar deve, ainda, observar as normativas do CFP e CRP. Suas atribuições incluem:

- apoiar a equipe gestora na relação com famílias e comunidade;
- colaborar na elaboração e execução de planos de melhoria da convivência escolar;
- realizar formações e dinâmicas coletivas;
- utilizar métodos e instrumentos validados pelo CFP;
- realizar atendimentos individualizados estritamente para escuta pontual e encaminhamento em emergências, conforme o ECA e o princípio da proteção integral.

SUPERVISÃO **EM PSICOLOGIA**

O Supervisor de Psicologia Escolar oferece o acompanhamento necessário para desenvolver e consolidar a atuação do psicólogo na escola. Suas responsabilidades formais incluem:

- Auxiliar na compreensão da comunidade educacional e das demandas do ambiente escolar.
- Propor ações e auxiliar na construção de planos de intervenção para a resolução ou mitigação de problemas identificados no contexto escolar.
- Apoiar e supervisionar o psicólogo no aprimoramento de suas habilidades e competências, incluindo a interlocução com as equipes pedagógicas e administrativas, e a orientação a pais ou responsáveis legais.
- Orientar sobre possíveis decisões referentes à quebra de sigilo, visando o menor prejuízo e sempre em estrita observância à legislação vigente.
- Realizar visitas técnicas às unidades escolares sempre que possível.
- Acompanhar a elaboração dos relatórios dos profissionais alocados e auxiliar, quando necessário.
- Promover a interlocução das equipes de psicólogos junto às Unidade Regional de Ensino e à **SEDUC**.

A ATUAÇÃO DO **PSICÓLOGO** **ESCOLAR**

A atuação do psicólogo escolar é fundamental em um cenário educacional cada vez mais complexo, posicionando esse profissional como um agente ativo na promoção da saúde mental e no desenvolvimento integral de toda a comunidade educativa. Sua presença transcende a mera resposta a crises pontuais, buscando construir um ambiente escolar que atue como um espaço de reflexão crítica e de transformação das práticas institucionais contribuindo para a promoção do bem-estar e dos direitos de todos, conforme a visão da psicologia escolar que entende a escola como um espaço de produção de subjetividades. (CFP, 2013; Marinho-Araújo & Almeida, 2013, Proença 1999).

Ao ingressar na escola, o psicólogo é convidado a ter um olhar crítico e sistêmico sobre os fenômenos psicológicos. Isso significa ir além das demandas individuais, compreendendo as manifestações de sofrimento e os desafios na aprendizagem como reflexos das dinâmicas escolares, familiares e sociais (Guzzo, 2019; Tanamachi & Rocha, 2010; Patto, 1996). Essa perspectiva, alinhada à Psicologia Histórico-Cultural e a abordagens sistêmicas, permite intervenções que não apenas lidam com problemas, mas que transformam o ambiente educacional de forma significativa.

A prática do psicólogo escolar exige um entendimento claro de seu papel. Embora fundamental, essa atuação enfrenta desafios históricos e estruturais à sua efetiva implementação. Um dos obstáculos mais frequentes reside na necessidade de esclarecer a especificidade de sua intervenção, que, conforme orienta o Conselho Federal de Psicologia (CFP), não se confunde com a prática clínica individual dentro da escola (CFP, 2018; Lopes & Almeida, 2015). Pelo contrário, o escopo de trabalho do psicólogo escolar abrange a análise institucional, coletiva e preventiva, voltada a estudantes, docentes, gestores e famílias, com foco no desenvolvimento socioeducativo e na promoção de uma cultura escolar inclusiva e acolhedora.

Este capítulo aprofundará os pilares dessa atuação, destacando os desafios e as ferramentas essenciais para a consolidação de uma psicologia escolar que promova uma educação mais humana, inclusiva e resiliente.

DESAFIO NA ATUAÇÃO

Neste momento do documento, iremos elencar alguns desafios e complexidades na atuação do Psicólogo escolar, para compreendermos e construirmos soluções coletivas para essas questões:

- **Compreensão Inadequada do Papel:** A função do psicólogo é, muitas vezes, confundida com a de um psicólogo clínico, gerando expectativas de atendimento individual e demandas que não se alinham à abordagem psicopedagógica e institucional. Essa indefinição dificulta a integração plena e o desenvolvimento de um trabalho contínuo e abrangente.
- **Desafios na Articulação com Profissionais da Escola:** A colaboração entre a psicologia escolar e os profissionais da educação pode enfrentar desafios, muitas vezes relacionados às particularidades das rotinas e expectativas institucionais. A construção de um entendimento mútuo sobre a atuação da psicologia é um processo que exige diálogo, considerando as demandas e saberes de docentes e coordenadores, para que ações colaborativas possam ser desenvolvidas de forma contextualizada e eficaz.
- **Construção da Parceria entre Escola e Família:** A articulação entre a

escola e as famílias é um dos pilares do trabalho em psicologia escolar, embora essa parceria possa enfrentar desafios complexos. Em vez de encarar a participação como uma colaboração unilateral, é fundamental que o psicólogo atue na mediação desse relacionamento, buscando compreender as diferentes realidades e contextos familiares. O trabalho profissional consiste em estabelecer canais de diálogo acessíveis e em construir, junto com a escola, estratégias que fortaleçam os laços de confiança e co-responsabilidade, reconhecendo as potencialidades de cada família no processo educativo.

FORTALECENDO A PARCERIA: FAMÍLIA, ESCOLA E COMUNIDADE

A atuação alinhada da família e da escola, como ambientes complementares e essenciais, potencializa o desenvolvimento integral dos estudantes. O estabelecimento de canais de diálogo e escuta com os responsáveis fortalece essa parceria, otimizando o desenvolvimento e a abrangência das intervenções escolares.

ATUAÇÃO INTERDISCIPLINAR

É essencial que o psicólogo compreenda a natureza **cooperativa e interdisciplinar** de seu trabalho, atuando de forma integrada com áreas como Pedagogia e Psicopedagogia. Essa colaboração converge para o objetivo comum do desenvolvimento pleno de crianças e jovens, afastando visões fragmentadas da atuação profissional.

A prática da Psicologia Escolar tem obtido crescente reconhecimento, especialmente diante das complexas transformações sociais contemporâneas. Esse cenário atualiza a reflexão sobre a relevância da atuação psicológica nas escolas e a urgência na defesa de políticas públicas que assegurem uma maior e qualificada presença profissional na educação básica. A atuação do psicólogo, por sua natureza interdisciplinar, focada na compreensão das demandas específicas de cada instituição, demonstra que sua presença configura uma parceria enriquecedora para o ambiente educacional.

PRÁTICA ÉTICA E EFICAZ: PRINCÍPIOS DA ATUAÇÃO

A atuação do psicólogo no ambiente escolar contemporâneo transcende a mera resposta a eventos críticos, consolidando-se como uma prática multifacetada e estratégica. Com base em princípios éticos e teóricos da Psicologia da Educação, esse profissional visa à promoção do desenvolvimento integral de toda a comunidade educativa, atuando de forma preventiva e promotora de bem-estar.

A Psicologia Escolar, fundamentada em uma perspectiva crítica e contex-

tualizada, vai além de modelos clínicos ou meramente adaptacionistas. Autores como Patto (1996) e Maluf (2009) ressaltam a importância de compreender o processo educativo em sua complexidade, englobando suas dimensões sociais, culturais, políticas e institucionais. Assim, o psicólogo escolar foca não apenas no indivíduo, mas nas relações, nos sistemas e nos contextos que permeiam a vida escolar.

Abaixo, seguem os **princípios** que permeiam o trabalho do psicólogo escolar que são fundamentais e amplamente sustentados pela literatura da Psicologia nesta área, delineando uma prática ética e eficaz no contexto educacional.

1

PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL: FOCO NA TOTALIDADE

Este princípio direciona o psicólogo para além de questões pontuais, focando na promoção do desenvolvimento cognitivo, emocional, social e ético. Como enfatiza Sandra Francesca Conte de Almeida (2007), a psicologia escolar deve olhar o estudante em sua totalidade, impulsionando suas potencialidades e o desenvolvimento de sua autonomia e criticidade. A importância dessas habilidades é cada vez mais reconhecida globalmente, sendo um foco central em currículos e políticas educacionais contemporâneas (- <https://casel.org/>).

2

ATUAÇÃO PREVENTIVA E PROMOCIONAL: ANTECIPAÇÃO E BEM-ESTAR

O psicólogo escolar prioriza ações preventivas e promocionais, identificando precocemente condições de vulnerabilidade e proteção. Essa atuação abrange a implementação de programas e atividades coletivas para o bem-estar e a saúde mental. Pattini e Souza (2012) defendem que essa atuação se expande à elaboração de projetos que impactam positivamente o ambiente escolar.

3

PERSPECTIVA CONTEXTUAL E SISTÊMICA: ENTENDENDO AS DINÂMICAS

O psicólogo escolar compreende o desenvolvimento do estudante como influenciado por múltiplos contextos: fa-

mília, escola, comunidade e cultura. Sua intervenção adota uma perspectiva contextual e sistêmica, evitando culpar o indivíduo e procurando entender as interações que moldam o desenvolvimento. Urie Bronfenbrenner (1979), com sua Teoria Ecológica, oferece um arcabouço sólido para essa compreensão, orientando atuações em diversos níveis e com múltiplos atores. Estudos atuais sobre Engajamento Escolar e condições de vulnerabilidade e proteção (ex: Fredricks et al., 2004; Skelton, 2012) continuam a reforçar a necessidade de uma análise sistêmica para intervenções eficazes.

4

COLABORAÇÃO E INTERSETORIALIDADE: TRABALHO EM REDE

O trabalho do psicólogo escolar é essencialmente colaborativo e envolve a articulação com a rede de proteção social. Ele atua em parceria com professores, gestores, famílias e outros profissionais (saúde, assistência social, conselho tutelar). Essa atuação em rede é importante para o suporte integral aos estudantes e suas famílias. A comunicação e a construção conjunta de estratégias otimizam as intervenções. O psicólogo, em sua atuação, deve apoiar na identificação de violações de direitos, (ex: abuso, negligência, etc), acionando a escola para o encaminhamento e articulação com os serviços competentes, demonstrando uma compreensão da dimensão social dos problemas escolares, como discute Patto 1996, assegurando corresponsabilidade. A importância das parcerias escola-comunidade e da atuação em rede é cada vez mais preconizada por políticas públicas e pesquisas recentes em educação e proteção à infância. Para isso, a escola deve se constituir como parte da rede protetiva e fomentar a articulação constante.

(<https://www.unesco.org/open-access/terms-use-ccbysa-en>).

5

RESPEITO À DIVERSIDADE E INCLUSÃO: CULTIVANDO EQUIDADE

O psicólogo escolar defende e promove o reconhecimento e a valorização das diversidades (étnica, cultural, de gênero, neurodesenvolvimento, etc.) e a inclusão de todos. Isso envolve criar um ambiente acolhedor onde as diferenças são valorizadas. Freire (1996) ressalta a importância do diálogo e respeito às identidades para uma educação

libertadora. Nesse sentido, a contribuição de autores como Candau (2016), com suas pesquisas sobre interculturalidade e direitos humanos na educação, reforça a urgência de uma pedagogia que acolhe e valoriza as múltiplas identidades. O psicólogo atua para desconstruir preconceitos e discriminações, fomentando uma cultura de equidade.

6

ÉTICA E COMPROMISSO SOCIAL: CONFIDENCIALIDADE E JUSTIÇA

A prática do psicólogo escolar é pautada por um rigoroso **código de ética**, garantindo **confidencialidade, sigilo e respeito à autonomia**. A **Resolução CFP nº 010/2005** enfatiza a responsabilidade social da profissão. Exceções ao sigilo ocorrem apenas em risco iminente, visando a proteção do bem-estar. A “Sistematização de práticas em psicologia escolar” (CFP, 2010) reforça o manejo ético da prática profissional. Além disso, há um **compromisso social** com os direitos humanos e a justiça social. O psicólogo atua ativamente contra desigualdades e discriminações, visando uma escola inclusiva e democrática. **Freire (1979)** inspira uma prática engajada na transformação social e conscientização crítica. A obra de **Silvio Bock (2007, 2017)**, com sua perspectiva histórico-crítica, aprofunda a compreensão do papel do psicólogo como agente de transformação social e ético, especialmente no contexto brasileiro

7

RESPEITO À DIVERSIDADE E INCLUSÃO: CULTIVANDO EQUIDADE

A capacidade de acolhimento e escuta ativa é fundamental para qualquer intervenção eficaz. Carl Rogers (1957) destacou a empatia e aceitação incondicional para relações de ajuda. No contexto escolar, essa postura do psicólogo é essencial para que a comunidade se sinta segura para buscar apoio. Sandra Francesca Conte de Almeida 2007 e Solange Guzzo 2001, enfatizam a escuta atenta para uma compreensão qualificada e sensível das demandas.

8

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS: DIÁLOGO E SOLUÇÕES CONSTRUTIVAS

A mediação de conflitos, realizada de forma estratégica e cuidadosa, constitui uma atuação valiosa do psicólogo. Ao promover a compreensão mútua e facilitar a busca por soluções, o psicólogo contribui para o clima escolar e o desenvolvimento de habilidades sociais. Essa abordagem busca transformar desentendimentos em oportunidades de aprendizado. Atualmente, as abordagens de Comunicação Não Violenta, como desenvolvidas por **Marshall Rosenberg (2003)** oferecem um arcabouço prático e aprofundado para a atuação em diálogos no ambiente escolar.

9

COMPREENSÃO DA REALIDADE: PROTAGONISMO E CRÍTICA

A atuação do psicólogo escolar deve ser um catalisador para o fortalecimento da consciência social, promovendo a valorização dos indivíduos e a compreensão crítica de suas realidades. Inspirada nas ideias de **Ignácio Martín-Baró (1996)** e **Paulo Freire (1996)**, esta abordagem busca potencializar estudantes, professores e famílias, capacitando-os a serem sujeitos críticos e ativos nas transformações sociais que almejam. O objetivo é, portanto, ir além da adaptação individual, focando na emancipação e na intervenção sobre as estruturas que produzem desigualdades e moldam o bem-estar e o desenvolvimento no ambiente educacional.

10

RESPEITO AOS SABERES E CULTURAS LOCAIS: VALORIZANDO A DIVERSIDADE

A prática do psicólogo escolar deve ser sensível e respeitosa às diferentes culturas e experiências da comunidade. **Clifford Geertz (1973)** ressalta sobre a importância de compreender significados culturais para uma atuação eficaz. O psicólogo integra esses saberes, construindo um diálogo intercultural que valoriza a diversidade e promove a equidade, como abordado por **Vera Candau (2005)**. A crescente valorização da interculturalidade crítica na educação (**Walsh, 2009**) sublinha a necessidade de ir além da tolerância, promovendo a transformação das relações de poder e o reconhecimento pleno de diferentes epistemologias.

11

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA CRÍTICA E CONTEXTUALIZADA: COMPREENSÃO ABRANGENTE

A avaliação psicológica na escola supera modelos psicométricos e testes padronizados, buscando uma compreensão aprofundada das necessidades e potencialidades dos estudantes em seu contexto.

Nessa perspectiva, a psicologia defende uma abordagem que considere aspectos sociais, culturais e históricos, evitando o uso acrítico de instrumentos. A avaliação é um processo contínuo e dialógico, com múltiplos atores e ferramentas, que subsidia intervenções eficazes.

Para aprofundar essa discussão, são relevantes os trabalhos de **Facci e Vitta (2019)**, presentes no livro “Por que a psicologia na educação? Contribuições do materialismo histórico-dialético”. A obra, organizada pelas autoras, reforça a importância de uma psicologia escolar crítica e engajada, em defesa da emancipação humana no processo de escolarização. De forma complementar, a obra de **Cacci, Leonardo e Souza (2019)**, no livro “Avaliação psicológica e escolarização: contribuições da psicologia histórico-cultural”, aprofunda a discussão sobre o fazer do psicólogo escolar, indo além de modelos meramente psicométricos.

A discussão sobre o conceito de maturação, presente em **Asbahr e Nascimento (2013)** “Criança não é manga, não amadurece: conceito de maturação na teoria histórico-cultural”, contribui para uma análise despatologizante e contextualizada do desenvolvimento infantil no ambiente escolar.

11

REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE A PRÁTICA E FORMAÇÃO CONTINUADA: APRIMORAMENTO CONSTANTE

Dada a complexidade do ambiente escolar, o psicólogo mantém uma postura reflexiva sobre sua prática em busca de aprimoramento constante. **Donald Schön (1983)** destaca a reflexão na ação e sobre a ação para desenvolver um conhecimento prático sofisticado, adaptado aos contextos e capaz de gerar novas soluções.

A formação continuada e a supervisão institucional são elementos-chave para a atualização profissional, especialmente diante de desafios emergentes como o impacto das tecnologias digitais e novas configurações familiares (**Barros & Barbosa, 2018**).

A esse respeito, a contribuição de **Marcondes (2013)** sobre a escrita no contexto institucional e a obra de **Negreiros e Fonseca (2018)** sobre registros documentais são valiosas para aprofundar a reflexão sobre a prática na psicologia escolar. Além disso, **Checchia (2020)** reforça o papel do psicólogo na formação continuada dos próprios educadores.

O PAPEL DO PSICÓLOGO E ÁREAS DE ATUAÇÃO

O psicólogo escolar atua no ambiente educacional com base no Código de Ética Profissional, focando na compreensão e intervenção dos processos psicológicos que permeiam a escola. Suas principais áreas de atuação incluem:

- **Apoio ao Desenvolvimento Sócio Emocional:** O psicólogo contribui para criar as condições que favorecem o desenvolvimento de habilidades como autoconsciência, autogestão, empatia e tomada de decisões responsáveis, essenciais para o bem-estar e o desenvolvimento integral dos estudantes.
- **Atuação nos desafios da Escolarização:** O psicólogo analisa as questões que afetam o processo de aprendizado, investigando os aspectos sociais, emocionais e institucionais, para desenvolver estratégias eficazes e contextualizadas em colaboração com os professores (Collares & Rozek, 1996).
- **Promoção da Saúde Mental:** O psicólogo desenvolve e implementa ações preventivas para o bem-estar da comunidade escolar. Isso inclui o acolhimento e o manejo de desafios de ordem emocional e relacional, além do encaminhamento cuidadoso de estudantes para a rede de apoio externa quando a demanda excede o escopo da atuação na escola (Brasil, Lei nº 13.935/2019).
- **Apoio em Situações de Crise:** Atua em emergências como luto, violência ou desastres, mobilizando suporte emocional imediato e facilitando

o acesso a redes de apoio internas e externas para auxiliar a comunidade na recuperação e restauração (Everly & Lating, 2012).

COMUNICAÇÃO EFICAZ

A comunicação eficaz é uma ferramenta indispensável para o psicólogo escolar. Mais que um mero instrumento, ela constrói pontes e promove o bem-estar e a resolução de desafios para a comunidade. Sua manifestação varia em formas e objetivos, adaptando-se a diferentes públicos, sejam estudantes, professores, pais ou gestores.

Na era da complexidade e da hiperconectividade, a comunicação assertiva adquire ainda mais relevância. Autores contemporâneos têm aprofundado o entendimento sobre como a clareza, a empatia e a escuta ativa são fundamentais para relações interpessoais saudáveis e para a resolução de desafios. Neste contexto, Brené Brown (2018), em suas obras sobre vulnerabilidade e coragem, destaca que a comunicação autêntica é a base para a construção de confiança, um elemento vital em um ambiente escolar. Suas pesquisas sobre a importância de “assumir a própria história” e “ser visto” ressoam diretamente na necessidade do psicólogo de criar espaços de diálogo seguros, onde todos se sintam validados.

Complementar à comunicação empática, a abordagem da Comunicação Não Violenta (CNV), desenvolvida por Marshall Rosenberg (2003), surge como um referencial prático para o psicólogo escolar. A CNV enfatiza a expressão clara de sentimentos e necessidades, bem como a escuta empática das necessidades alheias, mesmo em situações de conflito. Isso possibilita ao psicólogo atuar como um facilitador de diálogos construtivos, que desarmará tensões e buscará soluções colaborativas, em vez de reativas. A aplicação desses princípios ajuda o profissional a evitar mal-entendidos, gerenciar expectativas e fortalecer o clima escolar de forma proativa.

A capacidade de adaptação do psicólogo a diferentes públicos é um requisito fundamental. Com crianças, a comunicação pode envolver o brincar e a expressão artística; com adolescentes, a validação de sentimentos e a clareza sobre limites; com professores e pais, a troca de informações acessíveis e o estabelecimento de parcerias.

Nesse sentido, a comunicação eficaz vai além de uma mensagem clara. Ela reside em como se diz, para quem se diz e, principalmente, como se escuta. É por meio dessa habilidade que o psicólogo escolar se posiciona como um agente de transformação, capaz de contribuir ativamente para o desenvolvimento e o bem-estar de toda a comunidade escolar.

COMUNICAÇÃO EFICAZ

A comunicação do psicólogo escolar é adaptada aos diversos atores da comunidade, visando fortalecer vínculos e otimizar as intervenções:

COMUNICAÇÃO COM OS ESTUDANTES

A base do trabalho do psicólogo reside no relacionamento que ele constrói. Uma comunicação eficaz se estabelece ao:

- Favorecer a abertura para buscar ajuda e apoio, conforme os princípios de Rogers (1957).
- Facilitar a compreensão de questões e desafios em seu contexto de vida.
- Fortalecer autonomia: Atuando para o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais, essenciais para a formação integral do estudante.
- Facilitar a expressão: Abrindo espaço para que sentimentos e pensamentos se manifestem.
- Reconhecer recursos e potencialidades: Ampliar a visão sobre o estudante compreendendo-o em sua totalidade.

Benefícios

- Facilitação do acesso a redes de apoio internas e externas, promovendo a busca ativa por ajuda.
- Promoção da saúde mental, contribuindo para um clima escolar que favorece o bem-estar emocional.
- Desenvolvimento de habilidades de comunicação e de manejo construtivo de conflitos.
- Fortalecimento do engajamento escolar e do senso de pertencimento por meio de apoio à comunidade.
- Ampliação da autoestima e autoconfiança pela validação das potencialidades.

O Psicólogo

- Utiliza a escuta ativa e empática como base para o trabalho, permitindo a compreensão das singularidades de cada indivíduo e a dinâmica dos grupos.
- Adapta a linguagem à idade e ao nível de compreensão.
- Promove a criação de um ambiente seguro e acolhedor, essencial para a construção de um diálogo aberto e genuíno.
- Articula a mediação de conflitos e a facilitação da comunicação para toda a comunidade escolar.
- Realiza a orientação individual e em grupo como um processo colaborativo, no qual o psicólogo apoia e acompanha o desenvolvimento, e não apenas “oferece” um serviço.

COMUNICAÇÃO COM OS PROFESSORES

A parceria com os educadores é vital para o suporte pedagógico e o bem-estar do corpo docente. Nesse contexto o Psicólogo Escolar:

- Compreende as demandas e desafios que permeiam o cotidiano da sala de aula, ouvindo ativamente os educadores.
- Auxilia em questões pedagógicas e relacionais, oferecendo suporte para o desenvolvimento de estratégias de manejo e convivência.
- Compartilha informações relevantes: sempre com o devido consentimento e dentro dos parâmetros éticos da profissão.
- Constrói estratégias conjuntas que permitem uma intervenção colaborativa e eficaz.
- Contribui para a promoção do bem-estar e da saúde mental dos educadores, por meio de ações de apoio e acolhimento.

Benefícios

- Aprofundar a compreensão das necessidades e dinâmicas dos estudantes, favorecendo uma atuação mais estratégica.
- Fortalecer a confiança e a colaboração entre as equipes, criando um ambiente de trabalho mais coeso.
- Desenvolver práticas pedagógicas mais inclusivas e eficazes.
- Contribuir para a prevenção do estresse e do burnout dos professores, por meio do apoio à sua saúde mental.
- Construir um clima escolar que promove o bem-estar e a convivência.

O Psicólogo

- Adota uma linguagem profissional e respeitosa, que fortalece o vínculo de confiança.
- Demonstra clareza e acolhimento, focando na compreensão das demandas e na construção conjunta de caminhos para a ação.
- Oferece um feedback construtivo, com uma abordagem que valoriza o trabalho e a expertise do professor.
- Mantém disponibilidade e acessibilidade, garantindo que o diálogo seja um processo contínuo e fluido.
- Reconhece e respeita a autonomia e o conhecimento do professor, estabelecendo uma parceria baseada na colaboração e na troca de saberes.

COMUNICAÇÃO COM A GESTÃO DA ESCOLA

O alinhamento com a gestão integra as ações da psicologia ao projeto pedagógico da escola. O foco está em:

- Articular a atuação da psicologia ao Projeto Político-Pedagógico (PPP), garantindo sua relevância e consistência.
- Compartilhar a compreensão das demandas socio-emocionais da comunidade, contribuindo para uma visão mais completa e humana da escola.
- Construir parcerias estratégicas, garantindo suporte para a realização de projetos e intervenções.
- Participar do planejamento estratégico da escola, contribuindo com a perspectiva da psicologia para as tomadas de decisão.
- Promover um ambiente saudável com base em uma visão sistêmica, identificando e trabalhando as interdependências e os padrões que influenciam o bem-estar de todos.

Benefícios

- Fortalece a parceria na implementação de projetos e iniciativas da psicologia.
- Integra de maneira eficaz a atuação do psicólogo no cotidiano e na cultura escolar.
- Aprofunda a compreensão das demandas da escola e da comunidade.
- Constrói um clima escolar harmonioso e colaborativo.
- Otimiza recursos e esforços para o bem-estar de toda comunidade escolar.

O Psicólogo

- Comunica-se de forma clara, objetiva e com dados relevantes;
- Demonstra alinhamento das ações com os objetivos da escola;
- É proativo e transparente;
- Dialoga com a gestão, acolhendo suas perspectivas e contribuindo com sua expertise, para que as decisões sejam tomadas em conjunto;
- Foca na construção de soluções e evidencia o impacto das intervenções.

COMUNICAÇÃO COM A FAMÍLIA

A parceria com as famílias contribui para a continuidade do cuidado e o apoio ao desenvolvimento do estudante . Isso significa que o profissional:

- Compreende os Recursos e Desafios: O psicólogo atua para compreender tanto os recursos e pontos fortes das famílias, quanto os fatores de estresse e desafios do cotidiano que podem impactar o bem-estar e o desenvolvimento do estudante, tanto na escola quanto fora dela.
- Desenvolve Estratégias Conjuntas: O profissional colabora com as famílias para criar soluções personalizadas, que respeitem a sua realidade e fortaleçam a relação entre a escola e o ambiente familiar em prol do desenvolvimento do estudante.
- Desmistifica o Papel da Psicologia: O psicólogo atua para quebrar estereótipos e preconceitos sobre a psicologia. Ele esclarece seu papel, promove um diálogo aberto sobre a importância do bem-estar emocional e fortalece a confiança para que as famílias se sintam seguras para buscar apoio sempre que necessário.

Benefícios

- Melhor compreensão para os pais sobre o desenvolvimento e necessidades do filho.
- Fortalecimento de vínculo: Aumentar a confiança na relação família-escola.
- Maior engajamento: Incentivar a participação no processo educativo.
- Estratégias alinhadas: Implementar apoio consistente entre casa e escola.
- Identificação precoce de dificuldades e necessidades do estudante.
- Melhora no bem-estar ao sentir a parceria entre família e escola.
- Redução de conflitos: Diminuir mal-entendidos.

O Psicólogo

- Cria e mantém canais de comunicação acessíveis promovendo encontros e reuniões que fortalecem o diálogo e a troca de informações.
- Promove encontros e reuniões para troca de informações e diálogo.
- Adota uma linguagem clara, empática e respeitosa, ouvindo ativamente as preocupações e perspectivas dos pais.

(continua)

(continuação)

O Psicólogo

- Apoia a elaboração de estratégias de forma colaborativa, oferecendo orientação baseada nos conhecimentos da psicologia.
- Atua na mediação de conflitos, facilitando a comunicação e a compreensão entre a família e a equipe escolar.
- Mantém a confidencialidade das informações, dentro dos limites éticos.

DOCUMENTAÇÃO E O REGISTRO

A documentação do trabalho em psicologia escolar vai além de um registro burocrático; ela é um processo fundamental para a qualificação da atuação. Guiada pelos princípios éticos da profissão, a produção de registros serve como um instrumento para a organização do trabalho, a comunicação com a equipe e, principalmente, como uma ferramenta de **análise crítica e reflexão** sobre a própria prática. Ao registrar o processo e as intervenções, o psicólogo não apenas formaliza sua atuação, mas também constrói um saber que pode embasar a tomada de decisões, subsidiar pesquisas futuras e aprimorar a capacidade de responder às demandas do contexto escolar de forma ética e contextualizada.

RESOLUÇÕES E DOCUMENTOS RELEVANTES DO CFP:

- **Resolução CFP nº 001/2009:** Esta resolução estabelece a **obrigatoriedade do registro documental** decorrente da prestação de serviços psicológicos, incluindo aqueles realizados no contexto da psicologia escolar. Ela detalha que o registro é essencial para subsidiar a assistência, descrever o processo de trabalho e os procedimentos técnico-científicos utilizados, além de ser um instrumento vital para a comunicação entre profissionais, para a pesquisa e para a defesa legal, quando necessário. Você pode consultá-la aqui: **Resolução CFP nº 001/2009**
- **Resolução CFP nº 006/2019:** Institui as regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pelo psicólogo no exercício profissional. Essa resolução detalha as diferentes modalidades de documentos (declaração, atestado psicológico, relatório, laudo, parecer) e estabelece diretrizes para o seu conteúdo e forma, visando garantir a clareza, a precisão e o rigor técnico das informações registradas. Acesse-a em: **Resolução CFP nº 006/2019**

- **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica:** Este documento do CFP oferece orientações específicas para a prática da psicologia escolar, ressaltando a importância do registro das ações como parte do trabalho do psicólogo na construção do Projeto Político Pedagógico da escola, no apoio ao processo de ensino-aprendizagem, na intervenção em situações de violência e na comunicação com a rede de proteção. Disponível em: **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica**
- **Nota Técnica CFP nº 08/2023:** Aborda a atuação da psicologia na prevenção e enfrentamento à violência nas escolas, reforçando a necessidade de registro das ações e intervenções realizadas nesse contexto. **Nota Técnica CFP nº 08/2023.**

A PRODUÇÃO DOCUMENTAL *COMO PRIORIDADE NA PSICOLOGIA ESCOLAR:*

A documentação na psicologia escolar é mais do que um requisito profissional. Ela é uma ferramenta estratégica que fortalece a prática e a posiciona de forma ética e contextualizada. O registro, neste sentido, é um instrumento que contribui para:

- **Qualificação da Prática e Análise Crítica:** A documentação permite um olhar reflexivo sobre a atuação do psicólogo, identificando padrões, desafios sistêmicos e possibilidades de intervenção. Ela não apenas avalia a “qualidade” dos serviços, mas auxilia na constante (re)invenção da prática, baseada na realidade concreta da escola.
- **Construção de Conhecimento Compartilhado:** O registro facilita a comunicação com a equipe escolar e outros profissionais da rede de proteção, mas vai além: ele contribui para a construção de um saber coletivo sobre as complexidades da escola, fortalecendo a articulação e a co-responsabilidade entre os atores sociais.
- **Fundamentação Ética e Técnica e Proteção Legal:** O registro detalhado é a expressão de uma atuação profissional que se alinha aos princípios éticos e técnicos da psicologia. Ao documentar suas ações, o psicólogo demonstra o rigor de sua prática, assegurando a transparência e a responsabilidade de seu trabalho. Essa consistência, inerente a uma prática ética, também serve como respaldo legal e proteção para o profissional, fortalecendo sua atuação diante de questionamentos ou fiscalizações.

- **Planejamento e Memória Institucional:** Ao documentar as intervenções, o profissional contribui para a memória da instituição. Essa memória é um insumo fundamental para o planejamento futuro, permitindo que a escola aprenda com suas próprias experiências e consolide ações transformadoras de longo prazo.
- **Subsidiar a Pesquisa e o Fortalecimento da Psicologia Escolar:** A partir de registros rigorosos e contextualizados, é possível produzir conhecimento científico que enriquece a área, informando políticas públicas e aprimorando as práticas profissionais para além dos muros de uma única escola.

O registro profissional, para além de cumprir as diretrizes normativas da psicologia, é uma poderosa ferramenta de reflexão crítica. Conforme defendem autores como Marcondes (2020), e Negreiros e Fonseca (2021), a documentação transcende o formalismo burocrático e se torna um ato de intervenção.

Nessa perspectiva, o registro é um instrumento ativo na produção de conhecimento sobre as complexas dinâmicas escolares e sobre a própria atuação profissional. Ele possibilita ao psicólogo revisitar suas intervenções, aprofundar a análise dos contextos institucionais e, assim, contribuir para a memória da escola sob uma ótica transformadora.

Em síntese, a atenção dedicada à produção documental não se resume a uma exigência normativa. Ela reflete o compromisso ético do psicólogo escolar com uma prática responsável e de qualidade, enraizada na reflexão constante e na busca por uma atuação que contribua de forma efetiva e contextualizada para a comunidade escolar. Ao registrar suas ações, o profissional não apenas segue as orientações do Conselho Federal de Psicologia, mas também constrói um saber fundamental para o fortalecimento da sua atuação e da própria psicologia na educação.



*MANUAL DE PRODUÇÃO
DE PRONTUÁRIOS
E DOCUMENTOS
ESCRITOS DO CRP SP*

Aponte a câmera para
a QR Code e acesse o
documento.



PSICOLOGIA ESCOLAR **CONTRIBUIÇÕES PARA O DIÁLOGO E A CONVIVÊNCIA NA ESCOLA**

O MAPEAMENTO *INSTITUCIONAL*

O mapeamento institucional é a etapa inicial e fundamental do trabalho em psicologia escolar. Mais do que uma simples coleta de informações, ele se configura como um processo de análise crítica do contexto, que busca compreender a escola como um campo social complexo, atravessado por dinâmicas históricas, políticas e de poder. A partir do diálogo e da escuta qualificada da

comunidade, o psicólogo atua como um mediador para que os diferentes atores – estudantes, docentes, gestores, familiares – participem ativamente na identificação das demandas e potencialidades. Esse olhar compartilhado é o que permite a construção de um mapeamento contextualizado e, a partir dele, a elaboração de ações que sejam, de fato, transformadoras e alinhadas com as necessidades de todos.

A Perspectiva Sistêmica orienta o psicólogo escolar a compreender os fenômenos para além de suas manifestações individuais, buscando as interconexões que os constituem em um sistema complexo. Em vez de buscar por ‘culpados’, essa abordagem, amplamente desenvolvida no Brasil por autores como Maria José Esteves de Vasconcellos (2002), direciona o olhar para as relações e os padrões que moldam as dinâmicas do ambiente escolar. Contudo, uma leitura crítica desse sistema exige que a análise vá além dos muros da escola, considerando como a instituição e suas interações são atravessadas por fatores históricos e sociais mais amplos, como as condições socioeconômicas e as relações de poder. Desta forma, o psicólogo não apenas compreende o sistema, mas também atua para desvelar as contradições que o compõem, contribuindo para a construção de um ambiente educativo mais justo e equitativo.

A Perspectiva Ecológica, desenvolvida por Urie Bronfenbrenner (1979), oferece a lente para uma compreensão aprofundada dos desafios e das interações cotidianas no ambiente escolar. Ela permite que o psicólogo analise o sujeito e a escola como partes de um sistema complexo, onde cada camada – da família e da sala de aula (microssistema) às políticas públicas e condições sociais (macrossistema) – influencia e é influenciada pelas demais. No entanto, uma abordagem crítica da teoria vai além do mapeamento. Ela capacita o psicólogo a desvelar como as desigualdades, as relações de poder e as contradições sociais perpassam os diferentes sistemas, oferecendo os elementos necessários não apenas para compreender a realidade, mas para atuar de forma a transformar as dinâmicas institucionais em prol de um contexto educativo mais justo e equitativo.

A Psicologia Escolar Crítica no Brasil, solidificada por pensadoras como Patto (1997), Guzzo (2019), Meira (2003) e Souza (1996), questiona a patologização e a individualização do fracasso escolar. Essas autoras defendem que os desafios na escola são socialmente produzidos, resultando de interações complexas entre fatores pedagógicos, institucionais, sociais, econômicos e culturais. A partir dessa lente, o mapeamento institucional se torna uma ferramenta potente que não se limita a descrever os problemas, mas busca desvelar suas raízes sistêmicas e ecológicas. Ao adotar essa postura, o psicólogo vai além das características individuais do estudante — como no caso de uma dificuldade de aprendizagem — para investigar as interconexões que permitem a proposição de intervenções mais éticas e transformadoras para toda a comunidade escolar.

Apesar do mapeamento institucional ser um processo abrangente, sua

execução integral pode ser desafiadora, especialmente para psicólogos que atuam em múltiplas instituições com recursos limitados. Diante desse cenário, a prática da psicologia escolar se fortalece ao reconhecer o mapeamento como um processo contínuo e permanente. Em vez de uma etapa inicial exaustiva, ele se manifesta em cada interação e intervenção, permitindo que o profissional se integre de forma ativa ao cotidiano escolar. Essa abordagem estratégica evita a paralisação diante das demandas e possibilita uma leitura dinâmica e aprofundada da instituição, transformando a prática em um contínuo ato de análise e intervenção.

COMPONENTES ESSENCIAIS PARA O MAPEAMENTO INSTITUCIONAL

A identificação e análise aprofundada do contexto escolar, buscam compreender suas dinâmicas e potencialidades. Esse processo, intrinsecamente interventivo e contínuo, visa a uma leitura sistêmica da realidade da instituição de ensino, abrangendo os seguintes eixos:

- **Recursos e Potencialidades:** Identifica iniciativas bem-sucedidas, lideranças e qualidade dos vínculos. Fundamentado no capital social (Bourdieu, Coleman, Hargreaves, Fullan), prioriza potências para fortalecer a autonomia e mobilização comunitária.
- **Dados Estruturais:** Levanta o número de educandos, corpo funcional (docentes, gestão, administrativos, POC), organização de salas e projetos pedagógicos (diversidade, inclusão, mediação, sustentabilidade, cultura, saúde mental).
- **Dinâmicas e Desafios:** Analisa demandas emergentes e o histórico de situações críticas (evasão, conflitos, violência, automutilação, ideação suicida), buscando raízes sistêmicas.
- Rede de Apoio e Articulação Intersectorial: Mapeia a conexão com a rede protetiva externa (CRAS, CAPS, UBS, Conselhos Tutelares, ONGs), essencial para a proteção integral dos direitos dos estudantes (Lei nº 13.935/2019 e Estatuto da Criança e do adolescente).
- **Narrativas e Cultura Institucional:** Identifica histórias, crenças e valores que moldam a cultura escolar e as necessidades psicossociais implícitas. Exige escuta qualificada para compreender a cultura e subjetividades operantes da instituição.
- **Micropolíticas e Relações de Poder:** Compreende as relações de poder, as decisões formais e informais, as influências, as negociações cotidianas e os conflitos de interesse (Ball, 1987). Revela como essas dinâmicas impactam o funcionamento da escola, subsidiando a atuação estratégica em defesa de grupos vulneráveis.
- **Zonas de Tensão e Oportunidades:** Localiza áreas com dificuldades, conflitos e sofrimento psicossocial para intervenções preventivas que transformem tensões em aprendizado e crescimento sistêmico.
- **Linha de Base e Avaliação Contínua:** Coleta dados iniciais para monitorar o impacto das intervenções, garantindo prática baseada em evidências e mapeamento como processo contínuo de avaliação e reajuste.

- **Corresponsabilidade e Engajamento:** Promove o envolvimento ativo da comunidade escolar na coleta e análise de dados. Essa participação fortalece o senso de pertencimento e a colaboração na mudança sistêmica, tornando a intervenção mais efetiva e sustentável.

- **Fundamentação para o PPP:** Fornece subsídios concretos para a elaboração ou revisão do Projeto Político-Pedagógico, tornando-o mais sensível à saúde mental, convivência, inclusão e desenvolvimento integral da comunidade escolar.

FLUXOGRAMA SUGERIDO PARA O PERCURSO METOLÓGICO DE MAPEAMENTO INSTITUCIONAL



O mapeamento abrangente do ambiente escolar é fundamental para a atuação eficaz do psicólogo. Este processo, inerentemente interventivo e contínuo, visa à compreensão profunda e sistêmica dos aspectos que influenciam o bem-estar e o desenvolvimento da comunidade educativa. Os elementos essenciais observados incluem:

- **Relações e Clima Escolar:** Avalia os padrões de interação considerando, por exemplo, a Comunicação Não Violenta, a percepção geral do ambiente (clima escolar, Cohen et al., 2012), o senso de pertencimento dos estudantes e os níveis de segurança e respeito, sempre considerando as dinâmicas de poder e exclusão. O foco é compreender a qualidade sistêmica das interações.
- **Recursos, Capacidades e Necessidades Socioemocionais:** Observa indícios de sofrimento e potencialidades (literacia em saúde mental, Jorm, 2012), desenvolvimento de habilidades socioemocionais (CASEL, 2020), estratégias de enfrentamento (Lazarus & Folkman, 1984), acesso a apoio e percepção de bem-estar geral (Seligman & Csikszentmihalyi, 2000), sempre em contexto sistêmico e considerando desigualdades.
- **Ensino e Inclusão:** Mapeia as metodologias de ensino e aprendizagem ativas, a atenção à diversidade por meio do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) (CAST, 2018), a disponibilidade de recursos e apoios, e a colaboração interprofissional. Avalia a percepção de justiça e os métodos de resolução de conflitos, utilizando a Justiça Restaurativa (Zehr, 2015, Hopkins, 2004) e compreendendo conflitos como oportunidades de aprendizado e transformação, e não apenas como algo a ser neutralizado.
- **Organização e Gestão da Escola:** Analisa a estrutura, tomada de decisões (micropolíticas, Ball, 1987), clima relacional e apoio da gestão (bem-estar docente, Friedman, 2000; Skaalvik & Skaalvik, 2010). Observa ainda o suporte ao crescimento profissional e a participação dos profissionais nas decisões, fortalecendo a corresponsabilidade sistêmica.
- **Conexão entre Escola e Famílias:** Avalia a qualidade da comunicação e o engajamento parental (Epstein, 2018), a percepção familiar sobre a escola e as iniciativas de envolvimento. O foco é fortalecer o mesossistema escola-família e a comunidade educativa integrada.

A IMPORTÂNCIA DO ENTENDIMENTO COLETIVO

A análise fundamentada dos dados e a construção de uma devolutiva eficaz são etapas essenciais para promover um entendimento coletivo das dinâmicas e necessidades da escola. Essa abordagem embasada teoricamente e comunicada de forma clara é vital para:

- **Precisão e Validade:** Análise ancorada em teorias psicológicas (Teoria Ecológica de Bronfenbrenner, 1979; Teoria Geral dos Sistemas (TGS) de Bertalanffy, 1968) permite ir além do superficial, compreendendo causas subjacentes e despatologizando questões que poderiam ser erroneamente atribuídas apenas a indivíduos.

- **Identificação de Padrões e Direcionamento de Ações:** Referenciais teóricos sistêmicos ajudam a identificar padrões, dinâmicas e tendências, orientando o planejamento de intervenções mais eficazes e direcionadas à promoção e prevenção (**CFP, 2019**).
- **Comunicação Clara e Justificada:** Embasar conclusões em teorias reconhecidas confere credibilidade e facilita a compreensão pela comunidade.
- **Prevenção de Viés:** O referencial teórico estruturado minimiza o viés pessoal, garantindo uma análise mais objetiva e rigorosa.

A DEVOLUTIVA: ALICERCE PARA AÇÃO COLABORATIVA

A devolutiva, como processo de compartilhamento dos resultados do mapeamento de forma clara, acessível e ética, é fundamental para:

- **Promoção da Consciência Coletiva:** Permite que todos os membros da escola compreendam as dinâmicas e necessidades, fomentando a corresponsabilidade.
- **Validação das Experiências Individuais:** Ao apresentar resultados agregados, valida percepções e fortalece a confiança (Brown, 2018).
- **Engajamento e Mobilização:** É o primeiro passo para o envolvimento da comunidade na busca por soluções e na implementação de melhorias.
- **Construção de um Plano de Ação Colaborativo:** Serve como base para a definição conjunta de prioridades e responsabilidades.
- **Alinhamento de Expectativas:** Esclarece o papel institucional e preventivo do psicólogo e as ações futuras.
- **Fortalecimento do Vínculo e da Confiança:** Processo transparente fortalece a relação entre psicólogo e comunidade.

Uma devolutiva eficaz utiliza linguagem acessível, visualização de dados (gráficos, tabelas), foca nos pontos relevantes, contextualiza teoricamente de forma simplificada, abre espaço para discussão e feedback, adota um tom positivo e construtivo, e planeja os próximos passos.

O objetivo central do psicólogo escolar é construir um mapeamento participativo que respeite as singularidades de cada escola, valorizando suas potencialidades e compreendendo suas fragilidades. Tal mapeamento fundamenta um plano de ação alinhado aos princípios da Psicologia Escolar, com foco na promoção da saúde, fortalecimento de vínculos, mediação de conflitos e prevenção de riscos. Assim, o mapeamento institucional é uma etapa abrangente para a atuação estratégica do psicólogo, proporcionando uma visão multifacetada que informa a prática e direciona intervenções assertivas, alinhando as expectativas sobre seu papel institucional e coletivo, e distinguindo-o da prática clínica.

PLANO DE INTERVENÇÃO: *TRANSFORMANDO O MAPEAMENTO EM AÇÃO COLETIVA*

Com a compreensão institucional e a devolutiva participativa, o psicólogo escolar elabora o plano de intervenção. Esse roteiro estratégico traduz a complexidade da escola em ações práticas e sustentáveis, focadas no bem-estar, aprendizagem e desenvolvimento da comunidade.

Um plano eficaz demanda que o psicólogo atue como agente de mudança sistêmica, reconfigurando dinâmicas. O sucesso das transformações educacionais depende da construção de capital social (Hargreaves & Fullan, 2012) e de uma liderança que promova coerência sistêmica (Fullan, 2016). As intervenções devem, assim, fortalecer redes de apoio, fomentar comunicação e envolver todos na co-construção de soluções.

SUGESTÃO DE AÇÕES COLETIVAS

A partir do plano de intervenção, o psicólogo escolar pode atuar por meio de ações que promovem a saúde mental, fortalecem vínculos, mediam conflitos e criam um ambiente acolhedor e inclusivo. As seguintes sugestões de ações coletivas podem ser adaptadas e ampliadas para cada contexto, cultura e faixa etária:



PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO E DO BEM-ESTAR

- **Desenvolvimento de Habilidades Socioemocionais:**
Oficinas e workshops focados em empatia, comunicação, resolução de conflitos e manejo de emoções. Promover grupos de apoio e discussão para estudantes com interesses ou necessidades similares (ex: habilidades sociais, ansiedade).
- **Promoção da Saúde Mental e Redução do Estigma:**
Desenvolver campanhas de conscientização para des-

mistificar transtornos e incentivar a busca por ajuda.

- Oferecer workshops e palestras para pais e professores sobre identificação de sinais de alerta de sofrimento psíquico e manejo do estresse.
- **Espaços de Acolhimento:** Criar espaços de escuta e acolhimento acessíveis a toda a comunidade escolar. Apresentar programas de *mindfulness* e relaxamento.

2

APRIMORAMENTO DAS RELAÇÕES E DA CULTURA ESCOLAR

- **Melhoria do Clima Escolar e Prevenção à Violência:** Implementar programas anti-bullying que envolvam a comunidade na conscientização, prevenção e intervenção. Promover projetos de cultura de paz e respeito à diversidade, com atividades artísticas, culturais e de diálogo.
- **Mediação e Resolução de Conflitos:** Utilizar círculos de diálogo e assembleias escolares para discutir a convivência e construir normas coletivamente. Treinar estudantes como mediadores de conflitos.
- **Fortalecer a Cultura Colaborativa:** Apoiar a criação de espaços de participação estudantil (grêmios, conselhos de classe) para promover protagonismo e voz.
- Incentivar a colaboração entre as áreas por meio de projetos interdisciplinares com participação ativa dos estudantes.

3

FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA E DA ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

- **Apoio aos Profissionais:** Criar grupos de estudo e troca de experiências entre professores sobre saúde mental e manejo de sala de aula.
- **Gestão Participativa:** Estabelecer um diálogo regular entre a equipe gestora, professores, psicólogos e outros profissionais para planejamento de ações.
- **Conexão com a Família:** Promover a participação das famílias em atividades escolares para fortalecer vínculos e a corresponsabilidade no bem-estar dos educandos.

Esses são exemplos de práticas para inspiração. Respeite a singularidade de cada demanda e seja criativo ao pensar em intervenções que se alinhem ao planejamento. Não os veja como um guia obrigatório, pois a diversidade de ações possíveis é vasta. Esta liberdade criativa, no entanto, não anula a necessidade de um sólido embasamento teórico e ético para guiar suas ações, permitindo a adaptação contínua da prática à realidade de cada contexto escolar.

O PSICÓLOGO ESCOLAR E O *PLANO DE MELHORIA DE CONVIVÊNCIA (PMC)*

O PMC visa fortalecer o ambiente escolar por meio de ações coletivas envolvendo toda a comunidade educativa. Baseado no **Documento Orientador Conviva**, o plano foca na construção de um ambiente emocionalmente saudável, na comunicação assertiva, no respeito à diversidade e no combate ao *bullying*.

O psicólogo tem um papel fundamental na co-construção e na execução do PMC, atuando como facilitador para que o plano seja um instrumento **vivo e participativo**. Este plano, resultado da articulação entre a gestão e a comunidade escolar, é um instrumento para identificar e priorizar questões de convivência .

A CONTRIBUIÇÃO AMPLIADA DO PSICÓLOGO

A participação ativa do psicólogo no PMC é estratégica, pois seu olhar institucional e especializado oferece uma perspectiva única sobre dinâmicas relacionais, questões socioemocionais e aspectos de saúde mental subjacentes. A expertise do psicólogo o capacita a ir além do visível, compreendendo as motivações por trás de comportamentos desafiadores e conflitos. Com isso, ele consegue perceber nuances nas interações que revelam dinâmicas de poder, exclusão e sofrimento psíquico, avaliando o impacto emocional das questões de convivência no bem-estar de toda a comunidade. Esse olhar profundo é fundamental para identificar as necessidades socioemocionais de grupos e direcionar ações de desenvolvimento de habilidades.

AÇÕES EFICIENTES: ESTRUTURA E INTEGRAÇÃO

A sinergia entre a gestão e o psicólogo escolar é fundamental para a es-

estrutura e a eficiência do PMC. Essa colaboração torna possível planejar intervenções direcionadas que focam nas causas das demandas, integrar estratégias amplas com ações específicas e realizar um monitoramento sensível. Desse modo, a avaliação da eficácia do plano é baseada em indicadores qualitativos, garantindo uma prática alinhada ao contexto e às necessidades reais da comunidade.

AÇÕES EFICIENTES: ESTRUTURA E INTEGRAÇÃO

Construir um ambiente escolar transformador exige compromisso ético e uma atuação fundamentada. O mapeamento institucional, realizado sob as perspectivas sistêmica, ecológica e crítica, capacita o psicólogo a identificar as raízes coletivas dos desafios, promovendo intervenções focadas na transformação social. Como afirmou Bronfenbrenner (1996), “a escola, quando funciona bem, é a instituição mais poderosa para transformar a vida das pessoas”. O psicólogo, portanto, potencializa essa função, promovendo mudanças sustentáveis, com foco no coletivo, no diálogo e na construção de uma convivência mais justa e humanizada.

INTERVENÇÕES PSICOSSOCIAIS NO AMBIENTE ESCOLAR: **ABORDAGENS ESSENCIAIS**

A atuação do psicólogo escolar é fundamental em momentos sensíveis e críticos da escola (Guzzo, 2019). Imerso no contexto institucional, o psicólogo desenvolve um olhar treinado para identificar nuances comportamentais, emocionais e relacionais, oferecendo suporte para a compreensão e implementação de intervenções que visam o bem-estar e a segurança da comunidade escolar (Fonseca & Romão-Dias, 2017).

O sofrimento psíquico no ambiente escolar não é um fenômeno homogêneo; sua intensidade, manifestação e origem varia profundamente. Para as ações do psicólogo escolar, é relevante distinguir o que se configura um sofrimento psíquico difuso e contextual que emerge das dinâmicas escolares, de um transtorno mental.

Sofrimento Psíquico: Inerente à condição humana, é uma reação normal a desafios da vida (Vieira, 2007). Quando se manifesta de forma intensa e persistente, ele demanda o acolhimento, a escuta ativa (Rogers, 1957) e intervenções focadas nas relações e no ambiente. Por não configurar patologia, a responsabilidade de manejo reside no próprio contexto escolar, onde o psicólogo é um ator central

Transtorno Mental: Configura uma perturbação clinicamente significativa (American Psychiatric Association, 2013; Organização Mundial da Saúde, 2022), que requer uma avaliação clínica e o devido encaminhamento para serviços de saúde mental externos.

AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PSICÓLOGO ESCOLAR: *PREVENÇÃO, PROMOÇÃO E ARTICULAÇÃO EM REDE*

A identificação assertiva das demandas na escola é a base da parceria entre o psicólogo e a instituição, orientando uma atuação estratégica e preventiva. O foco é sempre o bem-estar psicossocial de toda a comunidade.

Para o sofrimento psíquico — que abrange situações reacionais ou dificuldades emocionais —, o psicólogo prioriza a prevenção e a promoção da saúde mental em nível institucional, fundamentado nos princípios de prevenção de Albee (1982). O objetivo é criar um ambiente escolar que fortaleça a resiliência e o bem-estar do coletivo. Isso se manifesta em:

Resiliência da Comunidade: Mais que uma característica individual, a resiliência é um processo coletivo e contextual, fortalecido pela qualidade dos vínculos e pelas redes de apoio da escola. O psicólogo atua transformando o ambiente, tornando-o mais seguro, acolhedor e menos estressor para todos.

- **Programas de Habilidades Socioemocionais:** Iniciativas que visam capacitar estudantes e profissionais.
- **Melhoria Contínua do Clima Escolar:** Ações baseadas em pesquisas, como as de Jonathan Cohen (2012).

- **Conhecimento em Saúde Mental:** Iniciativas que capacitam a comunidade escolar a identificar sinais de sofrimento, buscar ajuda e reduzir o estigma (Jorm, 2012).

Em casos de transtorno mental (diagnosticado ou sob suspeita clínica que exige avaliação especializada), a colaboração do psicólogo se torna mais direta e urgente. Sua atuação envolve a comunicação ética de sinais de atenção à família e à equipe escolar, oferecendo acolhimento e orientação. Além disso, a articulação qualificada com a rede de saúde se configura como uma responsabilidade ética e legal, sustentada pela Lei nº 13.935/2019 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Autores como Aquino (2017) e Guzzo (2019), referências na Psicologia Escolar brasileira, reforçam que essa articulação intersetorial é fundamental. A escola, como local privilegiado de detecção, tem um papel ativo na mobilização da rede de proteção.

CONSIDERAÇÕES ÉTICAS E A CRÍTICA À MEDICALIZAÇÃO

A atuação do psicólogo escolar exige um olhar amplo e ético na promoção, prevenção e articulação em rede, com foco em:

- **Prevenção da Patologização Indevida:** Evite rotular reações normais ao estresse ou adversidades como transtornos. Essa patologização pode gerar **estigma** e induzir à medicação desnecessária, desviando a atenção das causas contextuais e sistêmicas do sofrimento.
- **Atenção à Medicalização da Vida:** O psicólogo deve estar vigilante ao fenômeno da medicalização — a transformação indevida de questões sociais, educacionais e existenciais em problemas médicos ou psicológicos individuais. Conforme Maria Aparecida Moysés e Collares (2010) e Villar (2014), esse processo negligencia as responsabilidades institucionais e sociais, focando excessivamente no déficit individual. A medicação é uma de suas manifestações mais visíveis.
- **Decisões Éticas e Limites de Competência:** A avaliação criteriosa da natureza do sofrimento guia as decisões sobre encaminhamentos e comunicação com os responsáveis. O Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP) orienta o respeito aos limites da atuação. O psicólogo escolar atua como **articulador da rede de proteção e promoção**, e não como clínico diagnosticador.

SINAIS E SINTOMAS RELACIONADOS AO SOFRIMENTO PSÍQUICO

A prática reflexiva em psicologia escolar vai além da identificação de “sinais de alerta” isolados.

A análise do psicólogo deve focar em variações significativas e duradouras nos padrões de comportamento, humor e interação social do estudante. Isso sempre considerando seu potencial de desenvolvimento e suas forças, e é intrinsecamente ligada ao contexto de desenvolvimento. A compreensão das etapas típicas da faixa etária, fundamentada em teorias como as de **Vygotsky** (que enfatizam a interação social e cultural), é essencial. A influência dos sistemas familiar e escolar, bem como a história de vida individual, são fundamentais para uma interpretação contextualizada que reconheça a capacidade de agência do sujeito e suas tentativas de adaptação.

A identificação dessas mudanças persistentes indica a necessidade de uma avaliação aprofundada. Essa avaliação deve considerar a complexidade da experiência subjetiva e os múltiplos fatores envolvidos. É conduzida com empatia e valorização do indivíduo, evitando a patologização precoce de comportamentos que podem ser respostas adaptativas. O psicólogo sempre busca identificar e potencializar os recursos internos do estudante.

SINAIS DE OBSERVAÇÃO EM CONTEXTO ESCOLAR

Este material oferece subsídios para que você se atente a indicadores de sofrimento psíquico. É importante ressaltar que esta lista não é uma ferramenta de diagnóstico, mas um ponto de partida para o aprofundamento da análise e a intervenção no ambiente escolar. A identificação desses comportamentos deve ser sempre contextualizada e analisada em conjunto, jamais utilizada para rotular ou estigmatizar o estudante. O objetivo é mobilizar a rede de apoio com uma abordagem ética e responsável.

Abaixo, detalhamos os indicadores que podem sinalizar a necessidade de aprofundar sua análise, mobilizar o diálogo e articular intervenções.

- **Variações no Comportamento:** Comportamento, reações ou respostas emocionais que geram conflitos e prejudicam o convívio, indicam necessidade de atenção.
- **Dinâmicas Emocionais e Sociais:** Isolamento persistente, dificuldade em fazer ou manter amizades, reações desproporcionais, irritabilidade excessiva ou a busca constante por atenção.
- **Padrões de Habilidade e Adaptação:** Regressão a hábitos de fases anteriores (ex: chupar dedo), dificuldades persistentes de concentração

e atenção, preocupações exageradas ou rituais repetitivos.

- **Expressões de Sofrimento Físico e Emocional:** Queixas somáticas (dores recorrentes sem causa aparente), manifestações verbais ou não verbais frequentes de tristeza, medo ou ansiedade e/ou alterações persistentes nos hábitos de sono e alimentação.

A observação atenta e a identificação do sofrimento psíquico podem, em alguns casos, revelar situações de alta gravidade que exigem intervenção imediata e especializada. Nesses momentos, a atuação do psicólogo se torna uma resposta estratégica e qualificada, focada na proteção e no acolhimento.

Diante da complexidade e da diversidade do ambiente escolar, este documento aborda a atuação do psicólogo em situações críticas e recorrentes. A abordagem prioriza a prevenção e a intervenção sistêmica em temas como suicídio, abuso sexual, racismo, bullying, violência sexual entre estudantes e gravidez na adolescência, selecionados por sua frequência, gravidade e impacto no bem-estar da comunidade.

Vale ressaltar que este material é vivo, sendo continuamente atualizado com novas temáticas.

SUICÍDIO NO CONTEXTO ESCOLAR: *PREVENÇÃO, PROMOÇÃO E ARTICULAÇÃO EM REDE*

A temática do suicídio no ambiente escolar é de extrema **sensibilidade e criticidade**, exigindo uma abordagem preventiva ampla e desmistificada por parte do psicólogo escolar.

A prevenção não se limita à identificação de risco iminente. Ela engloba a criação de um **ambiente escolar protetor**, que promova a saúde mental, fortaleça vínculos e ofereça suporte emocional. Diversos autores da Psicologia Escolar, como a **Profa. Dra. Karina Okajima Fukumitsu** (especialista em prevenção e posvenção do suicídio), e documentos como a **Lei nº 13.819/2019** (que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio), bem como outras **publicações e orientações do Conselho Federal de Psicologia (CFP)** sobre o tema, oferecem subsídios para uma atuação eficaz.

A atuação do psicólogo em casos de ideação suicida é complexa e exige:

- **Equilíbrio:** Entre a urgência da situação e a necessidade de avaliação aprofundada e planejamento cuidadoso.
- **Colaboração:** Essencial com a comunidade escolar e a rede de apoio externa.
- **Encaminhamento e Articulação imediata com a Rede Protetiva e Monitoramento Contínuo:** Fundamental para o estudante em risco. Essa noção de “risco” vai além de diagnósticos individuais, considerando o estudante imerso em sistemas vulneráveis (família, escola) que podem apresentar fatores como violência, negligência, *bullying* ou dificuldades de aprendizagem não assistidas.

O encaminhamento imediato, portanto, é uma ação preventiva que visa intervir nesses contextos e mitigar os fatores de risco. O monitoramento posterior avalia a eficácia das intervenções e a evolução do estudante, consolidando o psicólogo escolar como um elo na rede de apoio e proteção.

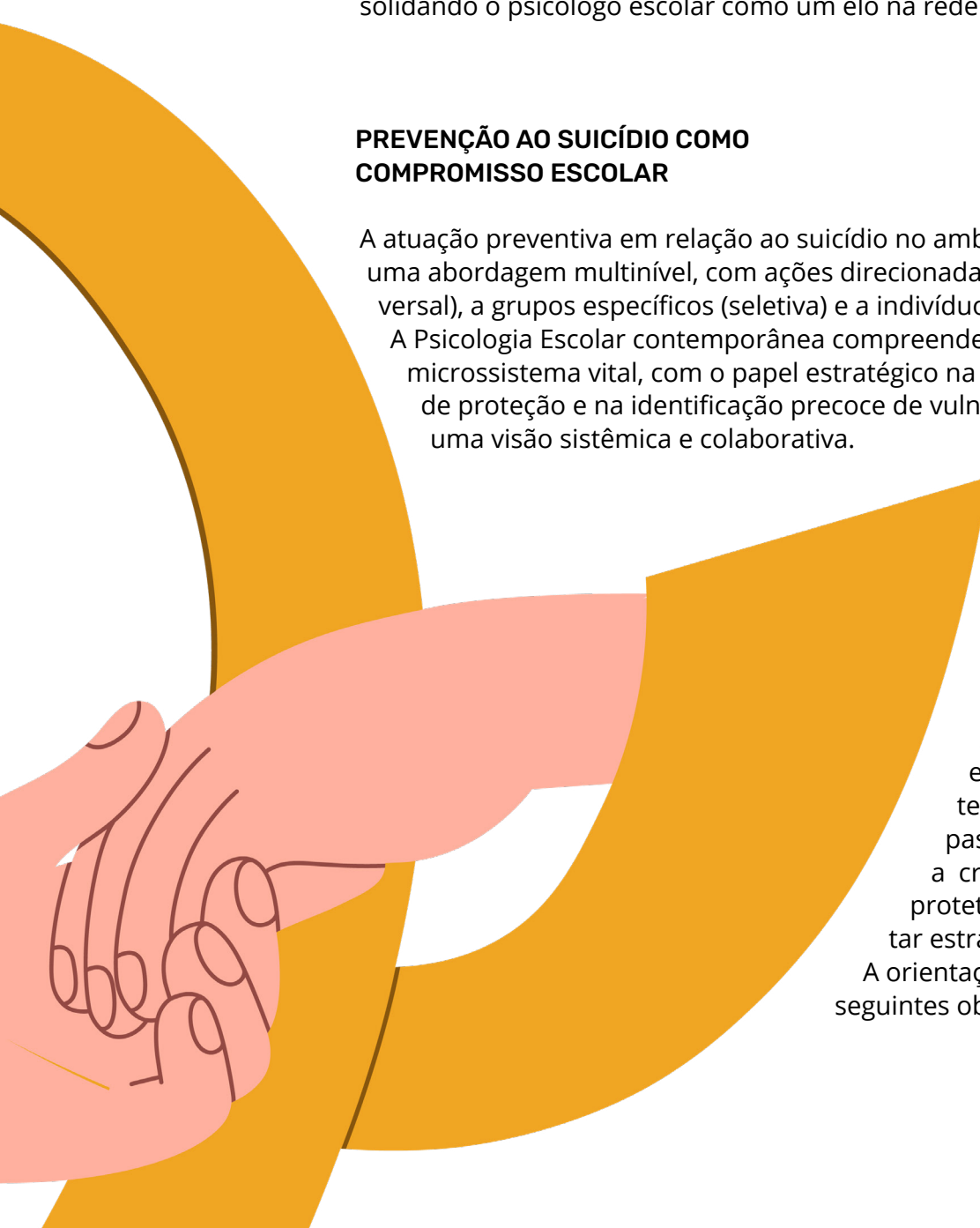
PREVENÇÃO AO SUICÍDIO COMO COMPROMISSO ESCOLAR

A atuação preventiva em relação ao suicídio no ambiente escolar envolve uma abordagem multinível, com ações direcionadas à comunidade (universal), a grupos específicos (seletiva) e a indivíduos em risco (indicada).

A Psicologia Escolar contemporânea compreende a escola como um microssistema vital, com o papel estratégico na promoção de fatores de proteção e na identificação precoce de vulnerabilidades, exigindo uma visão sistêmica e colaborativa.

Pilar 1: Orientação e Sensibilização da Equipe Escolar

A capacitação da equipe escolar sobre a temática do suicídio é um passo fundamental para a criação de um ambiente protetor e para implementar estratégias preventivas. A orientação se concentra nos seguintes objetivos:



- **Romper mitos e facilitar o diálogo** (Jorm, 2012).
- **Ampliar o conhecimento e a identificação:** Fornecer informações sobre epidemiologia, fatores de risco e proteção, sinais de alerta e busca por ajuda.
- **Promover intervenção segura e ética:** Orientar sobre a abordagem e encaminhamento de estudantes, seguindo protocolos de segurança e confidencialidade (Nota Técnica CRP-09 nº 002/2019).
- **Fortalecer a rede de apoio interna:** Preparar a equipe para atuação colaborativa e responsabilidade compartilhada (Heath et al., 2019).
- **Garantir a posvenção:** Informar sobre procedimentos de apoio pós-tentativa ou morte por suicídio, minimizando o impacto e prevenindo o contágio (Brock, 2016).

Pilar 2: Promoção da Saúde Mental e Fortalecimento de Fatores de Proteção

Este pilar se concentra na promoção do bem-estar de todos os estudantes, com o objetivo de criar um ambiente escolar que seja, por si só, um fator protetivo.

- **Habilidades Socioemocionais:** Visa ao desenvolvimento de competências como autoestima, enfrentamento, resolução de problemas e comunicação Cowen, (1994); Elias et al., (1997). Nesse contexto, o psicólogo escolar lidera ou colabora em projetos para a resiliência estudantil.
- **Vínculos e Pertencimento:** Busca fortalecer o senso de pertencimento e vínculos positivos, reduzindo riscos e aumentando o bem-estar .Os-terman, (2000); Cohen et al., (2012). Cabe ao psicólogo facilitar interações respeitosas e um clima escolar acolhedor.
- **Literacia em Saúde Mental:** Consiste em organizar palestras e campanhas sobre mitos, fatos do suicídio e sinais de alerta, além de divulgar os recursos disponíveis Shulman et al.,(2017), promovendo a literacia em saúde mental Jorm,(2012).

Pilar 3: Intervenção e Articulação em Rede

A abordagem se concentra na identificação e no manejo de situações de risco, o que requer protocolos claros e colaboração intersetorial.

- **Capacitação em Sinais de Alerta:** Capacitar a equipe escolar a reconhecer sinais de sofrimento ou risco, com orientações claras sobre abordagem e encaminhamento (King et al., 2001). O psicólogo detalha sinais específicos e os protocolos de intervenção.

- **Elaboração e implementação de Protocolos:** Desenvolver e aplicar protocolos para situações de risco (incluindo suicídio) e suporte pós-tentativa/morte, visando minimizar o impacto e prevenir o contágio (Brock et al., 2016).
- **Parceria com as Famílias:** Promover comunicação e colaboração com os pais, orientando-os sobre sinais de sofrimento e a importância da busca por ajuda profissional.
- **Articulação com a Rede de Saúde Mental:** Fortalecer as parcerias com serviços como CAPS infantojuvenil e hospitais para encaminhamento e acompanhamento, assegurando o cuidado integral Campos, (2003). A escola como um ponto de entrada vital na rede de proteção (Lei nº 13.935/2019 e ECA).

EQUIPE ESCOLAR E A CONSTRUÇÃO DE UM AMBIENTE DE APOIO

A capacitação contínua da equipe escolar é essencial para criar um ambiente protetor e implementar estratégias preventivas eficazes. As ações devem ser focadas em:

- **Workshops e Palestras Informativas:** Encontros com o objetivo de apresentar informações básicas sobre suicídio (sinais de alerta, fatores de risco e proteção) e recursos de ajuda.
- **Treinamentos Específicos para Grupos-Chave:** Capacitação aprofundada para profissionais que lidam diretamente com estudantes, incluindo o desenvolvimento de técnicas de escuta ativa, estratégias de abordagem inicial e protocolos de encaminhamento. A formação pode explorar abordagens que permitam o ensaio de respostas seguras e uma escuta atenta a manifestações verbais e não-verbais.
- **Criação de Orientações para a Ação Escolar:** A elaboração de um documento claro com os passos a seguir em caso de risco, incluindo responsáveis, comunicação e encaminhamentos. É importante que o documento esteja em conformidade com o protocolo 179 que orienta as escolas a quais ações devem ser tomadas.
- **Integração no Projeto Político-Pedagógico (PPP):** Incorporar a prevenção e promoção da saúde mental no PPP, demonstrando compromisso institucional e facilitando ações contínuas.

- **Formação Continuada:** Oferecer atualizações regulares para que a equipe esteja sempre preparada para lidar com a complexidade do tema.

SINAIS DE ATENÇÃO PARA O SUICÍDIO

Os sinais de vulnerabilidade para o suicídio em adolescentes são complexos e multifacetados, demandando uma atenção cuidadosa e informada por parte do psicólogo escolar e de toda a equipe. É essencial distinguir esses sinais de risco de comportamentos típicos da adolescência e evitar interpretações equivocadas baseadas em estigmas ou senso comum. A fundamentação teórica para a identificação desses sinais reside em estudos da psicologia do desenvolvimento, da psicopatologia e da suicidologia, conforme reforçado pela



NOTA TÉCNICA DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP)

É importante ressaltar que a presença de um ou mais dos indicadores a seguir não configura um diagnóstico, mas sinaliza a necessidade de atenção redobrada, acolhimento e, se necessário, o acionamento de protocolos de apoio e encaminhamento especializados.

INDICADORES ESPECÍFICOS DE ALERTA PARA O COMPORTAMENTO SUICIDA

- **Alterações de Humor/Comportamento:** Tristeza persistente, irritabilidade acentuada, ansiedade, desesperança (Beck, Steer, & Brown, 1996), anedonia, isolamento, mudanças drásticas no sono/alimentação, agitação ou lentificação.
- **Expressões Verbais/Escritas:** Falar sobre querer morrer ou desaparecer, não ver sentido na vida, sentir-se um peso, expressar culpa/inutilidade, despedidas, cartas de adeus ou organização de bens (Shneidman, 1996).
- **Desempenho Escolar:** Queda inexplicável nas notas, falta de motivação, absenteísmo frequente, perda de interesse em atividades acadêmicas/extracurriculares.
- **Comportamentos de Risco/Automutilação:** Aumento do uso de subs-

tâncias, comportamentos impulsivos/arriscados, automutilação (cortes, queimaduras) (Klonsky & Muehlenkamp, 2007).

- **Histórico pessoal:** Tentativas anteriores (Hawton et al., 2013) e luto por suicídio (Pitman et al., 2016) aumentam a vulnerabilidade.
- **Eventos Estressantes/Perdas:** Término de relacionamento, conflitos familiares, bullying, humilhação, perda de ente querido, dificuldades financeiras (Joiner, 2005), ou mudanças abruptas (escola/cidade).
- **Fascínio pela Morte:** Preocupação excessiva com temas sombrios, morte, violência ou suicídio em conversas, desenhos, escritos, ou escolha de mídia.
- **Mudanças na Aparência/Higiene:** Negligência súbita na higiene pessoal, vestimentas inadequadas, perda ou ganho de peso não intencional.
- **Reações ou respostas** emocionais que geram conflitos e prejudicam o convívio saudável, indicam necessidade de atenção
- **Sinais Indiretos:** Dar presentes significativos, resolver assuntos pendentes de repente, comentários ambíguos em redes sociais (“melhor sem mim”), ou uma súbita “melhora” inexplicável após um longo período de tristeza.
- **Busca por Informações:** Pesquisar ativamente métodos de suicídio ou informações relacionadas online.

A equipe escolar deve observar esses sinais em conjunto, considerando intensidade, frequência e mudança nos padrões. Um conjunto de indicadores, especialmente combinado com fatores de risco conhecidos, exige preocupação e o acionamento das orientações de intervenção e apoio do psicólogo escolar.

AVALIAÇÃO DE RISCO IMINENTE E MANEJO DA CRISE

Em crises, a escuta ativa e empática (Rogers, 1951) é a base para construir confiança e um ambiente seguro (Boyd Webb, 2012; Herman, 1997).

A avaliação de risco é uma habilidade essencial do psicólogo escolar em emergências. Ela exige uma abordagem estruturada, mas flexível, para identificar a probabilidade de danos a si ou a outros. É um processo multidimensional, dinâmico e contextualizado, que demanda colaboração contínua. Alinha-se a ferramentas como a C-SSRS (Posner, 2011), sendo contínua, adaptada ao ambiente escolar (Poland, 2011) e colaborativa com a rede (Brock, 2002; Heath, 2019).

ELEMENTOS CHAVE PARA A AVALIAÇÃO DE RISCO:

- **Histórico:** Eventos traumáticos, problemas de saúde mental (pessoal/familiar), tentativas anteriores, comportamentos agressivos ou autole-sivos.
- **Sintomas Atuais:** Ideação suicida/homicida (frequência, intensidade, planejamento), desesperança, agitação, irritabilidade extrema.
- **Fatores de Estresse/Desencadeadores:** Eventos recentes (perdas, conflitos, bullying, abuso).
- **Fatores de Proteção:** Recursos internos (coping, resiliência) e externos (apoio familiar, amigos, engajamento escolar).
- **Comunicação/Linguagem:** Ameaças diretas/indiretas, expressões de desesperança ou desejo de morrer.
- **Comportamento:** Isolamento, automutilação, agressividade física/ver-bal ou desorganização.

CUIDADOS ESSENCIAIS DO PSICÓLOGO:

- **Evitar julgamentos:** Manter postura neutra e escuta ativa, sem mini-mizar sentimentos.
- **Estabelecer Confiança:** Criar um ambiente seguro e confidencial para compartilhamento.
- **Realizar perguntas Diretas:** Abordar ideação suicida/homicida de forma clara ("Você está pensando em se machucar?"). Perguntar não aumenta o risco (Shneidman, 1996).
- **Documentar detalhadamente:** Registrar todas as informações rele-vantes da avaliação, incluindo falas, comportamentos, fontes e deci-sões.

GESTÃO DE RISCO: PRINCÍPIOS E INTERVENÇÕES DO PSICÓLOGO ESCOLAR

Para a gestão de risco, o psicólogo escolar atua pautado em princípios claros:

- **Consultar e Supervisionar:** Buscar orientação de colegas, superviso-res ou especialistas, especialmente em casos complexos, conforme o Código de Ética Profissional do Psicólogo. A reflexão sobre a prática

(Schön, 1983) aprimora o profissional.

- **Comunicar Preocupações:** Compartilhar informações relevantes com a equipe e a família, seguindo protocolos éticos e legais de confidencialidade.
- **Priorizar a Segurança:** A segurança do indivíduo e de terceiros é a prioridade máxima.
- **Conhecer Protocolos:** Dominar os protocolos de manejo de crise e encaminhamento da escola, da rede local e do ECA.

Com base na avaliação, o psicólogo, junto à equipe, identifica o nível de risco e planeja as intervenções, que podem incluir:

- **Monitoramento:** Acompanhamento próximo e criação de planos de segurança para lidar com impulsos de risco (Stanley e Brown, 2012).
- **Acolhimento Psicológico Emergencial:** Suporte individual ou em grupo, visando encaminhamento à rede protetiva externa.
- **Comunicação com a Família:** Envolver a família no plano de apoio, estabelecendo parceria.
- **Encaminhamento e articulação contínua:** Acionar serviços especializados de saúde mental (CAPSiJ, hospitais, clínicas) para riscos que exigem intervenções intensivas e construir planos de ação compartilhados
- **Notificação às Autoridades:** Em risco iminente a si ou a outros, seguir protocolos legais (Conselho Tutelar, polícia).

A atuação do psicólogo escolar em crises e na avaliação de risco é complexa, exigindo conhecimento técnico, sensibilidade ética e colaboração. Esta estrutura oferece um guia flexível e fundamentado para promover um ambiente escolar seguro e acolhedor.

POSVENÇÃO EM CASO DE SUICÍDIO

Lidar com o suicídio, dentro ou fora da escola, é uma experiência traumática que exige uma resposta planejada e sensível da comunidade escolar. A posvenção – ações implementadas após um suicídio – visa apoiar os enlutados, prevenir o contágio (aumento do risco em expostos ao evento) e promover a recuperação da comunidade.

O psicólogo escolar tem um papel central, guiado por princípios da teoria do luto, da crise e da prevenção do contágio (Slaikeu, 1990). No Brasil, Kari-

na Okajima Fukumitsu (2013) reforça a importância do acolhimento especializado e estratégico para os enlutados e a comunidade afetada.

PRINCIPAIS AÇÕES NA POSVENÇÃO:

- **Verificação da Notícia:** Confirmar a autenticidade do ocorrido via fontes confiáveis (família, autoridades) para evitar a disseminação de informações falsas.
- **Comunicação Sensível:** A gestão e o psicólogo devem comunicar a notícia de forma clara, sensível e apropriada à idade, evitando detalhes gráficos ou sensacionalistas. O foco é no pesar e na oferta de suporte, seguindo as diretrizes da OMS (2017) e especialistas (AFSP & SPR, 2018).
- **Mobilização da Equipe de Crise:** Acionar a equipe de resposta da escola (psicólogo, assistente social, orientador, gestores, etc.) para coordenar a posvenção. Articular com a rede protetiva plano em comum e encaminhamentos de estudantes identificados com sofrimento grave.
- **Suporte Imediato:**
 - **Espaços de Acolhimento:** Criar locais seguros para estudantes, professores e funcionários expressarem sentimentos e receberem apoio emocional, com profissionais capacitados presentes.
 - **Atendimento Individual:** Oferecer suporte para os mais impactados e priorizar a avaliação de risco de suicídio em outros estudantes.
 - **Informação e Psicoeducação:** Fornecer dados precisos sobre luto, reações comuns e recursos, desmistificando o suicídio sem sensacionalismo.
- **Identificação e Suporte de Alto Risco:** Identificar e apoiar indivíduos com maior risco (amigos próximos, histórico de saúde mental, perdas recentes), oferecendo suporte intensivo e encaminhamento profissional.
- **Orientação à Equipe:** Fornecer orientações a professores e funcionários sobre como lidar com as reações dos estudantes em sala de aula e identificar quem precisa de apoio adicional.
- **Comunicação com Famílias:** Manter os pais/responsáveis informados sobre a situação e as ações da escola, oferecendo orientações para o apoio em casa.
- **Monitoramento Contínuo:** Avaliar o impacto na comunidade e a ne-

cessidade de suporte prolongado, atento a sinais de contágio ou sofrimento.

- **Ações de Longo Prazo:** Desenvolver um plano de acompanhamento que inclua grupos de apoio ao luto, atividades de memória e fortalecimento da resiliência escolar.
- **Cuidado com Profissionais:** Oferecer suporte e recursos para os profissionais da escola, que também podem ser afetados.
- **Colaboração Externa:** Buscar especialistas em luto e prevenção de suicídio externos para suporte e orientação adicionais, quando necessário.

FLUXO DE ENCAMINHAMENTO DE CASOS SENSÍVEIS E PROTOCOLO 179

Para que o fluxo de encaminhamento seja eficaz, é fundamental que toda a equipe escolar (gestores, professores, coordenadores, funcionários administrativos, etc.) esteja ciente do Protocolo 179 e de seus respectivos papéis. O protocolo orienta as unidades escolares com ações necessárias em casos de situações críticas. A integração envolve:

- **Identificação:** Todos os membros da escola, mediante o conhecimento do protocolo 179 e de breves capacitações, devem ser capazes de identificar sinais de risco e situações que demandam a aplicação do protocolo.
- **Comunicação:** É essencial que haja um fluxo de comunicação claro e rápido dentro da escola para informar a gestão e o psicólogo escolar sobre os casos sensíveis.
- **Acolhimento Primário:** A escola, em um primeiro momento, é responsável por acolher o estudante ou a pessoa envolvida na situação de crise, oferecendo um espaço seguro e escuta inicial.
- **Registro:** A ocorrência deve ser registrada pela escola de forma precisa, seguindo as orientações do Protocolo 179
- **Acionamento:** A escola deve acionar os responsáveis legais do estudante o mais breve possível e, dependendo da gravidade da situação, outros órgãos da rede de proteção (Conselho Tutelar, serviços de saúde, etc.).

O PAPEL DO PSICÓLOGO ESCOLAR NO FLUXO DE ENCAMINHAMENTO (ASSOCIADO AO PROTOCOLO 179)

O psicólogo escolar atua em diversas etapas do fluxo de encaminhamento para casos sensíveis:

1

ACOLHIMENTO ESPECIALIZADO:

Após o acolhimento inicial da escola, o psicólogo escolar oferece uma escuta especializada e um acolhimento emocional mais aprofundado ao estudante e, em alguns casos, à família e outros membros da comunidade escolar afetados.

2

AVALIAÇÃO PSICOSSOCIAL INICIAL:

O psicólogo realiza uma avaliação inicial da situação, buscando compreender a dimensão do sofrimento, os fatores de risco e a necessidade de intervenções mais específicas. Ele diferencia situações de sofrimento psíquico de quadros que podem indicar transtornos mentais, conforme já discutimos.

3

INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA BREVE:

Em alguns casos, o psicólogo escolar pode realizar intervenções psicológicas breves para ajudar o estudante a lidar com a crise e a desenvolver estratégias de enfrentamento.

4

ORIENTAÇÃO E APOIO À EQUIPE ESCOLAR:

O psicólogo orienta e apoia a equipe escolar na compreensão da situação, no manejo do caso e na implementação de estratégias de apoio ao estudante em sala de aula e no ambiente escolar.

5

ARTICULAÇÃO COM A REDE DE PROTEÇÃO:

O psicólogo escolar atua como um elo importante na articulação com a rede de proteção, auxiliando no encaminhamento para serviços especializados de saúde mental (CAPS, ambulatorios),

assistência social (CRAS), Conselho Tutelar e outros órgãos, conforme a necessidade do caso e as diretrizes do Protocolo 179.

6

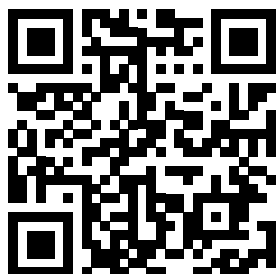
MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO:

O psicólogo escolar pode monitorar e acompanhar o estudante após o encaminhamento, mantendo contato com os serviços especializados e com a escola para garantir a continuidade do cuidado e o bem-estar do estudante no ambiente escolar.

7

AÇÕES PREVENTIVAS:

Além da atuação nos casos específicos, o psicólogo escolar desenvolve ações preventivas e de promoção da saúde mental em toda a comunidade escolar, visando reduzir a incidência de situações de crise e fortalecer os fatores de proteção.



SUICÍDIO EM REDES SOCIAIS E CONDUTA ÉTICA

Aponte a câmera para a QR Code e acesse o documento.



ABUSO SEXUAL

A crescente revelação de casos de abuso sexual no ambiente escolar configura um cenário de alta sensibilidade que demanda uma atuação proativa e especializada do psicólogo escolar, visando a proteção integral da vítima. A intervenção nesses casos deve ser guiada por um plano bem estruturado, fundamentado em teorias psicológicas e nas leis que amparam crianças e adolescentes, garantindo uma abordagem ética, segura e eficaz.

A ESCOLA COMO ESPAÇO DE REVELAÇÃO E PROTEÇÃO

A escola, por ser um espaço de convívio estável e observação constante, possui um papel relevante na identificação e prevenção do abuso sexual infantil.

- **Vínculos de Confiança:** Permite que estudantes confiem em professores, psicólogos ou funcionários, encorajando-os a compartilhar segredos dolorosos.
- **Observação de Sinais:** Profissionais treinados podem notar mudanças de comportamento ou desempenho que indicam sofrimento. A escola oferece uma perspectiva externa valiosa.
- **Programas de Prevenção:** Iniciativas de psicoeducação sobre abuso empoderam crianças, ensinando-lhes direitos e a quem procurar, criando um ambiente seguro para revelações (UNICEF).
- **Obrigatoriedade da Notificação:** O **ECA (Art. 13)** exige a comunicação de suspeitas ou confirmações de maus-tratos às autoridades. A escola, com apoio do **CFP**, tem responsabilidade legal e ética de proteger e notificar.

A compreensão da escola como um espaço propício à revelação de abuso sexual ressalta a necessidade de que os profissionais estejam não apenas preparados para acolher a denúncia, mas também para criar ativamente um ambiente onde essa revelação seja possível e segura. Isso implica capacitação contínua, protocolos claros e uma cultura institucional de proteção e escuta qualificada.

LEIS QUE AMPARAM O ESTUDANTE VÍTIMA DE ABUSO SEXUAL

A atuação do psicólogo escolar deve estar alinhada com a legislação brasileira de proteção à criança e ao adolescente, principalmente:

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº 8.069/90): Garante a proteção integral da criança e do adolescente contra todas as formas de violência, negligência e exploração (Art. 5º). Estabelece a obrigatoriedade de comunicação de casos de suspeita ou confirmação de violência às autoridades competentes (Art. 13 e 245).

Constituição Federal de 1988 (Art. 227): Assegura o direito à proteção integral e



prioritária de crianças e adolescentes, colocando-os a salvo de toda forma de violência.

Lei nº 13.431/2017 (Lei da Escuta Protegida e do Depoimento Especial):

Estabelece procedimentos para a escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, garantindo um ambiente acolhedor e evitando a revitimização. Embora mais focada no contexto da investigação e do sistema de justiça, seus princípios de proteção e minimização do dano devem guiar a atuação do psicólogo desde o primeiro contato.

Outras Leis e Normativas: Leis específicas contra o abuso sexual infantil (Código Penal), políticas públicas de proteção à infância e adolescência, e normativas dos Conselhos de Psicologia que orientam a atuação ética em casos de violência.

PLANO DE INTERVENÇÃO

A atuação do psicólogo escolar em casos de abuso sexual exige um plano de intervenção meticuloso, visando à proteção integral da vítima, à garantia de um ambiente seguro e à promoção de sua recuperação. As etapas são fundamentadas em princípios éticos, legislação e melhores práticas.

1

ACOLHIMENTO E ESCUTA ATIVA: A BASE DA CONFIANÇA

- **Ambiente Seguro e Transparência:**

Criar um espaço seguro e acolhedor. Explicar claramente que, para proteção da vítima, a notificação é compulsória. A empatia e aceitação incondicional de Carl Rogers (1957/2005) são fundamentais.



- **Escuta Ativa:** Ouvir empaticamente, validando sentimentos e respeitando o tempo da criança/adolescente.
- **Evitar Revitimização:** Abster-se de perguntas indutoras ou investigativas; o foco é no acolhimento e segurança, não na coleta de provas.

2

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA INICIAL: COMPREENDENDO O IMPACTO

- **Compreensão do Impacto:** Avaliar o impacto do abuso no desenvolvimento e necessidades emocionais da vítima (Herman, 1997).
- **Fatores de Risco e Proteção:** Identificar elementos que aumentam ou mitigam o risco (ex: abuso persistente, apoio familiar).
- **Instrumentos Adequados:** Utilizar ferramentas apropriadas para compreender o sofrimento, não para investigação forense.

3

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA INICIAL: COMPREENDENDO O IMPACTO

- **Notificação Compulsória e Imediata:** Notificar o Conselho Tutelar e outros órgãos (Delegacia, Ministério Público) sobre a suspeita/confirmação de abuso, conforme o **ECA (Art. 13)** e a **Lei nº 13.431/2017 (Lei da Escuta Protegida)**. O psicólogo escolar protege, não investiga o crime.
- **Gestão do Risco Iminente:** Avaliar o risco de novas situações e implementar medidas de segurança imediatas com a rede de proteção.
- **Afastamento do Agressor:** Colaborar para o afastamento do agressor do convívio da vítima, escolar ou familiar, conforme orientações dos órgãos de proteção

4

SUORTE EMOCIONAL E ESTABILIZAÇÃO: CUIDADO PÓS-TRAUMA

- **Suporte Individualizado:** Oferecer suporte emocional focado na segurança, validação e redução da angústia. Usar primeiros socorros psicológicos (OMS).

- **Técnicas de Estabilização:** Empregar técnicas (respiração, *grounding*) para manejar ansiedade, medo e *flashbacks*. Abordagens como TF-CBT (Cohen, Mannarino & Deblinger, 2017) são referências.
- **Plano de Segurança:** Desenvolver um plano colaborativo com a vítima, identificando pessoas de confiança e estratégias para momentos de crise.

5

INFORMAÇÃO E PSICOEDUCAÇÃO: EMPODERAMENTO DA VÍTIMA

- **Informação Adequada:** Fornecer explicações claras, apropriadas à idade, garantindo que a vítima compreenda sua não-culpabilidade e desmistificando o abuso.
- **Explicação do Processo:** Detalhar as próximas etapas da intervenção dos órgãos de proteção de forma clara e tranquilizadora.

6

APOIO À FAMÍLIA (NÃO ABUSADORA): FORTALECENDO A REDE DE SUPORTE

- **Suporte e Orientação:** Oferecer suporte aos familiares não envolvidos, ajudando-os a compreender a situação, lidar com emoções e apoiar a vítima.
- **Encaminhamento Especializado:** Orientar sobre a importância do apoio psicológico especializado para a família e a vítima, indicando serviços para o atendimento de longo prazo do trauma.

7

ARTICULAÇÃO COM A REDE DE PROTEÇÃO: CUIDADO INTEGRAL E CONTINUADO

- **Colaboração Intersetorial:** Trabalhar em estreita colaboração com o Conselho Tutelar, CREAS, serviços de saúde (CAPS, hospitais) e outros órgãos para garantir intervenção integrada.
- **Facilitação do Acesso:** Facilitar o acesso da vítima e família aos serviços especializados de longo prazo para continuidade do cuidado.



CONSIDERAÇÕES ÉTICAS FUNDAMENTAIS

- **Melhor Interesse da Criança/Adolescente:** Todas as ações devem priorizar o bem-estar, segurança e desenvolvimento saudável da vítima, princípio basilar do **ECA** e da ética profissional.
- **Transparência sobre Sigilo:** Ser transparente desde o início sobre os limites da confidencialidade, explicando que a notificação compulsória é para a proteção da criança.
- **Não Revitimização:** Evitar qualquer ação ou pergunta que possa reviver o trauma ou culpar a vítima, tendo em vista, que a escuta deve ser protetiva.
- **Competência e Supervisão:** Atuar dentro dos limites da formação, buscando supervisão e apoio de experientes em casos complexos, conforme o Código de Ética do CFP.
- **Registro e Documentação:** Manter registros precisos e seguros de todas as intervenções, comunicações e encaminhamentos para continuidade do cuidado e fins legais.

A atuação do psicólogo escolar em casos de abuso sexual é complexa e desafiadora. Um plano de intervenção fundamentado na teoria e legislação permite que o profissional seja essencial na proteção e recuperação da criança ou adolescente.

VIOLÊNCIA SEXUAL ENTRE ESTUDANTES: UMA ATUAÇÃO COMPLEXA E MULTIFACETADA

A situação de violência sexual e os comportamentos sexuais inadequados entre estudantes são questões de alta sensibilidade e complexidade, exigindo do psicólogo escolar uma atuação cautelosa e profundamente ética. A prioridade máxima é a segurança de todos, focando na proteção da vítima e na garantia de um ambiente escolar seguro. As dinâmicas entre pares trazem desafios únicos, como a distinção entre interações inapropriadas e atos de violência, o impacto nas relações sociais, e a necessidade de proteger a vítima enquanto se intervém com o autor do comportamento, sem negligenciar o bem-estar da comunidade. A intervenção é um processo multifásico, do acolhimento inicial às medidas preventivas de longo prazo, sempre alinhada a diretrizes éticas, legais e teorias do desenvolvimento e sociais.

DESAFIOS E ESPECIFICIDADES DA INTERVENÇÃO

A atuação nesses casos exige a compreensão de particularidades:

- **Diferença de Poder e Vulnerabilidade:** O abuso entre pares nunca é simétrico; sempre há uma diferença de poder (idade, maturidade, status, etc.). O psicólogo deve identificar a vulnerabilidade da vítima, analisando como relações de poder se estabelecem (Foucault, 1975; Giddens, 1984).
- **Compreensão do Consentimento:** O conceito de consentimento em crianças e adolescentes é complexo e se desenvolve com a idade. Pode haver coerção ou falta de entendimento. A psicologia do desenvolvimento (Piaget, 1932; Kohlberg, 1984) é importante para o psicólogo avaliar o discernimento dos envolvidos. A ausência de “não” não significa “sim”, especialmente em relações de poder (Pease, 2018).
- **Impacto no Grupo e na Comunidade Escolar:** Casos de abuso entre pares afetam significativamente o clima escolar, a confiança e a percepção de segurança. Fofocas, julgamentos e estigmas podem impactar vítima, agressor e outros (Cohen & Geier, 2010).

INTERVENÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR

Diante da complexidade da violência sexual entre estudantes, o psicólogo escolar deve equilibrar proteção, intervenção, educação e articulação em rede.

Escuta Qualificada e Acolhimento da Vítima:

- **Prioridade:** Acolher a vítima com escuta atenta, empática e não julgadora, criando um ambiente seguro para a revelação.
- **Técnicas de Entrevista:** Utilizar princípios que garantam a coleta de informações de forma não revitimizadora, minimizando a contaminação da memória. Abordagens sensíveis e informadas sobre o trauma são relevantes (Herman, 1997; van der Kolk, 2014).

Avaliação da Dinâmica e do Risco:

- **Coleta de Informações:** Avaliar a natureza, frequência, diferença de poder e local dos incidentes, e a presença de outros envolvidos.
- **Avaliação de Risco Contínuo:** Monitorar o risco para a vítima (revitimização, sofrimento psíquico) e para outros estudantes, se houver um padrão no comportamento do agressor.

Implementação de Medidas Protetivas e Notificação:

- **Comunicação Imediata:** Acionar responsáveis legais da vítima e a gestão

escolar, seguindo protocolos.

- **Notificação Obrigatória:** Realizar a notificação aos órgãos competentes (Conselho Tutelar, Delegacia, Ministério Público) conforme o **ECA**, a **Lei nº 13.431/2017 (Lei da Escuta Protegida)** e diretrizes do **CFP**.
- **Medidas de Segurança Escolar:** Implementar ações para garantir a segurança da vítima e coibir novas ocorrências em diálogo com gestão e autoridades.

Suporte Emocional e Intervenção Individualizada:

- **Para a Vítima:** Oferecer suporte emocional contínuo focado na superação do trauma, autoestima e resiliência. O psicólogo pode fazer um acompanhamento inicial e encaminhar para tratamento especializado externo.
- **Para o Estudante Agressor:** Com orientação externa e consentimento, atuar na orientação do agressor para promover compreensão das consequências, empatia e responsabilidade; sendo que atos infracionais devem ser articulados com a justiça juvenil.

Prevenção e Conscientização no Ambiente Escolar:

- **Programas Contínuos:** Desenvolver ações preventivas sobre consentimento, limites corporais, respeito e resolução não violenta de conflitos (Pepler & Craig, 2014).
- **Cultura de Respeito:** Promover uma cultura escolar de tolerância zero à violência e ao abuso, incentivando a denúncia e o suporte mútuo, com foco na educação para os direitos humanos.

A complexidade da situação de violência entre estudantes exige que o psicólogo escolar não seja apenas reativo, mas proativo na construção de um ambiente seguro, que eduque para o respeito, autonomia e proteção, tornando a escola um porto seguro para todos.

*REFERÊNCIAS TÉCNICAS
PARA ATUAÇÃO DE
PSICÓLOGAS(OS) NA REDE
DE PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS E
ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO
DE VIOLÊNCIA SEXUAL*

Aponte a câmera para
a QR Code e acesse o
documento.



RACISMO COMO BARREIRA AO DESENVOLVIMENTO E À SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE ESCOLAR

O racismo, em suas múltiplas formas (micro agressões a expressões estruturais), é uma grave violação dos direitos humanos e um obstáculo ao desenvolvimento e bem-estar psicossocial de crianças e adolescentes na escola. É um determinante social da saúde mental, gerando sofrimento psíquico e perpetuando desigualdades. O Conselho Federal de Psicologia (CFP), através de resoluções como a **CFP nº 18/2002**, reitera a atuação inegociável do psicólogo no combate ao racismo, reconhecendo o impacto devastador da discriminação na autoestima, identidade e desempenho acadêmico de estudantes racializados.

COMPREENDENDO AS RAÍZES E OS IMPACTOS DO RACISMO NA ESCOLA

Para uma atuação profunda, o psicólogo escolar deve entender:

- **Racismo Estrutural e Institucional:** Não se limita a atos individuais, mas está infiltrado nas estruturas das instituições. Na escola, manifesta-se em currículos eurocêntricos, invisibilidade de identidades não-brancas e reprodução de estereótipos (Silvio Almeida, 2019).
- **Impacto Psicossocial do Racismo:** Experiências de discriminação, mesmo sutis (microagressões - Philomena Essed, 1991), geram sofrimento cumulativo, afetando autoestima e saúde mental (Clark & Clark, 1947; Délcio G. da Silva, 2020).
- **Identidade Racial e Desenvolvimento:** A construção da identidade racial é complexa. Modelos como o de William E. Cross Jr. (1991) descrevem as etapas pelas quais indivíduos negros internalizam e lidam com mensagens raciais, sendo crucial para o psicólogo apoiar uma identidade positiva e resiliente.
- **Pedagogia Antirracista e Libertadora:** A pedagogia engajada (bell hooks, 1994/2017) e a pedagogia do oprimido (Paulo Freire, 1996/2000) inspiram uma educação que desafia a dominação, descoloniza o pensamento e empodera sujeitos marginalizados.
- **Perspectivas Decoloniais:** Análise que desnaturaliza categorias raciais e entende o racismo como legado da colonialidade do poder (Aníbal Quijano, 2005/2014; Catherine Walsh, 2007), valorizando saberes de povos racializados.

Nesse contexto, o psicólogo escolar, com escuta sensível e postura antirracista, assume um papel ético e político na promoção de uma educação inclusiva, atuando na prevenção, intervenção e reparação de danos psíquicos e sociais.

PREVENÇÃO AO RACISMO: CONSTRUINDO UMA CULTURA ESCOLAR ANTIRRACISTA

A prevenção é um processo contínuo para construir uma cultura escolar antirracista, desconstruindo estereótipos, promovendo empatia e aprendendo com a diversidade. O psicólogo escolar lidera e colabora em ações:

1

EDUCAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO AMPLA:

- **Oficinas de Conscientização Racial:** Para toda a comunidade escolar, abordando a história do racismo, conceitos de raça/etnia e formas de discriminação, incluindo microagressões (Sue et al., 2007). Metodologia inspirada em Paulo Freire (1996).
- **Promoção da Identidade Racial e Diversidade:** Valorizar a história e cultura de grupos minorizados, fortalecendo o pertencimento e a autoestima de estudantes racializados (Cross, 1991; Akosua, 2018).
- **Competências Socioemocionais Antirracistas:** Cultivar empatia, respeito à diversidade e resolução pacífica de conflitos.

2

CAPACITAÇÃO E SUPORTE PARA EDUCADORES E FUNCIONÁRIOS:

- **Formação Continuada:** Workshops sobre como identificar, abordar e prevenir o racismo, incluindo estratégias pedagógicas antirracistas (bell hooks, 1994) e autorreflexão sobre vieses inconscientes.
- **Espaços de Diálogo Seguro:** Criar grupos para compartilhar experiências e reflexões sobre questões raciais.



3

DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS:

- **Políticas Antirracistas:** Colaborar na criação e implementação de políticas claras contra a discriminação, com procedimentos definidos para investigação e tratamento de casos.
- **Ações Afirmativas e Representatividade:** Apoiar a busca por maior representatividade de profissionais racializados e materiais didáticos diversos.

A prevenção do racismo é um investimento contínuo na saúde mental e desenvolvimento de todos os estudantes, formando cidadãos conscientes e engajados na construção de uma sociedade justa. O psicólogo escolar é um agente catalisador dessa transformação.

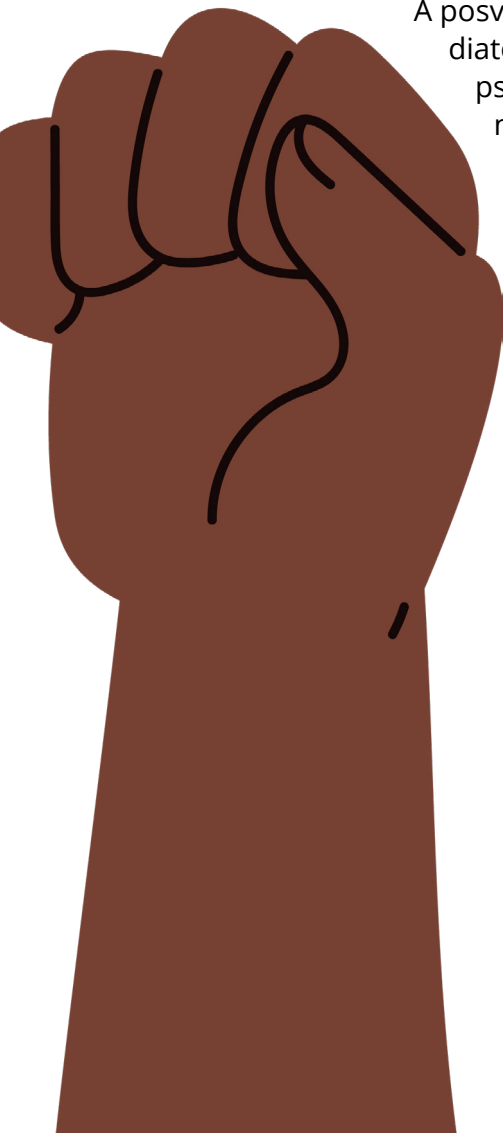
POSVENÇÃO AO RACISMO: REPARANDO DANOS E PROMOVENDO A RECUPERAÇÃO

A posvenção entra em ação após um ato de racismo para dar suporte imediato e contínuo às vítimas, intervir com os ofensores e reparar danos psicológicos e sociais. O psicólogo escolar tem um papel multifacetado nesse cenário:

1

ACOLHIMENTO E SUPORTE PSICOLÓGICO À VÍTIMA

- **Escuta Qualificada e Individualizada:** Oferecer escuta empática e validar a dor da vítima, nomeando o racismo como causa do sofrimento e evitando a patologização. A abordagem deve ser informada sobre o trauma racial (Comas-Díaz, 2016).
- **Trabalho com Trauma:** O suporte foca na superação do trauma emocional, fortalecimento da autoestima e desenvolvimento de estratégias de coping para o enfrentamento do racismo (Bessel van der Kolk, 2014).
- **Encaminhamento para Rede Protetiva:** Em casos de sofrimento significativo ou necessidade de terapia profunda, o psicólogo encaminha a vítima à rede de saúde mental e assistência social (CAPS, ambulatórios).



2

INTERVENÇÃO COM OS OFENSORES E MEDIAÇÃO

- **Intervenção com Ofensores:** Trabalhar com os estudantes que praticaram o racismo para promover conscientização sobre os danos causados. O objetivo é educativo, responsabilizador e restaurativo, visando mudança de comportamento e empatia.
- **Mediação e Diálogo Restaurativo:** Em casos apropriados e com consentimento de todas as partes, o psicólogo pode facilitar mediações (Zehr, 2015). O foco é na compreensão do impacto e na reparação, visando reconstrução de relações e aprendizado mútuo, sem punição.

3

SUPOORTE ÀS FAMÍLIAS E ANÁLISE CONTEXTUAL

- **Orientação e Suporte:** Oferecer orientação e suporte emocional tanto às famílias das vítimas (foco na recuperação) quanto às famílias dos ofensores (foco na compreensão do racismo e apoio à mudança de comportamento).
- **Análise do Clima Escolar:** O psicólogo contribui para analisar o clima escolar pós-incidente, identificando padrões de racismo e áreas para intensificar a prevenção.

4

REGISTRO E MONITORAMENTO

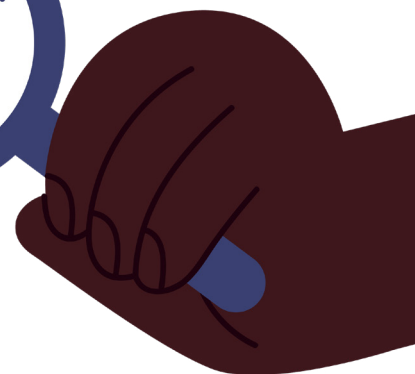
- **Registro e Monitoramento de Casos:** É fundamental que a escola, com o apoio do psicólogo, registre e monitore casos de racismo. Essa documentação ajuda a acompanhar ações, avaliar efetividade e planejar futuras medidas preventivas.

Em todas as etapas – prevenção, intervenção e posvenção do racismo – a atuação do psicólogo escolar deve ser pautada pela ética profissional, respeito à diversidade e compreensão da complexidade do racismo. A colaboração interprofissional, a parceria com a família e a articulação com a comunidade são fundamentais para construir um ambiente escolar verdadeiramente antirracista, promotor de equidade e capaz de acolher a pluralidade de todas as existências.



*RELAÇÃO RACIAIS:
REFERÊNCIAS
TÉCNICAS PARA A
PRÁTICA DA(O)
PSICÓLOGA(O)*

Aponte a câmera para
a QR Code e acesse o
documento.



BULLYING E CYBERBULLYING NO AMBIENTE ESCOLAR: DESAFIOS CRÍTICOS PARA A SAÚDE MENTAL E A CONVIVÊNCIA

Bullying (agressão intencional e repetitiva) e cyberbullying (sua manifestação digital) são desafios urgentes na escola, que comprometem o clima e a aprendizagem, causando sérias consequências à saúde mental das vítimas como: ansiedade, depressão, baixa autoestima e, em casos extremos, ideação suicida (Olweus, 1993; Smith et al., 2008; Bauman, 2013).

Diante desse cenário preocupante, que reflete complexas dinâmicas sociais e psicológicas, o psicólogo escolar desempenha um papel na identificação, prevenção e intervenção em situações de bullying e cyberbullying. Ele atua não só como um agente de promoção da convivência ética e respeitosa, mas também como um ponto de apoio essencial para a saúde mental de todos os membros da comunidade educativa, buscando construir um ambiente escolar seguro e acolhedor.

ARCABOUÇO LEGAL E A RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL NO BRASIL

A Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015, instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying), definindo-o como “todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidar ou agredir, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.”

A lei não apenas define o bullying, mas também estabelece ações mandatórias para escolas e estabelecimentos de ensino, sublinhando a responsabilidade institucional:

- **Capacitação de Docentes e Equipes Pedagógicas:** Essencial para que todos os profissionais identifiquem, abordem e atuem proativamente contra o bullying.
- **Integração no Projeto Político-Pedagógico (PPP):** As medidas de prevenção e combate ao bullying devem ser parte do planejamento educacional da escola.
- **Apoio Psicológico e Psicopedagógico:** A lei exige suporte especializado para estudantes envolvidos (vítimas, agressores e espectadores).
- **Programas de Conscientização, Prevenção e Combate:** A escola deve promover ativamente discussões, campanhas e atividades educativas.
- **Parcerias com Famílias e Comunidade:** A colaboração com pais, responsáveis e a rede de apoio externa é crucial para a eficácia das ações.

Essa legislação reconhece a gravidade do problema e destaca a necessidade de uma atuação coordenada, sistêmica e multidisciplinar, posicionando o psicólogo como um ator-chave nesse processo.

O PSICÓLOGO ESCOLAR: CONSTRUTOR DE PONTES NO MANEJO DO BULLYING E CYBERBULLYING

Com sua expertise em dinâmicas relacionais e emocionais, o psicólogo escolar atua no manejo e suporte em situações de bullying e cyberbullying, resolução de conflitos que abrangem a prevenção, intervenção imediata e pós-venção, com foco na promoção da saúde mental e bem-estar.

CONSTRUINDO UM CLIMA ESCOLAR SEGURO E RESPEITOSO

A prevenção eficaz do bullying e cyberbullying exige uma aborda-



gem proativa, contínua e sistêmica para transformar a cultura escolar em um espaço intrinsecamente seguro, inclusivo e respeitoso. O psicólogo escolar é um agente catalisador, liderando ou colaborando ativamente nas seguintes ações:

1

PROGRAMAS DE CONSCIENTIZAÇÃO E EDUCAÇÃO ABRANGENTES

- **Educação sobre Bullying e Cyberbullying:** Desenvolver programas para estudantes professores, funcionários e pais, explicando as diversas formas de agressão, suas consequências devastadoras e métodos de prevenção e denúncia.
- **Metodologias Ativas:** Usar debates, *role-playing*, estudos de caso e vídeos para desmistificar a ideia de que bullying é “brincadeira”, destacando o desequilíbrio de poder e a intencionalidade da agressão (Coloroso, 2003; Pepler & Craig, 2014).
- **Foco no Cyberbullying:** Abordar as nuances do ambiente online, como a persistência do conteúdo e a pseudonímia, enfatizando o comportamento digital responsável e a segurança online (Hinduja & Patchin, 2015).

2

PROMOÇÃO DE HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS E ÉTICAS

Trabalhar o desenvolvimento de habilidades que são fatores de proteção contra o envolvimento em bullying e promovendo relações saudáveis, incluindo:

- **Empatia:** Capacidade de compreender e compartilhar os sentimentos das vítimas.
- **Respeito à Diversidade:** Valorização das diferenças individuais, culturais e sociais.
- **Assertividade:** Expressão clara e respeitosa de opiniões e sentimentos.
- **Resolução Pacífica de Conflitos:** Estratégias para lidar com desacordos construtivamente.
- **Autorregulação Emocional:** Gerenciamento adaptativo das próprias emoções.



3

CONSTRUÇÃO DE UM CLIMA E ESCOLAR ACOLHEDOR E INCLUSIVO

- **Ambiente Seguro:** Contribuir ativamente para um ambiente onde estudantes se sintam à vontade para buscar ajuda e denunciar, com normas de convivência claras e justas. Um clima escolar acolhedor é um fator protetivo contra o bullying (Cohen & Geier, 2010).
- **Participação Ativa:** Promover o envolvimento dos estudantes na construção de regras e resolução de problemas, fomentando a responsabilidade compartilhada.
- **Canais de Denúncia:** Implementar canais acessíveis e confiáveis, garantindo anonimato e proteção.

4

IDENTIFICAÇÃO PRECOCE DE VULNERABILIDADES E INTERVENÇÃO PRIMÁRIA

- **Atenção aos Sinais:** Estar atento a sinais como isolamento, alterações de humor, queda no desempenho acadêmico ou recusa em ir à escola, que podem indicar vulnerabilidade.
- **Intervenções Preventivas:** Realizar ações focadas em grupos de risco ou indivíduos com comportamentos precursores de bullying, oferecendo suporte psicopedagógico e fortalecendo habilidades sociais.

POSVENÇÃO AO BULLYING E CYBERBULLYING: RECUPERAÇÃO E REPARAÇÃO

A posvenção entra em ação após um ato de violência para oferecer suporte imediato e contínuo às vítimas, intervir educativamente com os ofensores e reparar os danos psicológicos e sociais. O psicólogo escolar é um articulador nesse processo:

ACOLHIMENTO E SUPORTE QUALIFICADO ÀS VÍTIMAS:

- **Escuta Qualificada:** Oferecer escuta sensível e empática, validando sentimentos e assegurando que a vítima não é culpada. A abordagem deve considerar o trauma e o sofrimento.
- **Apoio Emocional:** Fornecer suporte imediato, ajudar no desenvolvi-

mento de estratégias de enfrentamento e fortalecer a autoestima e resiliência da vítima.

INTERVENÇÃO EDUCATIVA E RESPONSABILIZADORA COM OS OFENSORES:

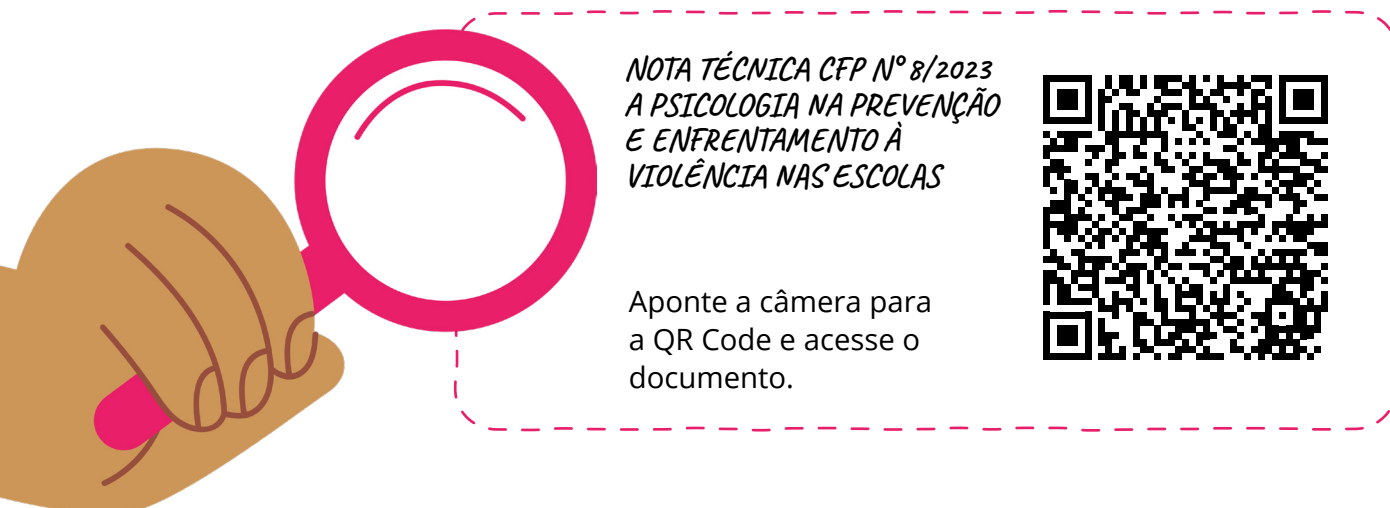
- **Trabalho com Ofensores:** Atuar individualmente ou em grupo para que compreendam o impacto de seus atos, desenvolvam empatia, assumam responsabilidade e reflitam sobre o comportamento. A intervenção é educativa e restaurativa, não apenas punitiva (Olweus, 1993; Pepler & Craig, 2014).
- **Mediação de Conflitos e Justiça Restaurativa (com cautela):** Em situações específicas, com consentimento e avaliação de risco, o psicólogo pode facilitar mediações ou diálogos restaurativos (Zehr, 2015; Pranis, 2005). O objetivo é promover a comunicação, a compreensão do impacto pela vítima e a possibilidade de reparação, focando na reconstrução de relações e aprendizagem mútua, priorizando sempre a segurança da vítima.

ORIENTAÇÃO E SUPORTE ÀS FAMÍLIAS

- **Suporte aos Pais:** Oferecer orientação tanto aos pais das vítimas (apoio emocional, colaboração com a escola) quanto aos pais dos agressores (compreensão da dinâmica do bullying e suporte adaptação psicossocial) A comunicação não violenta (Rosenberg, 2003) pode ser útil.
- **Acompanhamento Psicológico:** Oferecer suporte individual ou em grupo para as vítimas na elaboração do trauma e fortalecimento da resiliência. Para agressores com histórico violento, o acompanhamento psicológico também pode ser indicado, sempre com supervisão e consentimento parental.
- **Encaminhamento Especializado:** Viabilizar o encaminhamento da vítima e/ou do agressor à rede de saúde mental e de proteção (UBS, CAPS, Conselhos Tutelares) para suporte de longo prazo.
- **Reintegração:** Apoiar a vítima no retorno seguro ao ambiente escolar, ajudando-a a reconstruir a confiança.
- **Monitoramento Contínuo:** Acompanhar de perto os casos resolvidos para garantir que a violência não se

O psicólogo escolar atua como um catalisador de mudanças, construindo pontes entre estudantes professores, pais e a legislação (como a Lei nº 13.185/2015). Sua atuação é fundamental para o manejo eficaz do bullying

e cyberbullying e para a promoção da saúde mental e do bem-estar de toda a comunidade educacional, visando um ambiente escolar seguro e livre de violência.



VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E PLATAFORMAS DIGITAIS

O avanço da internet expõe crianças e adolescentes a riscos como a exploração sexual online (pedofilia virtual), que causa danos profundos à saúde mental e desenvolvimento das vítimas (Ferreira et al., 2020).

COMPREENDENDO A PEDOFILIA: PARAFILIA, CRIME E AS ARMADILHAS DIGITAIS

A pedofilia é uma parafilia (atração por crianças pré-púberes), mas o crime reside nos atos praticados, como aliciamento (*grooming*), produção/posse de pornografia infantil e abuso sexual. O foco da intervenção é na conduta criminosa e suas vítimas, não na patologização abstrata (Ferreira et al., 2020; CFP, 2022). O ambiente digital facilita esses crimes pelo anonimato e percepção de menor risco.

A INSERÇÃO DIGITAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: OPORTUNIDADES E RISCOS

Crianças e adolescentes (93% entre 9-17 anos acessam a internet, TIC Kids Online Brasil, 2023) usam plataformas digitais para aprendizado, socialização e entretenimento (UNICEF, 2020; WHO, 2019). Contudo, essa inserção,

muitas vezes sem supervisão, expõe a riscos:

- **Cyberbullying e Conteúdos Inapropriados:** Ameaças, difamação, pornografia ou discursos de ódio.
- **Coleta Indevida de Dados:** Violação de privacidade.
- **Uso Excessivo:** Impacta sono, desempenho e bem-estar (UNICEF, 2020; WHO, 2019; American Academy of Pediatrics, 2016).
- **Aliciamento e Exploração Sexual Online:** O risco mais grave.

O GROOMING: TÁTICAS DE ALICIAMENTO E A INVISIBILIDADE DA MANIPULAÇÃO

Pedófilos utilizam táticas sofisticadas de manipulação psicológica (*grooming*) em plataformas digitais para conquistar a confiança da vítima para fins sexuais. É um processo gradual e silencioso, dificultando a percepção de pais e educadores (Ferreira et al., 2020; Cross et al., 2016). Táticas incluem:

- **Criação de Vínculo Emocional:** Simular interesse em hobbies ou problemas.
- **Ofertas de Recompensa:** Propor presentes, jogos, dinheiro.
- **Criação de Segredo:** Convencer a criança a manter a interação em sigilo.
- **Normalização da Conduta Inapropriada:** Fazer a criança acreditar que as interações são “normais”.
- **Pressão e Ameaça:** Coerção, chantagem.

Além do *grooming*, o compartilhamento de imagens íntimas não consensuais (sexting), muitas vezes por pressão, expõe menores à exploração. A facilidade de acesso a câmeras e redes sociais aumenta esse risco (Mentz e Schmidt, 2019).

LACUNAS NA REGULAÇÃO E A URGÊNCIA DA ALFABETIZAÇÃO DIGITAL CRÍTICA

A falta de uma regulação digital eficaz para o público infantojuvenil agrava a segurança online. Embora o Brasil tenha o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e o ECA, há lacunas na fiscalização e responsabilização de plataformas (Cavalcanti & Doneda, 2021; Brasil, 2023). A LGPD (Lei nº 13.709/2018) exige consentimento específico para dados de menores, mas sua implementação é complexa.

É urgente a necessidade de uma alfabetização digital crítica, que vá além do uso da tecnologia, focando na compreensão dos riscos, táticas de manipulação e no uso seguro, ético e autônomo da internet (Buckingham, 2015; Livingstone & Helsper, 2008).

RESPOSTA MULTISSETORIAL: UM IMPERATIVO PARA A PROTEÇÃO DIGITAL

O combate à exploração sexual online exige ação articulada de:

- **Governo:** Políticas públicas, legislação robusta.
- **Sociedade Civil:** Conscientização, apoio a vítimas.
- **Famílias:** Supervisão, diálogo, educação.
- **Setor Privado:** Tecnologias seguras, moderação eficaz, denúncias acessíveis.
- **Escola:** Educação, prevenção e identificação precoce.

A sincronia desses atores constrói um ecossistema digital saudável, respeitando os direitos das crianças e adolescentes.

O PSICÓLOGO ESCOLAR NA PROTEÇÃO DIGITAL: PREVENÇÃO, INTERVENÇÃO E POSVENÇÃO

No contexto da violência sexual contra crianças e adolescentes e exploração online, o psicólogo escolar atua como pilar de apoio e agente transformador na segurança e bem-estar digital.

PREVENÇÃO: CONSTRUINDO UMA CULTURA DE SEGURANÇA DIGITAL

A prevenção é a frente mais eficaz. O psicólogo escolar lidera ou colabora em:

- **Programas de Educação Digital Crítica:** Workshops para estudantes (todas as idades), professores e pais sobre privacidade, “pegadas digitais”, riscos de compartilhamento, grooming, consentimento digital e uso ético da internet (UNESCO, 2021; Save the Children, 2017).
- **Desconstrução de Estereótipos e Mitos:** Trabalhar a desmistificação de narrativas que naturalizam a violência sexual ou culpam a vítima, combatendo ativamente a responsabilização do sujeito violentado (Mentz e Schmidt, 2019).
- **Fortalecimento de Habilidades Socioemocionais:** Promover assertividade, autoconfiança, capacidade de dizer “não” e buscar ajuda, fatores protetivos contra manipulação.
- **Capacitação de Educadores e Funcionários:** Formação contínua sobre identificação de sinais, manejo de revelações, protocolos de notificação e segurança digital, incentivando denúncias e diálogo.

- **Diálogo e Parceria com as Famílias:** Promover oficinas com pais sobre uso seguro da internet, supervisão, limites de tempo de tela e como dialogar sobre privacidade.

INTERVENÇÃO: ACOLHIMENTO, NOTIFICAÇÃO E ARTICULAÇÃO EM REDE

Ao identificar um caso de suspeita/confirmação de abuso/exploração online, a atuação do psicólogo é imediata e focada na proteção da vítima:

- **Escuta Sensível e Acolhedora:** Oferecer um espaço seguro, livre de julgamentos, para a vítima falar, observando sinais indiretos (Ferreira et al., 2020).
- **Notificação Compulsória e Articulação:** Articular-se imediatamente com a rede de proteção (Conselho Tutelar, CREAS, UBS, Delegacia Especializada, Ministério Público) conforme o ECA. O psicólogo rompe o sigilo para proteção da vítima e não investiga o crime, apenas encaminha, utilizando protocolos internos (CFP, 2005).

POSVENÇÃO: SUPORTE CONTÍNUO E RECONSTRUÇÃO

Após a intervenção inicial, a posvenção oferece suporte contínuo para recuperação e resiliência:

- **Suporte Psicológico à Vítima:** Acompanhamento individual ou em grupo para elaboração do trauma, fortalecimento da autoestima e resiliência, e encaminhamento para serviços especializados de longo prazo.
- **Orientação e Suporte à Família:** Continuar oferecendo apoio aos familiares não envolvidos no abuso, ajudando-os a lidar com o trauma e apoiar a recuperação da vítima.
- **Intervenção com a Comunidade Escolar:** Discutir o impacto do caso (respeitando sigilo), desmistificando o abuso, combatendo o estigma e fortalecendo a cultura de proteção e denúncia, além de reforçar a segurança escolar.

O enfrentamento da violência sexual online exige **formação aprofundada, ética inabalável e compromisso político** do psicólogo escolar. A atualização constante sobre legislação e riscos online é possibilitar a construção de um ecossistema digital seguro e autônomo para as novas gerações.



*O MONSTRO
CONTEMPORÂNEO: A
CONSTRUÇÃO SOCIAL
DA PEDOFILIA EM
MÚLTIPLOS PLANOS*

Aponte a câmera para
a QR Code e acesse o
documento.



GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: UM OLHAR INTEGRAL DA PSICOLOGIA ESCOLAR

A gravidez na adolescência (10 a 19 anos, OMS) permanece um complexo desafio global de saúde pública, social e educacional. Na escola, ela se manifesta em evasão, estigma e interrupção de projetos de vida, perpetuando ciclos de exclusão. Brown (2017) destaca que a parentalidade precoce pode interromper a individuação do adolescente, gerando sofrimento psíquico e impactando a construção da identidade e autonomia. Fonseca & Machado (2019) reforçam que o psicólogo escolar deve ir além do apoio individual, focando na prevenção contextualizada, educação sexual abrangente, acesso à saúde e fortalecimento do protagonismo juvenil e das redes de apoio para mitigar esses efeitos.

FATORES E CONSEQUÊNCIAS: UM FENÔMENO MULTIDIMENSIONAL

A gravidez na adolescência não é um problema isolado, mas um sintoma de questões sociais e estruturais amplas. Seus fatores determinantes incluem vulnerabilidade socioeconômica, desinformação, acesso limitado a serviços de saúde, pressão social de gênero, violência sexual e desorganização familiar.

As consequências afetam múltiplos domínios da vida dos jovens, tanto da mãe quanto do pai adolescente: elevados riscos de saúde materno-infantil (UNFPA, 2013; Ministério da Saúde, Brasil, 2017), maior vulnerabilidade à saúde mental (depressão, ansiedade, isolamento - Patton et al., 2016; UNICEF, 2021), interrupção escolar, e limitação do desenvolvimento social e

econômico, perpetuando a pobreza. Além disso, o estigma e o preconceito amplificam o sofrimento e o isolamento.

O MARCO LEGAL E A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR

No Brasil, leis como a Lei nº 10.097/2000 (Lei do Aprendiz) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº 8.069/1990) garantem direitos e a continuidade dos estudos para adolescentes grávidas e pais adolescentes. A escola, nesse contexto, atua como um espaço essencial para a garantia desses direitos.

O psicólogo escolar, com sua expertise em desenvolvimento humano e saúde mental, desempenha um papel primordial na abordagem da gravidez na adolescência. Sua atuação deve ser pautada por uma perspectiva integral, ética e sensível, que inclua não apenas a adolescente em situação de gravidez, mas também o pai adolescente, a família e a comunidade escolar.

É imperativo que o pai adolescente, especialmente quando também estudante da instituição, seja ativamente incluído em todas as ações desenvolvidas. Ignorar o pai é perder uma oportunidade de intervenção e reforçar estereótipos de gênero, desconsiderando sua corresponsabilidade no desenvolvimento e no apoio à mãe e ao bebê, além de sua própria necessidade de continuidade educacional e bem-estar psicossocial.

ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E POSVENÇÃO: O SUPORTE ABRANGENTE

A prevenção da gravidez na adolescência exige uma abordagem multifacetada e contínua. O psicólogo escolar atua como agente transformador, empoderando jovens para escolhas conscientes e autonomia reprodutiva. As ações de prevenção incluem:

- **Educação Sexual Abrangente e Contextualizada:** Abordagem que vai além da biologia, englobando consentimento, respeito, equidade de gênero, combate à violência sexual e responsabilidade mútua (OMS, 2018; UNAIDS, 2019).
- **Promoção de Habilidades Socioemocionais e Assertividade:** Desenvolvimento de autoconhecimento, autoestima, capacidade de dizer “não” e tomada de decisão responsável para navegar relações e pressões.
- **Ambiente Escolar Acolhedor e Inclusivo:** Construção de um clima de respeito à diversidade, sem discriminação, incentivando a busca por ajuda sem julgamento.

- **Articulação com a Rede de Saúde e Assistência Social:** Parcerias para facilitar o acesso a consultas, métodos contraceptivos, aconselhamento e programas de proteção social.
- **Inclusão de Meninos e Jovens Homens:** Programas de prevenção devem envolvê-los ativamente, abordando masculinidades saudáveis, paternidade responsável e consentimento (UNFPA, 2020).
- **Incentivo à Continuidade Escolar e Projetos de Vida:** Reforçar a educação como fator protetivo, ajudando adolescentes a visualizarem e planejarem um futuro com mais oportunidades (UNICEF, 2021).
- **Abordagem Ativa sobre Violência Sexual e Abuso:** Integrar a prevenção da violência sexual na educação, ensinando direitos e identificando riscos.

A posvenção visa oferecer suporte integral aos adolescentes já na gestação ou parentalidade, garantindo permanência escolar e desenvolvimento pleno. O psicólogo escolar facilita e articula esse processo por meio de:

- **Acolhimento e Suporte Psicossocial:** Escuta qualificada e apoio emocional, validando sentimentos e auxiliando na construção de um plano de vida.
- **Inclusão e Suporte ao Pai Adolescente (Estudante ou Não):** Priorizar sua participação em ações de suporte, abordar a corresponsabilidade parental e oferecer apoio para sua continuidade educacional.
- **Garantia da Permanência e Reintegração Escolar:** Colaboração para flexibilidade, apoio pedagógico e combate ao estigma.
- **Articulação com a Rede de Saúde e Assistência Social:** Encaminhamento para pré-natal, serviços de saúde e acesso a benefícios sociais.
- **Acompanhamento e Monitoramento:** Monitoramento contínuo da saúde física e mental, desempenho escolar e planejamento familiar futuro.

Ao atuar de forma integral e inclusiva na gravidez na adolescência, o psicólogo escolar não apenas mitiga impactos negativos, mas contribui para a formação de jovens mais conscientes, responsáveis e capazes de construir um futuro com mais oportunidades. A fundamentação em Lev Vygotsky (contexto social) e Urie Bronfenbrenner (modelo ecológico) reforça a necessidade de uma abordagem sistêmica que considere as múltiplas influências na vida dos adolescentes e no enfrentamento da gravidez precoce.

*GRAVIDEZ NA
ADOLESCÊNCIA, INICIAÇÃO
SEXUAL E GÊNERO:
PERSPECTIVAS EM DISPUTA.*

Aponte a câmera para
a QR Code e acesse o
documento.



*TECENDO A
INCLUSÃO E
VALORIZANDO A
DIVERSIDADE -*
**UM PILAR
DA ESCOLA
DEMOCRÁTICA
E SOCIALMENTE
JUSTA**

A construção de uma escola pública democrática, equitativa e socialmente justa passa, necessariamente, pela valorização da diversidade e pela efetivação da educação inclusiva.

Esses princípios fundamentais reconhecem que as diferenças – sejam elas físicas, cognitivas, culturais, étnico-raciais, religiosas, de gênero, de orientação sexual ou socioeconômicas – não são obstáculos, mas potências para a formação humana e cidadã. Em um ambiente escolar que abraça a inclusão e a diversidade, o aprendizado se enriquece, as visões de mundo se ampliam e o respeito à pluralidade se torna a norma.

A INCLUSÃO ESCOLAR COMO PRINCÍPIO E PRÁTICA

A inclusão escolar é um princípio fundamental que orienta a prática do psicólogo escolar, permeando todas as suas ações e intervenções. O papel desse profissional é essencial para garantir que todos os estudantes, independentemente de suas características, necessidades e singularidades, tenham acesso, permanência, participação e sucesso no ambiente educacional.

Segundo Fonseca, Freitas e Negreiros (2018), a inclusão não se limita à mera presença física de estudantes com deficiência ou pertencentes a grupos minoritários nas escolas regulares. Ela implica, de forma mais profunda, na transformação das práticas escolares, para que todos possam participar ativamente e em igualdade de condições. Nesse sentido, o psicólogo escolar atua como um mediador entre os sujeitos e as instituições, colaborando na identificação de barreiras institucionais e propondo estratégias eficazes para sua superação.

A educação inclusiva, solidamente fundamentada em legislações como a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e nas diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), assegura o direito de todos à aprendizagem em espaços comuns de ensino, rejeitando práticas segregacionistas ou excludentes. Isso implica repensar não apenas o acesso, mas também a permanência e a participação de cada estudante na vida escolar, considerando seus contextos e necessidades específicas.

DESAFIOS À EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

Para concretizar essa proposta de uma escola verdadeiramente inclusiva, a formação continuada de educadores é um fator decisivo. A superação de modelos pedagógicos padronizados e a resistência a práticas homogeneizadoras exigem profissionais capacitados para desenvolver abordagens acessíveis, sensíveis às diferenças e voltadas ao desenvolvimento integral de todos os estudantes. A pedagogia da inclusão, portanto, não é um “remendo”, mas uma transformação estrutural.

ABORDAGENS PSICOSSOCIAIS PARA TEMAS TRANS- VERSAIS: CONECTANDO SABERES E REALIDADES

Nesse contexto de desafios e imperativos, as abordagens psicossociais se mostram estratégicas e indispensáveis, especialmente na implementação dos Temas Transversais propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs - Brasil, 1997). Esses temas – como Direitos Humanos, Saúde, Diversidade e Ética – são elementos fundamentais para a formação integral dos estudantes e demandam uma abordagem interdisciplinar e contextualizada.

A Psicologia Escolar contribui significativamente para esses processos ao compreender o sujeito em sua dimensão histórica, social e afetiva. De acordo com Yamamoto e Oliveira (2010), a atuação psicossocial na escola envolve a compreensão das dinâmicas institucionais e sociais que influenciam o comportamento dos estudantes. Essa atuação apoia ações que promovem o diálogo, o senso de pertencimento e o enfrentamento das desigualdades. Tais intervenções também contribuem para a construção de uma cultura escolar de não violência e para a prevenção de diversas formas de discriminação. A escuta ativa, o cuidado com o emocional e a valorização das relações são elementos fundamentais para uma educação que humaniza e emancipa.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA ATUAÇÃO INCLUSIVA DO PSICÓLOGO ESCOLAR

A atuação do psicólogo escolar na perspectiva inclusiva é multifacetada e se fundamenta em um sólido arcabouço teórico e legal, visando a promoção da equidade, o acolhimento das singularidades e a construção de um ambiente institucional que valorize as múltiplas formas de ser e aprender.

De acordo com Souza e Amorim (2014), a sistematização de práticas reflexivas permite ao psicólogo escolar desenvolver intervenções mais contextualizadas e alinhadas ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola. A escuta ativa, a mediação de conflitos, a articulação com a rede de apoio e a avaliação institucional são dimensões fundamentais dessa atuação.

ESSA ATUAÇÃO SE ALICERÇA EM DOCUMENTOS E PERSPECTIVAS IMPORTANTES:

- **Declaração de Salamanca (1994):** Este documento internacional

preconiza a educação inclusiva como um direito fundamental de todos. Defende que as escolas regulares devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras, promovendo uma pedagogia centrada na criança.

- **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008):** No Brasil, essa política estabelece o direito dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação à matrícula na rede regular de ensino, com oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE) como complemento ou suplemento à escolarização.
- **Perspectiva Social da Deficiência:** Essa abordagem compreende a deficiência não como uma limitação inerente ao indivíduo, mas como resultado da interação entre as características da pessoa e as barreiras impostas pelo ambiente físico, social e atitudinal. O psicólogo escolar atua ativamente na identificação e eliminação dessas barreiras, visando à plena participação.
- **Teorias da Aprendizagem Inclusiva:** Abordagens pedagógicas que valorizam a diversidade e a singularidade dos estudantes, buscando estratégias de ensino que atendam às diferentes necessidades, ritmos e estilos de aprendizagem. Isso inclui, por exemplo, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) (CAST, 2011).
- **Psicologia do Desenvolvimento:** Compreender as diferentes trajetórias de desenvolvimento dos estudantes, incluindo aqueles com necessidades educacionais especiais, é crucial para planejar intervenções adequadas e promover o seu máximo potencial. As contribuições de **Vygotsky (1998)**, com sua ênfase na interação social e na Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), são particularmente relevantes para a compreensão de como o apoio e a mediação podem impulsionar a aprendizagem em contextos diversos.

INTERVENÇÕES DO PSICÓLOGO ESCOLAR NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: *PARÂMETROS DE ATUAÇÃO*

A atuação do psicólogo escolar na perspectiva inclusiva tem se tornado cada vez mais essencial frente aos desafios da educação contemporânea. Inserido no contexto escolar, esse profissional colabora ativamente com a equipe pedagógica, contribuindo para a compreensão do processo de

aprendizagem dos estudantes em sua totalidade, respeitando a diversidade de formas de expressão e comunicação.

Sua intervenção envolve desde o suporte teórico e prático aos educadores sobre temas como inclusão, diversidade e estratégias pedagógicas diferenciadas (Barcellos, 2018), até o auxílio na análise e superação de barreiras físicas, comunicacionais, metodológicas e atitudinais que possam comprometer a participação de todos os estudantes (Marchesi, 2004).

Seguem alguns parâmetros de atuação do psicólogo escolar dentro da perspectiva inclusiva:

- **Colaboração na Compreensão do Processo de Aprendizagem:** O psicólogo colabora com a equipe escolar para compreender o processo de aprendizagem do estudante em seu contexto, utilizando instrumentos e estratégias que considerem a diversidade de formas de expressão e comunicação.
- **Suporte e Formação a Professores:** O psicólogo oferece suporte teórico e prático aos professores e demais profissionais da escola sobre temas como inclusão, diversidade, estratégias pedagógicas diferenciadas e manejo de comportamentos desafiadores (Barcellos, 2018). Inspirado pelas ideias de Coll (1999), o psicólogo auxilia na reflexão sobre as práticas pedagógicas e na busca por alternativas que promovam a participação de todos os estudantes.
- **Fortalecimento de Habilidades Socioemocionais:** O psicólogo oferece escuta qualificada e intervenções que visam fortalecer a autoestima, a autonomia e as habilidades sociais dos estudantes, especialmente daqueles com necessidades educacionais especiais (NEE).
- **Mediação e Promoção de Interações Sociais:** Fundamentado na teoria de **Vygotsky (1998)**, o psicólogo facilita a interação entre os estudantes, promovendo a construção de relações positivas e o respeito às diferenças.
- **Suporte e Orientação às Famílias:** O psicólogo oferece suporte e informações às famílias sobre o processo de inclusão, os direitos dos estudantes e as formas de colaborar com a escola para o desenvolvimento de seus filhos.
- **Análise e Remoção de Barreiras:** O psicólogo, em conjunto com a equipe escolar, analisa o ambiente físico, comunicacional, metodológico e atitudinal da escola, identificando barreiras que podem dificultar a participação e a aprendizagem dos estudantes (Marchesi, 2004).

O psicólogo escolar, nesse cenário, assume um papel estratégico ao atuar como articulador de processos que favoreçam o acolhimento, a equidade

e o enfrentamento das desigualdades. Suas intervenções, fundamentadas em princípios éticos, políticos e técnicos, ampliam o olhar da escola sobre os processos de ensino e aprendizagem, contribuindo para a identificação e superação de barreiras – físicas, atitudinais, comunicacionais e institucionais – que limitam o desenvolvimento dos estudantes.

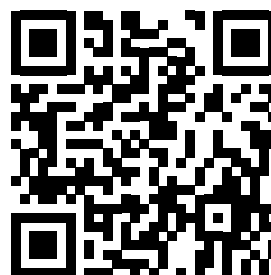
A INCLUSÃO COMO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO COLETIVO DA ESCOLA

Em síntese, promover uma escola inclusiva e diversa não é uma tarefa pontual ou um projeto isolado. É um processo contínuo, dinâmico e, acima de tudo, um projeto ético-político coletivo de toda a comunidade escolar. Trata-se de reconhecer a educação como um direito universal de todos e como o mais potente instrumento de transformação social. A inclusão vai além da mera matrícula; ela exige a transformação profunda das mentalidades, das práticas pedagógicas e das estruturas institucionais. Ao integrar a inclusão, valorizar a diversidade em todas as suas manifestações e trabalhar os temas transversais de forma significativa, a escola se reafirma como um espaço vital de justiça social, respeito mútuo e esperança no futuro, pavimentando o caminho para uma sociedade mais equitativa e humana. A verdadeira inclusão é a diretriz que deve guiar cada passo da atuação escolar, garantindo que cada indivíduo seja reconhecido e tenha seu potencial plenamente desenvolvido.



*CFP ABORDA
INCLUSÃO E DIVERSIDADE*

Aponte a câmera para
a QR Code e acesse o
documento.



CONSTRUINDO PONTES: **ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS**

A atuação do psicólogo escolar vai além dos muros da escola, exigindo colaboração estreita com a rede de proteção de crianças e adolescentes.

Ao lidar com vulnerabilidades, violência ou violação de direitos, o psicólogo articula-se com o Conselho Tutelar, serviços de saúde mental (CAPS, UBS) e assistência social (CRAS, CREAS), entre outros. Essa articulação integra saberes e potencializa intervenções eficazes, focando na proteção e desenvolvimento integral. O psicólogo promove práticas integradas e fortalece a escola como espaço de proteção e transformação.

MAPEAMENTO DA REDE DE *PROTEÇÃO SOCIAL E SAÚDE*

Mapear a rede permite ao psicólogo conhecer os serviços e instituições de apoio no território, facilitando encaminhamentos qualificados. Mais que uma lista de contatos, é uma leitura crítica do território: identificar recursos, entender fluxos e construir relações. O psicólogo age como mediador institucional (Guzzo, Mezzalana e Moreira, 2012), conectando a escola à rede.

CONHECENDO A REDE PROTETIVA:

A escola deve colaborar com diversos serviços:

Conselho Tutelar: Denúncias de violação de direitos, medidas protetivas.

CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social): Atendimento a vítimas de violência, suporte psicossocial.

CRAS (Centro de Referência de Assistência Social): Prevenção de vulnerabilidades, fortalecimento de vínculos familiares.

CAPS (Centro de Atenção Psicossocial): Atendimento especializado em saúde mental para crianças e adolescentes com transtornos graves.

Delegacia Especializada: Investigação de crimes contra menores, responsabilização de agressores.

Ministério Público: Proteção integral, medidas judiciais, cumprimento das leis.

Rede de Saúde e Hospitais: Atendimento emergencial em casos de violência, suporte médico e psicológico.

ESTRATÉGIAS DE ARTICULAÇÃO E COLABORAÇÃO INTERSETORIAL

Estratégias eficazes incluem:

- Mapear e aproximar-se dos serviços do território.
- Participar de fóruns intersetoriais.
- Estabelecer fluxos claros de encaminhamento e acompanhamento.
- Registrar e dar devolutivas institucionais.
- Promover ações integradas com parceiros.

Essa articulação amplia o cuidado e facilita o acesso, sendo uma estratégia preventiva e corresponsável (Medeiros et al., 2017).

IDENTIFICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS PARA A ESCOLA

Identificar e mobilizar recursos ampliam o cuidado e o desenvolvimento dos estudantes. O psicólogo é um articulador propositivo, ajudando a construir um ambiente escolar acolhedor e conectado à comunidade.

Identificar recursos significa mapear os internos (equipe pedagógica, projetos) e externos (serviços públicos, ONGs, universidades). A mobilização pressupõe que o psicólogo estabeleça parcerias, proponha projetos colaborativos e fomente o reconhecimento da escola como parte da rede de proteção (Rumor et al., 2022).

A atuação do psicólogo na mobilização de recursos é uma prática que garante o direito à educação, fortalecendo a escola, a comunidade como espaço de cuidado e desenvolvimento.



*ESTATUTO DA CRIANÇA
E ADOLESCENTE LEI
Nº 8.069 DE 13 DE
JULHO 1990*

Aponte a câmera para
a QR Code e acesse o
documento.



A PRÁTICA REFLEXIVA DO PSICÓLOGO ESCOLAR: **QUALIDADE, REGISTRO E APRENDIZAGEM CONTÍNUA**

Uma das propostas centrais deste material é fornecer informações qualificadas que estimulem a reflexão crítica e subsidiem a elaboração de práticas psicológicas alinhadas ao Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, 2005).

Reconhecemos a importância do fluxo de compartilhamento de ações e estratégias entre os psicólogos, o que enriquece a prática e promove um ambiente colaborativo. Além disso, busca-se organizar e sistematizar boas práticas já desenvolvidas nas unidades escolares, visando à construção de uma memória institucional da atuação da equipe de psicólogos educacionais. Esses registros serão consolidados em uma planilha padrão, disponibilizada neste material, a qual poderá ser atualizada conforme a necessidade de cada contexto.

No processo de planejamento e desenvolvimento de práticas psicológicas nas unidades educacionais, a autorreflexão se revela uma etapa fundamental. Compreende-se que a atuação profissional deve estar sustentada por embasamentos teóricos e técnicos consistentes; porém, tais fundamentos tornam-se insuficientes quando dissociados de uma postura ética e crítica. Conforme destacam Dias, Patias e Abaid (2014), a Psicologia Escolar necessita ser constantemente repensada e discutida, considerando que práticas inadequadas e insatisfatórias ainda persistem, exigindo uma atuação interdisciplinar e colaborativa no ambiente educacional. A prática reflexiva é um dos pilares para a qualificação contínua da atuação do psicólogo escolar. Em contextos marcados por complexidades sociais, institucionais e subjetivas, refletir sobre as próprias ações não é apenas desejável, mas necessário. Trata-se de um processo sistemático de análise crítica da prática profissional, no qual o psicólogo considera os efeitos de suas intervenções, o contexto no qual está inserido e os saberes que fundamentam suas escolhas.

No âmbito da Psicologia Escolar, essa prática vai além da avaliação individual de casos: ela compreende a análise das relações escolares, das dinâmicas institucionais e das estratégias coletivas de cuidado e promoção da saúde mental, sempre em alinhamento com o projeto pedagógico da instituição. A reflexão crítica permite revisitar o percurso de cada intervenção, identificar limites e potências, e construir novas possibilidades de atuação em diálogo com os princípios éticos e políticos da profissão e com o objetivo maior da escola.

Segundo Dias, Patias e Abaid (2014), a Psicologia Escolar precisa ser pensada para além de um modelo técnico e tradicional, voltando-se à escuta ativa das demandas da escola como espaço coletivo, cultural e socialmente situado, e sempre em parceria com a comunidade escolar para favorecer o processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, a Prática reflexiva é também uma ferramenta de resistência ao automatismo e à reprodução de práticas descontextualizadas, promovendo maior coerência entre teoria e prática e sustentando a construção de estratégias que respeitem os sujeitos em sua diversidade e que contribuam diretamente para a efetivação da aprendizagem.

Além disso, ao incorporar a prática reflexiva em seu cotidiano, o psicólogo escolar fortalece sua autonomia profissional e contribui para o aprimora-

mento do trabalho em equipe dentro da escola. Isso favorece a construção de uma atuação mais situada, crítica, propositiva e, sobretudo, comprometida com os direitos humanos e com uma educação inclusiva e democrática, que garanta a todos o acesso ao conhecimento.

DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL CONTÍNUO E O ENFOQUE NA APRENDIZAGEM

Diante disso, vale salientar que o desenvolvimento profissional contínuo é um princípio que sustenta o compromisso do psicólogo escolar com a qualidade de sua prática e com a transformação da realidade educacional. Diante das constantes mudanças nas políticas públicas, nos desafios vivenciados pelas escolas e na diversidade das demandas psicossociais, torna-se essencial que o psicólogo busque permanentemente atualizar seus conhecimentos e ampliar sua compreensão sobre o contexto em que atua, sempre com o foco em como isso impacta e otimiza o processo de ensino-aprendizagem.

A formação inicial, embora importante, não dá conta da complexidade da atuação escolar. Por isso, a participação em espaços formativos ao longo da trajetória profissional – como supervisões, grupos de estudo, encontros interdisciplinares e congressos – possibilita o aprofundamento teórico e o intercâmbio de saberes. Essas vivências colaboram para a construção de uma identidade profissional mais consistente e fortalecem a capacidade de intervenção crítica e ética, sempre com o objetivo de apoiar a construção de bases sólidas para a aprendizagem.

Silva e Souza (2020) destacam que o trabalho do psicólogo na escola deve considerar as relações interprofissionais e a escuta das diversas vozes que compõem a comunidade escolar. A troca de experiências entre profissionais permite não apenas a circulação de práticas bem-sucedidas, mas também o enfrentamento coletivo dos obstáculos comuns à atuação, contribuindo para o aperfeiçoamento das estratégias de cuidado, prevenção e promoção do desenvolvimento humano, intrinsecamente ligado ao sucesso da aprendizagem.

Além disso, o desenvolvimento profissional contínuo fortalece o senso de pertencimento do psicólogo escolar a uma rede de profissionais que compartilham princípios e objetivos comuns. Essa rede é fundamental para o enfrentamento das demandas complexas da educação contemporânea, bem como para a elaboração de intervenções contextualizadas, inovadoras e mais sensíveis às realidades sociais, sempre visando aprimorar o

ambiente educacional e as condições de ensino e aprendizagem.

A aposta em uma formação constante e dialógica é, portanto, um posicionamento ético que valoriza o aprendizado coletivo e o compromisso com a qualidade da educação pública. Também reafirma o papel do psicólogo escolar como agente ativo na construção de práticas que favoreçam a inclusão, o bem-estar e a transformação das relações escolares, sempre com o olhar atento para a garantia da transmissão do conhecimento e a construção de uma base sólida para a aprendizagem de todos os estudantes.

O REGISTRO DAS PRÁTICAS *PSICOLÓGICAS*

Como forma de registrar e valorizar as ações dos psicólogos educacionais, será disponibilizado o acesso para leitura das boas práticas já realizadas ao longo do programa. Lembre-se que elas podem servir de inspiração para posterior aplicação, mas a reflexão da boa prática de acordo com as demandas identificadas e todas as questões abordadas no capítulo “PRÁTICAS PSICOLÓGICAS” devem ser consideradas.

A ferramenta “Repertório de Práticas Psicológicas” foi elaborada em planilha no Excel. Serão disponibilizadas 6 sessões para o preenchimento, totalizando 20 colunas.

Ao final da planilha os profissionais podem acessar a aba “Referências Bibliográficas”. As referências são fontes de consulta e embasamento teórico para sustentar as nossas práticas, essa planilha deve ser lida e constantemente atualizada para permitir a continuidade na elaboração e aplicação das práticas psicológicas.



*REPERTÓRIO
DE PRÁTICAS
PSICOLÓGICAS
ESCOLARES*

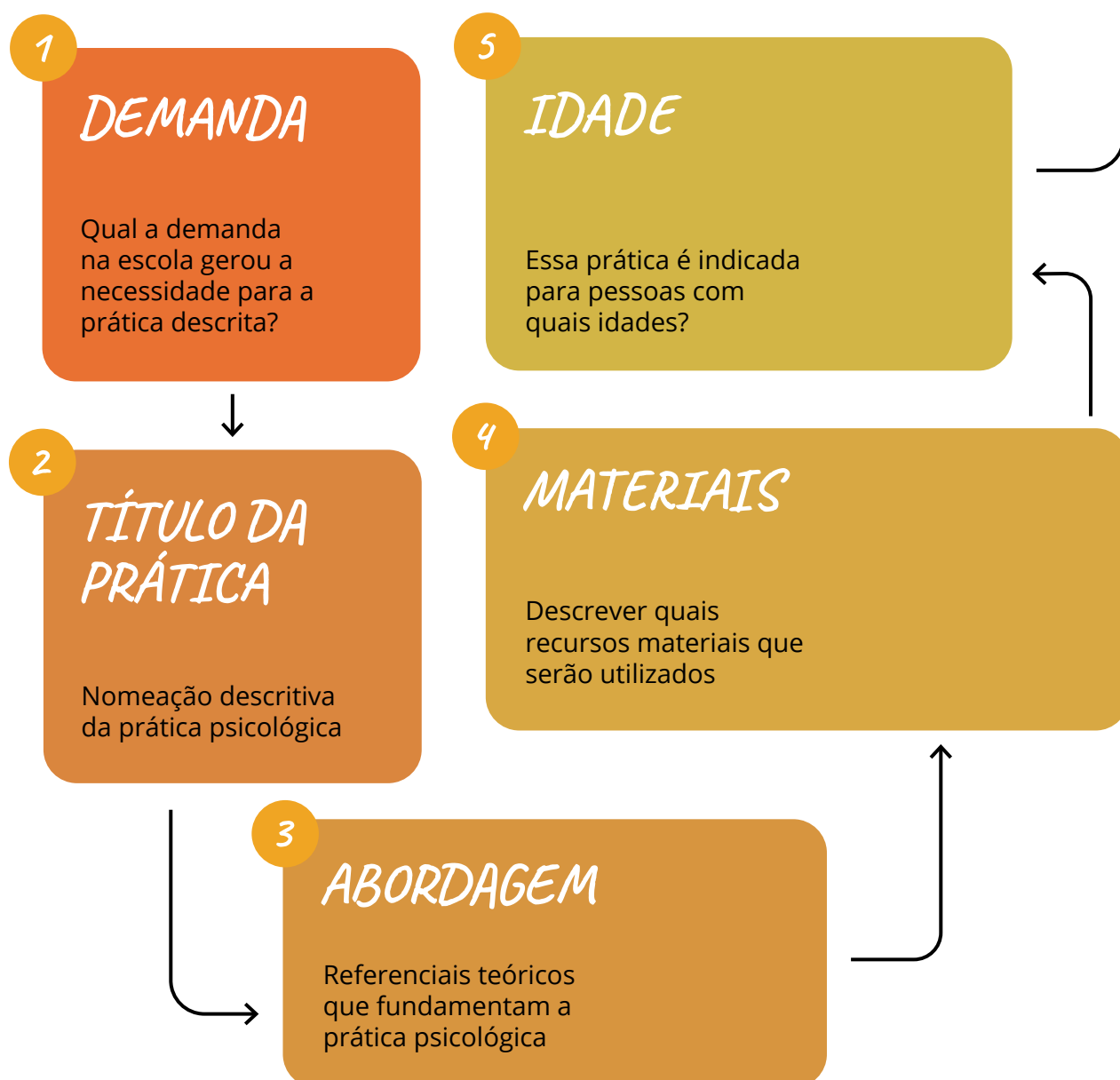
Aponte a câmera para
a QR Code e acesse o
documento.



Este QR Code apresenta um modelo de preenchimento para o registro de práticas psicológicas, visando fomentar sua partilha e a construção coletiva de conhecimento entre os pares. A ideia é que, por meio dessa ferramenta, o profissional amplie seu olhar e otimize a utilização e criação de ações dentro do ambiente escolar, integrando as diversas etapas desse processo colaborativo, respeitando a diversidade de embasamentos teóricos.

O portfólio de Boas Práticas compila informações essenciais para a concepção e implementação de intervenções psicológicas no contexto escolar. Destacamos a relevância do aprimoramento teórico e prático contínuo do profissional ao longo de sua atuação nas unidades educacionais.

Acompanhe abaixo a sequência de ações que devem ser preenchidas para a apresentação destes conteúdos:





CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste documento orientador solidifica a atuação do psicólogo escolar, profissional em um cenário educacional complexo. Sua presença transcende a resposta a crises, posicionando-o como agente ativo na promoção da saúde mental e no desenvolvimento integral da comunidade educativa.

O psicólogo escolar é convidado a ter um olhar crítico sobre os fenômenos psicológicos no ambiente escolar. Isso significa ir além do sintoma individual, compreendendo manifestações de sofrimento e comportamento numa visão institucional e sistêmica. Dificuldades de aprendizagem, conflitos ou vulnerabilidades não são apenas problemas do estudante, mas reflexos das dinâmicas escolares, familiares e sociais. Essa perspectiva permite intervenções que transformam o ambiente.

Um desafio importante é a clara diferenciação entre psicologia clínica e escolar. O psicólogo escolar não atua clinicamente na escola; sua prática foca em prevenção, promoção da saúde mental e intervenção psicoeducativa, dialogando com a comunidade e a rede externa. Conforme o CFP, é fundamental desconstruir a rotulação e medicalização de questões pedagógicas, sociais ou desenvolvimentais. O psicólogo escolar valoriza o estudante integralmente, compreendendo que suas dificuldades são influenciadas por diversos fatores – clima escolar, metodologias, relações familiares e condições socioeconômicas.

Nesse contexto, o mapeamento institucional é ferramenta indispensável. Vai além do levantamento de dados, sendo uma análise aprofundada da cultura, dinâmicas e recursos da escola. Permite identificar potencialidades e vulnerabilidades, embasando ações preventivas e de posvenção contextualizadas e eficazes.

As ações preventivas são o cerne da atuação do psicólogo escolar. Elas incluem a sensibilização e capacitação da equipe escolar, transformando-a em uma robusta rede de apoio. Além disso, englobam a promoção de habilidades socioemocionais e o fortalecimento dos vínculos e do senso de pertencimento dos estudantes. Essas iniciativas, em conjunto, visam construir um ambiente educacional que, por sua própria natureza, se torne um poderoso fator de proteção, cultivando o bem-estar de todos. É fundamental que o psicólogo escolar atue com liberdade profissional, sempre respeitando o embasamento teórico e ético da Psicologia, garantindo intervenções pertinentes e responsáveis.

Este é um documento em sua primeira versão, concebido como um guia vivo, sujeito a revisões e aprimoramentos contínuos a partir da prática e das novas demandas da realidade escolar.

As expectativas sobre o psicólogo escolar são elevadas, pois sua expertise e olhar crítico-institucional podem transformar o ambiente escolar em espaço de vida, escuta e resiliência. Enfrentar desafios, reconhecer a importância do mapeamento e construir ações integradas de prevenção e posvenção são passos contínuos que garantem o impacto de qualidade e duradouro do psicólogo na vida de estudantes, educadores e famílias, promovendo uma educação mais humana e inclusiva.

ANEXOS

Este capítulo inclui anexos que servirão como recurso de pesquisa e apoio para o psicólogo escolar no desenvolvimento de suas ações no ambiente educacional.



MAPEAMENTO INSTITUCIONAL

Aponte a câmera para a QR Code e acesse o documento.



GLOSSÁRIO

ABRAPEE: Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional

URE: Unidade Regional de Ensino

PPP: Projeto Político Pedagógico

PMC: Plano de Melhoria de convivência

CFP: Conselho Federal de Psicologia

CRP: Conselho Regional de Psicologia

ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente

SEDUC: Secretaria de Educação

NEE: Necessidades educacionais especiais

PCN: Parâmetro curricular nacional

TGB: Transtorno global do desenvolvimento

TR: Termo de Referência

CREAS: Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CAPS: Centros de Atenção Psicossocial

CRAS: Centro de Referência de Assistência Social

CAPS IJ: Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil

POC: Professor Orientador de Convivência

EEC: Equipe Especialista em Currículo

GLOSSÁRIO DE TERMOS-CHAVE

Ações de Posvenção: Intervenções psicológicas realizadas após um evento crítico ou de crise na escola (como um caso de violência, suicídio ou luto). O objetivo é minimizar o impacto emocional, prevenir traumas e promover o suporte psicológico à comunidade escolar.

Atuação Crítico-Institucional: Uma abordagem da Psicologia Escolar que vai além do olhar individual. Ela foca na análise das dinâmicas, relações e estruturas da instituição de ensino, identificando como elas influenciam o sofrimento, o comportamento e a aprendizagem dos estudantes.

Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA): Uma abordagem pedagógica que orienta a criação de materiais e atividades de ensino que já são acessíveis a todos os estudantes, independentemente de suas singularidades. Não é uma adaptação individual, mas uma metodologia inclusiva desde a concepção.

Educação Inclusiva: Princípio e prática que pressupõe a transformação da escola para acolher e valorizar a diversidade de todos os estudantes (sejam

eles com deficiência, de diferentes etnias, gêneros etc.). Difere da “integração”, que exige a adaptação do estudante a um sistema preexistente. Habilidades Socioemocionais: Competências que permitem a um indivíduo lidar com suas emoções, estabelecer relações positivas, tomar decisões responsáveis e alcançar objetivos. A escola, com o apoio da Psicologia, pode e deve atuar no desenvolvimento dessas habilidades.

Atos infracionais: Atos infracionais são condutas praticadas por crianças e adolescentes (menores de 18 anos) que correspondem a crimes ou contravenções penais, mas são tratadas de forma distinta do processo criminal tradicional devido à inimputabilidade do menor.

Mapeamento Institucional: Uma ferramenta de análise crítica que vai além do levantamento de dados superficiais. Consiste em uma leitura aprofundada da cultura, dos recursos, das relações de poder e das dinâmicas internas de uma escola, a fim de embasar intervenções contextualizadas e eficazes.

Prática Reflexiva: Processo contínuo e sistemático de análise crítica da própria atuação profissional. O psicólogo escolar reflete sobre suas intervenções, o contexto e os saberes que orientam suas escolhas, garantindo uma prática ética, qualificada e alinhada às demandas reais da escola. Psicoeducação: Intervenção que visa fornecer informações claras, objetivas e acessíveis sobre temas da Psicologia (saúde mental, desenvolvimento, comportamento) à comunidade escolar. Fortalece o conhecimento e o diálogo, capacitando professores, estudantes e famílias.

Saúde Mental Coletiva: Uma abordagem da saúde mental que não se restringe ao tratamento de transtornos individuais. Foca na promoção de bem-estar, na prevenção de adoecimentos e na criação de ambientes sociais e institucionais que atuem como fatores de proteção para todos. Temas Transversais: Questões sociais, como Direitos Humanos, Diversidade e Meio Ambiente, que devem permear todas as áreas do currículo escolar. O psicólogo escolar pode atuar para que a abordagem desses temas seja interdisciplinar e contextualizada.

Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP): Conceito de Lev Vygotsky que descreve a distância entre o que um estudante pode fazer sozinho e o que ele pode fazer com o apoio de um profissional (psicólogo, professor) ou de pares mais experientes. A ZDP reforça a importância da mediação e da colaboração para a aprendizagem.

Grooming: Se refere a um processo manipulativo e abusivo, geralmente por parte de um adulto, para estabelecer um relacionamento com uma pessoa vulnerável (mais comumente uma criança ou adolescente) com o objetivo de explorá-la ou abusá-la, na maioria das vezes sexualmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

As referências bibliográficas são fundamentais para embasar a atuação do psicólogo escolar, garantindo práticas ancoradas em teorias e evidências científicas. Elas aprofundam a compreensão das complexidades do ambiente educacional e orientam intervenções mais eficazes.

Segundo Dias, Patias e Abaid (2014), a Psicologia Escolar no Brasil é um campo em construção, que exige constante reflexão e atualização para responder adequadamente às demandas. O uso de referências atuais promove uma prática mais crítica e contextualizada.

A atualização contínua é essencial para que o psicólogo escolar acompanhe as mudanças sociais, educacionais e culturais que impactam sua atuação. Manter-se informado por meio de referências atualizadas permite ao profissional adaptar suas práticas às novas realidades e desafios do contexto escolar.

De acordo com Guzzo (1996), a formação do psicólogo escolar deve contemplar uma leitura ampla da realidade escolar e social, promovendo aproximações multidisciplinares e estágios curriculares articulados às proposições teóricas. Isso reforça a necessidade de uma formação contínua e baseada em referências sólidas.

ABUSO SEXUAL

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. São Paulo: Atlas, 1991.

Ferreira, A. L., Moura, A. T. M. S., Morgado, R., Gryner, S., & Branco, V. M. C. (2020). Crianças e adolescentes em situação de violência. In: Njaine, K., Assis, S. G., Constantino, P., & Avanci, J. Q. (Orgs.). Impactos da Violência na Saúde. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.

COHEN, Judith A.; MANNARINO, Anthony P.; DEBLINGER, Esther. Treating Trauma and Traumatic Grief in Children and Adolescents (2nd Ed.). New York: Guilford Publications, 2017.

HERMAN, Judith Lewis. Trauma e recuperação: a violência em nossos corpos e em nossas vidas: do abuso doméstico ao terror político. Tradução de Maria Clara Cescato. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, [Ano da

Edição Brasileira]. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/p9jv6/pdf/njaine-9786557080948-12.pdf>

Mentz, M., & Schmidt, S. P. (2019). Educação, Comunicação e Cultura: a culpabilização das vítimas infantis de violência sexual no jornalismo on-line — uma pauta silenciada. In: Comunicação e Educação: territórios migrantes, interfaces expandidas. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/cn633/pdf/nagamini-9786586213027-06.pdf>

BASES LEGAIS E DOCUMENTOS DO CRP

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça; Ministério da Justiça e Segurança Pública. Fluxo geral da Lei nº 13.431/2017: escuta especializada e do depoimento especial no atendimento a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência e guia para sua implantação. Brasília, DF: CNJ; MJSP, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/politicas-de-justica/EJUS/fluxo-geral-lei-13-431-de-2017-atualizado-em-26_10_2022.pdf. Acesso em: 5 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm. Acesso em: mai. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Código de Ética Profissional do Psicólogo. (2005). Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo_etica.pdf

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Psicologia escolar: que fazer é esse? Brasília: CFP, 2016. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/08/CFP_Livro_PsinaEd_web.pdf. Acesso em: 5 jun. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Referencial técnico para atuação de psicólogas(os) na Educação Básica. Brasília: CFP, 2019. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/08/EducacaoBASICA_web.pdf

SÃO PAULO (ESTADO). Termo de Referência – Psicólogos(as) na Educação Básica. Diretoria de Ensino. Disponível em: https://padlet-uploads.storage.googleapis.com/2038918869/ab98c1e2a657c5e14eed4151ab-f65f17/1__Termo_de_Refer_ncia_Psic_logos__atendendo_o_parecer_jur_dico_15_06_23__1_.pdf

BULLYING/CYBERBULLYING

Olweus, D. (1993). Bullying at school: What we know and what we can do. Blackwell Publishing.

Osterman, K. F. (2000). Students' need for belonging in the school community. *Adolescence*, 35(137), 197-213.

COLOROSO, Barbara. Kids are worth it!: giving your child the gift of inner discipline. Toronto: Kids Are Worth It!, 1994.

COLOROSO, Barbara. Just because it isn't wrong doesn't make it right: from toddlers to teens, teaching kids to think and act ethically. New York: HarperCollins, 2005.

HINDUJA, Sameer; PATCHIN, Justin W. Bullying beyond the schoolyard: preventing and responding to cyberbullying. 2. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2015.

INCLUSÃO E DIVERSIDADE

ANTUNES, C. Como tornar sua escola inclusiva: um guia para educadores e gestores. Petrópolis: Vozes, 2008. Disponível em: <https://www.guiadoeducadorinclusivo.org.br/capitulos/indice>

Mittler, P. (2000). Working towards inclusive education: Social contexts. David Fulton Publishers.

PLATAFORMAS DIGITAIS

Cavalcanti, R., & Doneda, D. (2021). Proteção de dados pessoais de crianças e adolescentes na LGPD: desafios e oportunidades. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, 11(2), 123-137.

CGI.br – Comitê Gestor da Internet no Brasil. (2023). Pesquisa TIC Kids Online Brasil 2023. <https://cetic.br/>

Livingstone, S., Mascheroni, G., & Staksrud, E. (2017). European research on children's internet use: Assessing the past and anticipating the future. *New Media & Society*, 20(3), 1103-1122.

UNICEF. (2020). Políticas públicas para a infância e adolescência na era digital: um panorama das experiências internacionais. <https://www.unicef.org/brazil>

PSICOLOGIA ESCOLAR

ALBUQUERQUE, C. M.; BRAZ AQUINO, F. S. A atuação do psicólogo escolar em uma rede de atenção psicossocial: desafios e possibilidades. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 37, n. 3, p. 696-708, 2017.

ALMEIDA, Sandra Francesca Conte de. Psicologia escolar: ética e competências na atuação. Campinas, SP: Alínea, 2007.

ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira; NASCIMENTO, Carolina Picchetti. Criança não é manga, não amadurece: conceito de maturação na teoria histórico-cultural. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 33, n. 2, p. 414-427, 2013.

BARROS, Ana M. C.; BARBOSA, Luísa G. O psicólogo escolar: desafios e possibilidades na contemporaneidade. *Psicologia em Estudo*, v. 23, n. 1, p. 119-129, 2018.

Dias, A. C. G., Patias, N. D., & Abaid, J. L. W. (2014). Psicologia Escolar e possibilidades na atuação do psicólogo: algumas reflexões. *Psicologia Escolar e Educacional*, 18(1), 105–111.

COLLARES, Cecília Azevedo Lima; MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso. Pre-conceitos no cotidiano escolar: ensino e medicalização. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/kFwV6k4ThTqN-SNpp6NYmPft/> e <https://www.redalyc.org/pdf/2823/282330520011.pdf>

Dias, A. C. G., Patias, N. D., & Abaid, J. L. W. (2014). Psicologia Escolar e possibilidades na atuação do psicólogo: algumas reflexões. *Psicologia Escolar e Educacional*, 18(2), 281–289. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/kFwV6k4ThTqNSNpp6NYmPft>

Elias, M. J., Zins, J. E., Weissberg, R. P., Frey, K. S., Greenberg, M. T., Haynes, N. M., ... & Shriver, T. P. (1997). Promoting social and emotional learning: Guidelines for educators. ASCD.

Fonseca, T. da S., Freitas, C. S. C., & Negreiros, F. (2018). Inclusão escolar: concepções de psicólogos escolares e educacionais. *Revista Educação Especial*, 31(60), 1–20. <https://doi.org/10.5902/1984686X30410>

FACCI, Marilda Gonçalves Dias; LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro; SOUZA, Marilene Proença Rebello de (org.). Avaliação psicológica e escolarização: contribuições da psicologia histórico-cultural. Teresina: EDUFPI, 2019.

GUZZO, R. S. L. (1996). Psicologia Escolar e a formação contínua em serviço. *Psicologia Escolar e Educacional*, 1(1), 11–18. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2007000100011

GUZZO, R. S. L.; MEZZALIRA, A. S. da C.; MOREIRA, A. P. G. Psicólogo na rede pública de educação: embates dentro e fora da própria profissão. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 16, n. 2, p. 329-338, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/5KKzx4VSHyX6zswy9GkHYhq>. Acesso em: 18 maio 2025.

GUZZO, Solange L. de O. Psicologia escolar: LDB e formação de psicólogos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 14, n. 2, p. 411-419, 2001.

GUZZO, Solange L. de O.; LÁZARO, Janari. Projetos de intervenção em psicologia escolar: concepções e práticas. *Estudos de Psicologia (Natal)*, v. 9, n. 1, p. 119-126, 2004.

Hoy, W. K., & Miskel, C. G. (2008). *Educational administration: Theory, research, and practice* (8th ed.). McGraw-Hill.

MACHADO, Maria Lúcia de Almeida. *A psicologia escolar e a educação: desafios da atualidade*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

MALUF, Maria Regina. *Psicologia e Educação: a formação do psicólogo escolar*. São Paulo: Summus, 2009.

MARINHO-ARAÚJO, C. M.; ALMEIDA, S. F. C. (2005). *Psicologia escolar: construção e consolidação da identidade profissional*. Campinas: Alínea. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/30774>

MARINHO-ARAÚJO, C. M.; ALMEIDA, S. F. C. de (Orgs.). *Psicologia Escolar: construção e consolidação da identidade profissional*. 2. ed. Campinas: Alínea, 2010.

MATOS, M. F. de; ARAÚJO, A. P. C. de; SILVA, T. A. R. da. A atuação da psicologia escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí: práticas intersetoriais e desafios cotidianos. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 26, e238643, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/tRPcQ3gj3ywjsSm3rvnx5Xy/?lang=pt>. Acesso em: 18 maio 2025.

MEDEIROS, P. F. de; et al. Desafios da intersetorialidade na implementação de programa de prevenção ao uso abusivo de drogas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 37, n. 4, p. 1-14, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/km3Fk7kqj6pdVrbZSLXvNjC/?lang=pt>. Acesso em: 18 maio 2025.

PATTO, M. H. S. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. 5. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2022. Disponível em: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/932>

PATTINI, Priscila; SOUZA, Marilena C. P. de. O psicólogo escolar no cotidiano da escola: reflexões sobre a prática. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 32, n. 4, p. 892-905, 2012.

RUMOR, P. C. F.; HEIDEMANN, I. T. S. B.; SOUZA, J. B.; MANFRINI, G. C.; SOUZA, J. M. Programa Saúde na Escola: potencialidades e limites da articulação intersetorial para promoção da saúde infantil. *Saúde em Debate*, v. 46, n. esp3, p. 116-128, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/9P-MctmWB8CWJL7NCykNNBp/?lang=pt>. Acesso em: 18 maio 2025.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. (n.d.). Programa Conviva SP: Melhoria da convivência e proteção no ambiente escolar. Recuperado em

18 de maio de 2025, de <https://efape.educacao.sp.gov.br/convivasp/>

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Resolução SEDUC nº 48, de 1º de outubro de 2019. Institui o Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar – Conviva SP. Disponível em: <https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2021/03/resoluo-se-48-de-01-10-19.pdf>. Acesso em: 18 maio 2025.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Aplicativo Conviva SP: plataforma digital de registro e acompanhamento das ocorrências escolares. São Paulo: SEDUC-SP, 2024. Disponível em: <https://efape.educacao.sp.gov.br/convivasp/nossa-atuacao/aplicativo-conviva-sp/>. Acesso em: 18 maio 2025.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Protocolo 179 – Segunda Versão. Programa Conviva SP. São Paulo: SEDUC-SP, 2024. Disponível em: <https://efape.educacao.sp.gov.br/convivasp/wp-content/uploads/2024/08/protocolo-179-segunda-versao-210624.pdf>. Acesso em: 18 maio 2025.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP). Educação anuncia ampliação do número de psicólogos nas escolas do estado. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/educacao-anuncia-ampliacao-numero-de-psicologos-nas-escolas-estado/>. Acesso em: mai. 2025.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP). Programa Psicólogos nas Escolas. EFAPE – Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação. Disponível em: <https://efape.educacao.sp.gov.br/convivasp/nossa-atuacao/programa-psicologos-nas-escolas/>. Acesso em: mai. 2025.

Silva, M. R., & Souza, V. L. T. (2020). Atuação de Psicólogas(os) na Escola: Enfrentando Desafios na Proposição de Práticas Críticas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, e190075. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/qjCZv6PcbjtT5kckk6YPkpg>

Souza, M. R., & Amorim, K. S. (2014). A sistematização de práticas na Psicologia Escolar: caminhos possíveis para uma atuação crítica. *Psicologia Escolar e Educacional*, 18(2), 281–289. <https://doi.org/10.1590/2175-3539/2014/0182828>

WEISGERBER, Marisa Eugênia de Sá. Avaliação psicológica na escola: impasses e desafios. Curitiba: CRV, 2009.

VASCONCELLOS, Maria José Esteves de. Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência. 11. ed. Campinas: Papirus, 2018.

Yamamoto, O. H., & Oliveira, C. T. (2010). *Psicologia Escolar: desafios para a*

atuação crítica. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 13(1), 13–24.
<https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v13i1p13-24>

PSICOLOGIA ESCOLAR

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

Conselho Federal de Psicologia (CFP). *Relações Raciais: referências técnicas para a prática da(o) psicóloga(o)*. Brasília: CFP, 2017.

VAN DER KOLK, Bessel A. *O corpo guarda as marcas: cérebro, mente e corpo na cura do trauma*. Tradução de Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2014.

Conselho Federal de Psicologia (CFP). Resolução CFP nº 018/2002. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial.

CALADO, Maria da Glória. *Silenciamentos rompidos: professoras premiadas no combate ao racismo*. Appris, 2021.

Clark, K. B., & Clark, M. P. (1947). Racial identification and preference in Negro children. In T. M. Newcomb & E. L. Hartley (Eds.), *Readings in social psychology* (pp. 308–317). Holt.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Graal, 1983.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural? Letramento*, 2018.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Cobogó, 2019.

BENTO, Maria Aparecida da S. Silva. *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Vozes, 2016.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Zahar, 2020.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida da S. S. (Orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Vozes, 2002.

SAÚDE MENTAL / SUICÍDIO

ABERASTURY, Arminda. *Adolescência: teoria e prática*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

Anderman, L. H. (2003). Academic and social perceptions as predictors of change in middle school students' motivation and behavior. *The Journal of Experimental Education*, 72(1), 5-22.

SHULMAN, Lee S. Knowledge and teaching: foundations of the new reform. *Harvard Educational Review*, Cambridge, v. 57, n. 1, p. 1-22, 1987.

BROCK, Stephen E. et al. Suicide Postvention in Schools: A Guide for the School Community. NASP Publications, 2016.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Saúde, um campo em busca de um novo sentido: notas sobre o lugar da intersectorialidade no SUS. *Revista Saúde em Debate*, v. 27, n. 65, p. 25-34, 2003.

Epstein, J. L. (2001). *School, family, and community partnerships: Preparing educators and improving schools*. Westview Press.

VIEIRA, M. F. (2007). O sofrimento é sinal de normalidade. In: AMARANTE, P. (org.). *Saúde Mental e Atenção Psicossocial*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

Friend, M., & Cook, L. (2007). *Interactions: Collaboration skills for school professionals*. Pearson/Allyn & Bacon.

Goleman, D. (1995). *Emotional intelligence*. Bantam Books.

SHNEIDMAN, Edwin S. *The suicidal mind*. New York: Oxford University Press, 1996.

Hawton, K., & James, A. (2005). Suicide in children and adolescents. *The British Journal of Psychiatry*, 186(4), 277-279.

Lazarus, R. S., & Folkman, S. (1984). *Stress, appraisal, and coping*. Springer publishing company.

Rogers, C. R. (1957). The necessary and sufficient conditions of therapeutic personality change. *Journal of Consulting Psychology*, 21(2), 95-103.

Rutter, M. (1985). Resilience in the face of adversity: Protective factors and resistance to psychiatric disorder. *British Journal of Psychiatry*, 147(6), 598-611.

Shea, S. C. (2002). *Suicide risk assessment: A management guide for mental health professionals*. John Wiley & Sons.

Stanley, B., & Brown, G. K. (2012). Safety planning intervention: A brief intervention to mitigate suicide risk. *Cognitive and Behavioral Practice*, 19(2), 256-264.

OUTROS AUTORES:

Benilton Bezerra Jr.: Psicanalista que explora as dimensões subjetivas do sofrimento psíquico e do ato suicida.

Célia Maria Ferreira da Silva Teixeira: Em seu artigo “A escola como espaço de prevenção ao suicídio de adolescentes – relato de experiência” (2001), discute a importância da escola em ações preventivas.

David Brent: Psiquiatra infantil e adolescente, pesquisa fatores de risco e prevenção do suicídio em jovens.

Edwin S. Shneidman: Psicólogo americano, fundador da suicidologia moderna, com teoria da “dor psíquica”.

Kay Redfield Jamison: Psicóloga e escritora, aborda a relação entre transtornos do humor e risco de suicídio.

Luiz Carlos Osório Moreira e Paulo Roberto Haidamus Bastos: Artigo “Prevalência e fatores associados à ideação suicida na adolescência: revisão de literatura” (2015), traz dados relevantes para o contexto escolar.

Mara Dalila Leandro de Sousa Brito et al.: No artigo “Comportamento suicida e estratégias de prevenção sob a ótica de professores” (2022), investigam a percepção de professores e estratégias de prevenção.

Maria Júlia Kovács: Psicóloga, especialista em luto, com obras como “Morte e Desenvolvimento Humano” (1992) e “Educação para a Morte: Desafios para o Século XXI” (2003), úteis para compreender jovens em relação à morte.

Mark Goulston: Psiquiatra e consultor, oferece estratégias de comunicação e intervenção em crises.

Neury José Botega: Psiquiatra, autor de “Crise Suicida: Avaliação e Manejo” (2015), oferece diretrizes para profissionais que lidam com risco de suicídio.

Thomas Joiner: Psicólogo americano, desenvolvedor da “Teoria Interpessoal do Suicídio”, com a obra “Why People Die by Suicide” (2005).

Waleska Regina dos Santos Pinheiro: Autora de “Comportamento Suicida na Escola: Para Pais e Mestres” (2015), com orientações práticas para a comunidade escolar.

FICHA TÉCNICA

**Diretoria de Clima, Convivência e
Proteção Escolar (DICLIPE | SEDUC/SP)**

Diretora (DICLIPE):

Daniele Ribeiro Menezes Quirino

Organizadora:

Alice Puglisi de Paula Souza - Consultora Programa Psicólogos nas Escolas

Documento elaborado por:

Eduardo Mendes Soares

Ivana Márcia Nogueira D. S. Lobosco

Mauricio Francisco da Silva Melo

Colaboração:

Alaide Lima da Silva

Amanda Accieri Tonon

Camila Cristina de Araújo

Dioni Balbino de Moura

Giselle de Jesus Silva

Luan Tremante Espósito Pinheiro

Marinez Rita Santaniello

Mislaine Cardoso Miranda Rodrigues

Patrícia Pires de Matos

Tatiane de Santana Jesus

Vicente Angelo da Rocha

Vinicius Pereira Marques

Viviane Rodrigues da Costa

Revisão:

Renan Ferrari - Chefe de Divisão Conviva

Joice Santos - Assessora Técnica e Assistente Social

Luan Tremante Espósito Pinheiro - Psicólogo

Beatriz de Paula Souza - USP | Psicólogo

Roseli Fernandes Lins Caldas - Mackenzie | Psicólogo

Margareth - Supervisor de Ensino

Magali Zaparoli Piñeiro - Supervisor de Ensino

José Eduardo Peres - PEC Conviva

